



Revista da
Academia
Mineira
de Letras

ANO 95º - VOLUME LXXIV - 2016

ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Fundada em 25 de dezembro de 1909
 Rua da Bahia, 1466 – Telefax (31) 3222-5764
 CEP 30160-011 – Belo Horizonte-MG
 www.academiamineiradeletras.org.br
 atendimento@academiamineiradeletras.org.br

DIRETORIA AML

Presidente: Olavo Romano	1ª Secretária: Elizabeth Rennó, no exercício da Secretaria Geral
1º Vice-presidente: Amílcar Vianna Martins Filho	2º Secretário: Patrus Ananias
2º Vice-presidente: Yeda Prates Bernis	Tesoureiro: Márcio Garcia Vilela
Secretário Honorário: Oílham José	1º Tesoureiro: Manoel Hygino dos Santos
Secretária-geral: Carmen Schneider Guimarães, licenciada	2º Tesoureiro: Patrus Ananias

REVISTA DA ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Publicação trimestral

Diretor: Olavo Romano
 Editor: Manoel Hygino dos Santos
 Revisão: Pedro Sérgio Lozar
 Digitação: Marília Moura Guilherme
 Diagramação: Raquel de Moraes Mariani
 Impressão: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais

Ficha Catalográfica

Revista da Academia Mineira de Letras – Ano 95º
 Academia Mineira de Letras / LXXIV
 Revista da Academia Mineira de Letras / Academia Mineira de Letras/LXXIV
 2016
 Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras, 2016.
 Fundada em 1922
 1. Literatura – Periódico. 2. Obras Literárias, 1. Academia Mineira de Letras

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	9
CENTENÁRIO DE LUÍS FORJAZ TRIGUEIROS, GRANDE ESCRITOR E AMIGO DO BRASIL <i>Danilo Gomes</i>	11
UMA INSTITUIÇÃO EXEMPLAR <i>Angelo Oswaldo de Araújo Santos</i>	15
À TONA, OU A TERCEIRA MARGEM DO RIO? <i>Carmen Schneider Guimarães</i>	17
O DISCURSO PERSUASIVO <i>Cón. José Geraldo Vidigal de Carvalho</i>	19
BRASIL E IRLANDA: 40 ANOS DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS <i>Pe. José Carlos Brandi Aleixo</i>	25
SOBREVIDA DO ENCANTO POÉTICO <i>Fábio Lucas</i>	27
A EDUCAÇÃO CONFSSIONAL EM MARIANA <i>Manoel Hygino dos Santos</i>	31
A VOZ DE MINAS: UM ENCONTRO ENTRE A LIBERDADE E A JUSTIÇA SOCIAL <i>Patrus Ananias de Souza</i>	35
GUARDADORES DE LIVROS <i>Ivan Angelo</i>	41
SÁBATO MAGALDI, MEU DEPOIMENTO <i>Edla van Steen</i>	47
O AMANTE DA PALAVRA <i>Ricardo Teixeira de Salles</i>	53

EM HOMENAGEM AO HERÓI <i>Eugênio Ferraz</i>	55
O SIMBOLISMO DO IMAGINÁRIO E O DEVANEIO AMOROSO NA POESIA DE MARIA BRAGA HORTA <i>Lina Tâmega Peixoto</i>	61
UM ESPETÁCULO CHAMADO ROMA <i>José Maria Couto Moreira</i>	71
PARA LEMBRAR OS 260 ANOS DE NASCIMENTO DE MOZART <i>Paulo Sérgio Malheiros dos Santos</i>	75
SEGREDOS DE GUIGNARD <i>Carlos Perktold</i>	87
A QUEDA DO PALANQUE DE LOTT <i>José Antônio de Ávila Sacramento</i>	89
ANNITA CERQUEIRA. A MINEIRIDADE CANTADA PELO PAULISTA <i>José Renato de Castro Cesar</i>	91
EUCLIDES DA CUNHA EM CAMPANHA <i>Paulo Paranhos</i>	97
OFÍCIOS DE OUTRORA <i>Iara Tribuzzi</i>	101
LITERATURA E HISTÓRIA <i>Antônio de Paiva Moura</i>	103
A FILHA ESCONDIDA <i>José Raimundo Gomes da Cruz</i>	107
A PRISÃO DO LIVING THEATRE <i>Paulo Narciso</i>	111
A MAGIA DOS LIVROS <i>Emanuel Medeiros Vieira</i>	117

RELATOS DE UM VERÃO EM PARIS <i>Felicidade Patrocínio</i>	119
FAMÍLIAS GOVERNAMENTAIS MINEIRAS: OS CUNHA PEREIRA <i>Zorzo da Cunha Pereira Filho</i>	121
TRAGÉDIA <i>Yeda Prates Bernis</i>	129
PRIMAVERA <i>Gérson Cunha</i>	131
VIAGEM <i>Zanoni Neves</i>	133
MEUS VERSOS <i>Natália Schettino</i>	135
APESAR DE TODA ARROGÂNCIA <i>Petrônio Souza Gonçalves</i>	137
PALHAÇO <i>Myrtes Licínio</i>	139
UM RIO QUE FOI DOCE <i>Vanderlei Lourenço Francisco</i>	141
OBRAS RECEBIDAS	143

APRESENTAÇÃO

Entregamos aos leitores mais uma edição de nossa Revista.

Apesar dos obstáculos da hora presente, mantemos a periodicidade da publicação, um dos mais fortes e tradicionais instrumentos de divulgação das letras e das artes em nosso estado.

Colaboradores, os cá da Casa, prestigiam estas páginas, que têm servido com independência e altivez aos nobres propósitos do Senado de Minas, como a Academia Mineira de Letras é frequentemente referida. De outros estados e de numerosos municípios do nosso, chega a valiosa contribuição dos que se devotam ao ofício de quantos honram o ofício intelectual e artístico.

Com equilíbrio e espírito público, pela expressão de seus acadêmicos e colaboradores de outras regiões do país, dá-se voz e calor aos sentimentos mais acalentados da consciente gente mineira.

A partir de agora, os textos dos acadêmicos obedecerão à ordem numérica das cadeiras.

CENTENÁRIO DE LUÍS FORJAZ TRIGUEIROS, GRANDE ESCRITOR E AMIGO DO BRASIL

*Danilo Gomes**

O célebre escritor português Ramalho Ortigão, nascido no Porto, em 1836, viria a falecer em Lisboa em 27 de setembro de 1915. Foi o autor de "As farpas", etc., amigo de Eça de Queiroz e seu brilhante grupo. A "ramalhal figura" (assim brincava o Eça) vivia ainda seus derradeiros dias quando nasceu em Lisboa o menino Luís Forjaz Trigueiros. Na linha do tempo, os Fados lançaram uma ponte inconsútil: morria um grande escritor, nascia outro grande escritor. Escritor morto, escritor posto, como na realeza dinástica.

O miúdo Luís Augusto de Sampaio Forjaz de Ricaldes Trigueiros, nascido em abril de 1915, seria o notável jornalista, radialista cultural, ficcionista, cronista, conferencista, crítico literário e teatral e ensaísta Luís Forjaz Trigueiros, nome exponencial da literatura de língua portuguesa.

Começou aos 16 anos sua vida jornalística e literária, sob a influência de François Mauriac e António Sardinha. Tornar-se-ia um prosador refinado, elegante e dotado de sutil ironia e perspicaz observação, e viria a integrar as mais conceituadas agremiações culturais, como a Academia das Ciências de Lisboa, Instituto de Coimbra, Sociedade de Geografia de Lisboa, Pen Clube Português, Associação Internacional dos Críticos Literários, Associação Portuguesa de Escritores. Foi eleito membro correspondente da Academia Brasileira de Letras.

Gostava tanto do Brasil, onde já estivera, que aqui morou por quatro anos, a partir de 1974. Dentre seus diletos amigos brasileiros, contavam-se Ribeiro Couto (conviveram na Europa em guerra), Jorge Amado, Austregésilo de Athayde, Josué Montello, Antonio Carlos Villaça, Carlos Lacerda, Antonio Olinto, Massaud Moisés, Aurélio Buarque de Holanda, Vivaldi Moreira, João Condé, Gilberto Freyre e muitos outros.

Nosso autor realizou numerosas conferências em Portugal e no exterior, notadamente no Brasil, como em São Paulo (USP, 1952), Brasília (UnB, 1964), Rio, Porto Alegre, Salvador e Recife. Na Universidade de Brasília, conheceu o renomado professor português Agostinho da Silva e seu Centro Brasileiro de Estudos Portugueses, onde mais tarde também luziram Eudoro de Souza, Luiz Piva (o brasileiro camoniano) e o lusitano João Ferreira, estudioso de Pedro Hispano e membro da Associação Nacional de Escritores-ANE, com sede em Brasília.

* Jornalista, escritor. Da Academia Mineira de Letras, ocupa a cadeira 2. cronistadanilogomes@gmail.com

Eis os títulos de alguns livros da rica messe de Forjaz Trigueiros (dispensarei as aspas): Caminho sem luz, Ainda há estrelas no céu, O carro do feno, Um jardim em Londres, Paisagens portuguesas – uma viagem literária, O livro nas relações culturais entre Portugal e o Brasil, Campos Elísios (crônicas minhotas), Sombra do tempo, Capital do espírito, Boa noite, pai, Páteo das Comédias, Ventos e marés, As horas extraordinárias, Perfis de memórias, etc. Publicou antologia da obra de Raul Brandão, com estudo, e uma Antologia da Terra Portuguesa. Foi um trabalhador braçal das letras; não se dava descanso.

Teve contos publicados em francês e italiano. Comparece em requintadas antologias de contos e recebeu importantes prêmios literários.

Sua prosa tem requintes de poeticidade sóbria, contida, sutilíssima.

Conhecia a fundo a História de Portugal.

No seu tempo, ombreou-se com ilustres autores, como Fernando Namora, Albino Forjaz Sampaio, Vitorino Nemésio, Adolfo Casais Monteiro, Vergílio Ferreira, e prosadoras como Agustina Bessa-Luís, Natália Correia e Lídia Jorge.

É extensa, expressiva e valiosa sua fortuna crítica. Eis aqui, como amostra, apenas alguns trechos de veteranos leitores de sua obra:

— Josué Montello: “Vale a pena ler e reler esta antologia. Para ver Portugal, se ainda não o visitamos; para revê-lo, se já tivemos o privilégio de conhecê-lo. É livro para aguçar a curiosidade e para atenuar saudades. E tendo por cicero um dos mestres da prosa portuguesa contemporânea, meu confrade e meu amigo.” (Nas dobras do volume “Paisagens portuguesas – uma viagem literária”).

— João Gaspar Simões (amigo e biógrafo de Fernando Pessoa): “Não vejo entre os escritores da sua geração nenhum outro que com ele possa ombrear no manejo de um estilo onde perpassam, num equilíbrio admirável, as ideias e as imagens, o comentário intelectual e a sensação da realidade, a observação crítica e a palpitação da vida, o frêmito da inteligência e a vibração da sensibilidade.”

— Jorge Amado: “Cronista, ensaísta, crítico literário, em qualquer dos gêneros um mestre. Reinventou Portugal, a paisagem e os habitantes, numa série de admiráveis brochuras, esclareceu temas e personagens em artigos e ensaios críticos, com aguda visão, sempre armado de compreensão e simpatia. Amassou no barro da vida numa criação ficcional de drama e paixão. Um senhor contista.”

— António Carlos Villaça: “Seus contos revelam delicadeza, discrição e tato. Há nele, como ficcionista, o senso dos matizes, a serena volúpia dos entretos. Ficção para Trigueiros é sutileza.”

Outros notáveis autores portugueses deixaram depoimentos de peso sobre a obra do grande mestre lusitano, dentre eles Vitorino Nemésio, Natércia Freire, Armando Ferreira, Guedes de Amorim, Amândio César, Tabora de Vasconcelos e o já mencionado João Gaspar Simões (que conheci outrora, na Embaixada de Portugal, em Brasília). Tais depoimentos encontram-se nas “orelhas” do livro de Forjaz Trigueiros, “Ventos e marés” (Lisboa, SEC, 1967).

Luis Forjaz Trigueiros faleceu na sua natal e amada Lisboa, em setembro de 2.000, aos 85 fecundos anos de vida. Carece de urgente reedição a obra desse imortal escritor, que sempre merece um réquiem, uma elegia, um fado e a saudosa lembrança do Tejo, no entardecer de Lisboa, junto à Torre de Belém, no rumo das caravelas...



UMA INSTITUIÇÃO EXEMPLAR

*Angelo Oswaldo de Araújo Santos**

Na antevéspera da transferência da capital para a Cidade de Minas, que se edificava no arraial de Belo Horizonte, assim denominado, quatro anos antes, o velho Curral del-Rei, criou-se em Ouro Preto o Arquivo Público Mineiro. Em 1895, a dois anos da mudança nervosamente aguardada, José Pedro Xavier da Veiga transformou o seu casarão e chalé anexo, ao pé da igreja das Mercês e Perdões, na sede do formidável acervo em que reuniu documentos fundamentais da história da Capitania, da Província e do Estado de Minas Gerais.

A proficiência e o zelo de Xavier da Veiga garantiram o êxito da missão a que se entregou, em momento em que todo o passado da acrópole dos incondidentes parecia sucumbir sob o impacto da cidade modernamente traçada sobre as encostas da portentosa Serra do Curral. Basta lembrar que nenhum móvel ou objeto do antigo Palácio dos Governadores, erguido por José Fernandes Pinto Alpoim e Manuel Francisco Lisboa, na década de 1740, cuja capela privativa se deve à talha do Aleijadinho, adentrou o Palácio da Liberdade. Sob risco neoclássico, o novo paço foi ornado e mobiliado pelo gosto afrancesado das residências aristocráticas da época, à revelia dos acervos acumulados ao longo dos tempos de glória e declínio da cidade de Antônio Francisco Lisboa.

As escadarias de ferro trazidas de Bélgica, as luminárias sustentadas por estatuetas de estanho, porcelanas, cristais e tapeçarias vindos da França encheram os olhos que se fechavam para os catres de jacarandá e as cadeiras de palhinha, as mesas de grandes gavetas, a louça Saramenha e os santos contorcidos no movimento barroco de suas vestes.

A Cidade Administrativa, recentemente inaugurada na região norte de Belo Horizonte, parece ter repetido o episódio de 1897, de vez que móveis, obras de arte e objetos das Secretarias de Estado foram deixados para trás, sem maior preocupação de catalogação e salvaguarda. A arquiteta Jô Vasconcellos recuperou uma quantidade significativa de cadeiras, de diferentes épocas e estilos e variada procedência burocrática, a fim de mobiliar os dois “foyers” da Sala Minas Gerais,

* Secretário Estadual da Cultura de Minas Gerais, ocupa a cadeira 3 da Academia Mineira de Letras. angelo.oswaldo@cultura.mg.gov.br

no Centro de Cultura Presidente Itamar Franco, cujos projetos arquitetônicos são de sua autoria.

Não fosse tal iniciativa, essas cadeiras valiosas talvez tivessem desaparecido, assim como sumiu um desenho do engenheiro-arquiteto Luis Toffani, por longos anos emoldurado no gabinete da Secretaria de Obras Públicas, na Praça da Liberdade, significativo documento relativo a um hotel “neogótico” que seria construído na Pampulha, suplantado pelo traço inovador de Oscar Niemeyer. Rodrigo Melo Franco de Andrade foi quem apresentou o arquiteto ao prefeito Juscelino Kubitschek. O primeiro diretor do IPHAN disse ao futuro presidente da República que, não tendo o Brasil vivido a Idade Média, melhor seria recorrer a um arquiteto moderno para a invenção do conjunto da Pampulha. Onde estará o desenho, do qual ninguém consegue dar notícia?

Graças a José Pedro Xavier da Veiga, não desapareceram, nas convulsões da retirada em massa dos ouro-pretanos, naquela primeira mudança da capital, papéis e objetos sem os quais se teria perdido a memória de Minas Gerais. Retratos dos monarcas portugueses, dois pequenos canhões da sede do governo colonial, por entre tantos outros vestígios da saga do ouro, cercaram a papelada colossal que o visionário autor das “Efemérides Mineiras” compilou no Arquivo Público. Tinha que ser esta a instituição primeira da presença do Estado no campo da cultura de Minas Gerais, pois que assinala a opulência de nosso patrimônio histórico e artístico, bem como a necessidade de sua preservação.

Doze décadas passadas, o Arquivo Público Mineiro é um moderno centro de coleta e conservação de documentos, inscrito entre as mais destacadas instituições congêneres do Brasil e do exterior. A investigação e o trabalho historiográficos que nele se desenvolvem compartilham a sua riqueza com incontáveis estudos, publicações e referências. A sua Revista demonstra a vitalidade do Arquivo e a qualidade da equipe de servidores. A iniciativa admirável do historiador e homem público Xavier da Veiga prossegue, de modo exemplar, e merece o empenho do governo de Minas Gerais e de todos os setores da cultura brasileira, a fim de que o APM supere obstáculos e alcance os seus mais altos objetivos.

O primeiro desafio se refere à precariedade das instalações, pela falta dos cuidados necessários no último decênio. O edifício principal, originalmente destinado a residência de secretário de Estado, logo sediou a Prefeitura da capital, até sua transferência para o prédio *art-déco* da avenida Afonso Pena, em 1939. O Anexo, da década de 1970, igualmente pede intervenção que demanda recursos vultosos. A situação presente não favorece tais investimentos, ainda que não falte firme empenho na sua obtenção.



À TONA, OU A TERCEIRA MARGEM DO RIO?

*Carmen Schneider Guimarães**

A Física nos alerta para o espaço ocupado por um corpo (volume). Podemos, na fragilidade de nossas razões, imaginar que esse tal corpo seja um rio, que terá dimensões de lados (duas margens – direita e esquerda), altura e a superfície (tona ou terceira margem) e a base ou leito (quarta margem). Estaria admitida a ideia do escritor Guimarães Rosa de que no conto de seu livro – *Primeiras Estórias* – “nosso pai” persistia navegando dia e noite “na terceira margem do rio”, do qual não citou o nome. Ao deixar a casa, “nossa mãe persistiu somente alva de pálida, mascou o beijo e bramou: *Cê vai, ocê fique, você nunca volte*”. E foi o que se deu.

A própria estranheza do título nos leva a crer que o Autor guardava sérias e particulares intenções no texto. Intenções estas jamais declaradas ou elucidadas, a não ser por meras conjecturas dos leitores, analistas, críticos ou bisbilhoteiros da arte alheia. Muita coisa já se disse, e dentro de pesquisas etimológicas do vocábulo, declarou-se “nosso pai”, marginalizado, o que está implícito no próprio enredo do caso. O narrador, filho do personagem principal, sem nome, como os demais figurantes, conhecidos no texto apenas como “meu irmão”, “minha irmã”, “nosso tio, irmão de nossa mãe”, e assim por diante, torna-se cúmplice do Autor, omitindo nomes e fatos. Até nesses detalhes Guimarães Rosa faz sigilo absoluto em torno da estória central. E vê-se, mesmo, que o Autor extrapola tudo que haja escrito em conto; supera o cotidiano da ficção; espraia-se em terrenos desconhecidos, e aposta firmemente em dimensões inusitadas. Acontece que “terceira margem” não existe, ou não se conhece. “Aquilo que não havia, acontecia”, declara o Autor no próprio trabalho. O título do conto faz criação de “aquilo que não havia”, passa a existir. Guimarães Rosa não determina a qual rio pertenceria a terceira margem. Não escreveu: “A terceira margem de “um rio”, mas “do rio”, com abrangência. Estava, pois, criada a nova dimensão da corrente fluvial.

* Escritora, ocupante da cadeira 5 da Academia Mineira de Letras. Presidente emérita da Academia Feminina Mineira de Letras. carmenschneiderguimaraes@yahoo.com.br

O DISCURSO PERSUASIVO

*Côn. José Geraldo Vidigal de Carvalho **

PROLEGÔMENOS

Para que um discurso seja persuasivo é necessário antes de tudo ter em mente a experiência objetivada que visa ao consenso, componente essencial à persuasão.

Os elementos constitutivos desta experiência fluem do fato apresentado e de um sistema de valores.

É assim que se pode despertar o interesse do receptor pelo conteúdo da mensagem.

Há, de fato, condições fundamentais que abrem o caminho para a inter-compreensão, a qual torna possível um consenso. Este resulta de um discurso que capta a adesão almejada.

Cumpra não apenas ativar as sirenes da razão, mas também atinar com o mundo interior latente no outro.

A lógica daquilo que é comunicadô atinge a inteligência. O modo como a ideia é apresentada vai atuar na aceitação do que é proposto, tocando o sentimento.

Não se pode ignorar a subjetividade das pessoas cujos pensamentos borbulham na sua cosmovisão, no seu universo interior. Tudo que está arraigado no seu íntimo e impregna o seu cotidiano.

A racionalidade dirige os argumentos, sendo que a perspicácia com que são expostos se torna a porta que leva a tudo que provoca a empatia com o tema abordado.

A pertinência fenomenológica se apresenta sempre como uma interação.

Esta é uma competição entre objetivos alternadamente rivais e convergentes. O eu do expositor lança a ideia e o tu do receptor vai reagir. Surgem então as zonas de pertinência ou de repulsa.

O consenso só surge quando as zonas de pertinência se ajustam. É o momento exato em que o discurso se torna persuasivo.

Muitas vezes o título de um escrito ou o tema de uma prolação já atrai e provoca uma identificação mental inicial de suma relevância.

As manchetes de um jornal ou revista são objeto de especial atenção exatamente por causa desta implicação.

* Membro da Academia Mineira de Letras, ocupa a cadeira 12. vidigal@homenet.com.br

CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS

Com estes pressupostos, para que o discurso seja persuasivo é necessário da parte daquele que escreve ou fala possuir uma inteligência clara.

Esta percebe e representa facilmente as propriedades essenciais das coisas. Deste modo a verdade se faz acessível aos outros.

Nada afeta tanto a comunicação do que ideias confusas.

Além disto, é preciso que o escritor ou o orador tenha uma inteligência precisa, exata.

Esta exprime todo o objeto e nada mais do que o objeto expresso pelo vocábulo.

Donde se ter em conta o valor próprio de cada palavra, pois estas traduzem uma ideia definida.

Num discurso persuasivo nunca aparecem termos equívocos.

Quem escreve e fala está sempre atento ao significado que o vocábulo possa ter em determinado contexto histórico e social. Isso sob pena de o termo se tornar um obstáculo intransponível para a persuasão, provocando uma dispersão mental no interlocutor.

Nem se pode descurar de que a inteligência do comunicador precisa ser profunda, indo ao cerne mesmo dos seres após uma intensa reflexão. Se o conceito não estiver vivo para quem comunica obstaculizará o entendimento do receptor impedindo a persuasão almejada.

Acrescente-se o papel enorme exercido pelo estilo, pois cumpre dar aos pensamentos e às emoções uma forma artística que agrade.

O estilo é o torneio original conferido pelo comunicador à sua mensagem para torná-la expressiva.

É o dom de comunicar à frase o movimento do pensamento.

A maneira como se enuncia a ideia ser transmitida é essencial para sua receptividade.

A musicalidade da frase agrada.

Não se pode nunca olvidar o valor sonoro da palavra que coloca as ideias em relevo.

Cada palavra é um talismã que faz repercutir a sonoridade interior e a concavidade misteriosa da mensagem.

O estilo agradável se caracteriza também pela familiaridade da expressão unida ao poder do pensamento e da imagem que lhe é representativa.

O comunicador não pode se deslembrar que a imagem deve estar intimamente unida e habitualmente entrelaçada com a ideia a fim de que a obra seja apreciada no seu conjunto harmonioso, melodioso, suave.

CONCLUSÕES

Eis por que os livros bem escritos sobrevivem e os textos preparados com arte para serem falados se perpetuam e entram nas antologias.

As produções antológicas que vencem o tempo, adquirindo uma notável universalidade, resultam de todos esses princípios e de todos os elementos acima expostos.

Textos sobre o amor, a bondade, a generosidade, a justiça, sobre as belezas que há na natureza, as maravilhas que o criador espalhou por toda parte, se perenizam e são reproduzidos por toda parte através de bons tradutores que contradizem o famoso e sonoro trocadilho *traduttore, traditore*.

Tais produções literárias exprimem o belo que fascina o ser humano, levando-os às paragens do sublime.

Um exemplo é, entre outros tirados do lido e relido Sermão da Montanha, esta passagem do Evangelho, quando Cristo quis comunicar a confiança no Pai celeste. Foi felicíssimo o Comunicador divino ao assim se expressar: *"Olhai como crescem os lírios do campo: eles não trabalham nem fiam, contudo vos digo que nem Salomão em toda a sua glória se vestiu como um deles. Se Deus, pois, assim veste a erva do campo, que hoje existe, e amanhã é lançada no forno, quanto mais a vós, homens de fé diminuta? Assim, não andeis ansiosos, dizendo: Que havemos de comer? ou: Que havemos de beber? ou: Com que nos havemos de vestir? (Pois os gentios é que procuram todas estas coisas); porque vosso Pai celestial sabe que precisais de todas elas. Mas buscai primeiramente o seu reino e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão acrescentadas."* (Mateus 6, :28-33). Aliás foi esta passagem que inspirou o célebre romance de Érico Veríssimo escrito em 1938 *"Olhai os Lírios do Campo"*.

Entre as páginas imortais de Rui Barbosa se destaque o que ele escreveu sobre a pátria, trecho muitíssimo atual: *"A pátria não é um sistema, nem uma seita, nem um monopólio, nem uma força de governo: é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos, é o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade. Os que a servem são os que não invejam, os que não inflamam, os que não conspiram, os que não sublevam, os que não desalentam, os que não emudecem, os que não se acobardam, mas resistem, mas ensinam, mas esforçam, mas pacificam, mas discutem, mas praticam a justiça, a admiração, o entusiasmo. Porque todos os sentimentos grandes são benignos e residem originariamente no amor"*. Diante da corrupção reinante no Brasil de hoje e tantos sentimentos antipatrióticos trata-se uma reprimenda enérgica aos maus cidadãos e políticos depravados e um programa de patriotismo para os que amam verdadeiramente o seu país. Tudo numa cachoeira de pensamentos nobres expressos em vocábulos precisos a transmitirem irretorquíveis ideais.

Gonçalves Dias soube como poucos cantar o amor como neste trecho sublime:

*Amor é vida; é ter constantemente
alma, sentidos, coração, abertos
ao grande, ao belo; é ser capaz de extremos,
de altas virtudes [...]*
*Compreender o infinito, a imensidade
e a natureza de Deus; gostar dos campos;
de aves, flores, murmúrios solitários;
buscar tristeza, a soledade, o ermo
e ter o coração em riso e festa;
e à branda festa e ao riso de nossa alma
fontes de pranto intercalar sem custo;
conhecer o prazer e a desventura
o ditoso, o misérrimo dos entes;
isto é amor, e desse amor se morre!*

Para concluir estas considerações, nada melhor do que recordar o imortal Alphonsus de Guimaraens, o ilustre marianense, Príncipe dos poetas mineiros, patrono desta Academia Mineira de Letras. O poema "Ismalia" o qual confirma tudo que anteriormente foi dito sobre o discurso persuasivo

*Quando Ismália enlouqueceu,
Pôs-se na torre a sonhar...
Viu uma lua no céu,
Viu outra lua no mar.*

*No sonho em que se perdeu,
Banhou-se toda em luar...
Queria subir ao céu,
Queria descer ao mar...*

*E, no desvario seu,
Na torre pôs-se a cantar...
Estava perto do céu,
Estava longe do mar...*

*E como um anjo pendeu
As asas para voar...
Queria a lua do céu,
Queria a lua do mar...*

*As asas que Deus lhe deu
Ruflaram de par em par...
Sua alma subiu ao céu,
Seu corpo desceu ao mar...*

FONTES

- ADLLER, Ronald B.; RODMAN, George. *Comunicação Humana*. 7ª ed. Rio de Janeiro, 2003..
- CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 2007.
- DECOUT, *Persuader par la Parole*. Paris, Editions Spes, 1950
- JACOB, André. *Introduction à la philosophie du langage*. Paris, Gallimard, 1976
- SCHERER, René. *Philosophie de la communication*. Paris, SEDES, 1971
- WERNECK, E. *Antologia Brasileira – Coletânea em Prosa e Verso de Escritores Nacionais* 24ª edição, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1945



BRASIL E IRLANDA: 40 ANOS DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS

*Pe. José Carlos Brandi Aleixo**

Em 1º de setembro de 1975, as embaixadas do Brasil e da Irlanda, em Washington DC, anunciaram a decisão de seus governos de estabelecer relações diplomáticas. Elas seriam cumulativas. O Decreto nº 76.388/75, de Ernesto Geisel, criou a embaixada do Brasil na Irlanda, cumulativa com a Missão do Brasil junto às Comunidades Europeias, com sede em Bruxelas. O Decreto nº 92.175/85, de José Sarney, transferiu a embaixada para os Países Baixos, com sede em Haia. O Decreto, de 10/6/1991, de Fernando Collor, estabeleceu sede em Dublin.

Foram, em ordem cronológica, embaixadores do Brasil na Irlanda: Arnaldo Vasconcellos, Luiz Augusto Pereira Souto Maior, Francisco de Assis Grieco, Carlos Augusto de Proença Rosa, José Olympio Rache de Almeida, Carlos Antônio Bittencourt Bueno, Armando Sérgio Frazão, Stélio Marcos Amarante, Pedro Fernando Brêtas Bastos e Afonso José Sena Cardoso (2014...). A Irlanda, inicialmente, incumbiu seu embaixador no Canadá de representar o país também no Brasil. Transferiu a atribuição ao seu embaixador em Portugal e, em 2001, abriu embaixada em Brasília.

Foram, em ordem cronológica, embaixadores da Irlanda: Patrick Francis Power, Sean P. Kennan, James Kirvan, Bernard McHugh, James Michael Greene, Eamon Ryan, John Campbell, Martin Greene, Michael Hoey, Frank Sheridan e Brien Glynn (2014...). Houve cinco encontros de chefes de Estado e de governo das duas Repúblicas: presidentes Mary Robinson e Fernando H. Cardoso, em 29/3/1995, em Brasília; presidentes Mary Robinson e Fernando H. Cardoso, em 23/10/1995, em Nova Iorque, na ONU; 1º Ministro Bertie Ahern e presidente Fernando H. Cardoso, em 18/7/2001, em Brasília; presidentes Mary McAleese e Luiz Inácio Lula da Silva, em 29/3/2004, em Brasília; presidentes Michael Higgins e Dilma Rousseff, em 9/10/2012, em Brasília.

Na promoção de estudos irlandeses no Brasil, destacam-se a USP, *o que editam* a Associação Brasileira de Estudos Irlandeses (Abei) Newsletter e o Abei Jornal: The Brazilian Journal of Irish Studies. Em 29/9/2009, acordo entre a USP

* Professor Emérito da Universidade de Brasília, membro da Academia Mineira de Letras, ocupa a cadeira 19. brandialeixo@ccbnet.org.br

e a embaixada da Irlanda criou a Cátedra de Estudos Irlandeses William Yeats. Em 2005, as talentosas professoras Munira H. Mutran e Laura Patrícia Zuntini de Izarra editaram o notável livro *Irish Studies in Brazil*. Grande conhecedor dos elos entre Brasil e Irlanda é o escritor Peter O'Neill.

Em diferentes circunstâncias, foram à Irlanda: D. Pedro II e Teresa Cristina, 1877; Comitativa da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2000; procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, 2001; Delegação de 44 membros sob a coordenação de Hector Hernán Osório, 2001; deputada Vanessa Graziottin, 2006; ministro da Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, 2006; escritora Ana Maria Machado, da Academia Brasileira de Letras, 2004 e 2013; subsecretário-geral de Assuntos Políticos I do Itamaraty, embaixador Antonio Patriota, 2006; senadores Eduardo Matarazzo Suplicy e Cristovam Buarque, 2008.

Muitos artistas, atletas, acadêmicos e escritores brasileiros participaram de diversos concorridos eventos na Irlanda. Houve duas memoráveis visitas do Navio Escola Brasil à Irlanda. Em 2004, esteve em Dublin. Em 2005, ancorou em Cork. Em ambos os casos, ocorreu calorosa recepção a bordo para 300 convidados. Nos últimos 15 anos, ingressaram no país celta, além de estudantes e turistas, milhares de trabalhadores brasileiros. Muitos deles açougueiros provenientes da cidade goiana de Anápolis, fixaram-se em Roscommon, a cerca de 120 quilômetros de Dublin, e em Gort.

Na ONU, Brasil e Irlanda advogam grandes causas como: direitos humanos, descolonização, preservação do meio ambiente, solução pacífica de conflitos. Ambos os países contam com experiências e estudos tecnológicos variados e de interesse mútuo. A Irlanda aperfeiçoa e difunde o uso de energia eólica. Há centros de alta pesquisa em Dublin e em Cork. No Brasil, a Embrapa e a Embraer lograram grandes avanços. Avião fabricado pela Embraer atuou na rota Cork-Londres.

Em 2015, instituiu-se o Grupo Parlamentar Brasil-Irlanda. Integra-o, entre outros, o deputado Bonifácio de Andrada, descendente, em linha direta, do Patriarca da Independência e da sua esposa irlandesa, Narcisa Emilia O'Leary. Em 17/3/2015, festa de S. Patrício e data nacional da Irlanda, a estátua do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, amanheceu iluminada de verde, cor característica da Emerald Island. Bela e engenhosa manifestação da amizade entre os dois povos.



SOBREVIDA DO ENCANTO POÉTICO*

Fábio Lucas**

Achava-se em andamento a montagem das minhas *Novas Mineiranças* quando, após a leitura do artigo "Aurora resplandecente da poesia" de Angelo Oswaldo de Araújo Santos (Revista da Academia Mineira de Letras, ano 91º, vol. LXVII, out., nov., dez., 2013), focando o poeta Anelito de Oliveira, sua obra lírica e ensaio acerca de Affonso Ávila, ocorreu-me enumerar autores mineiros dignos de serem reeditados, ou selecionados e estudados em trabalhos críticos, anotados. Muitos submetidos ao esquecimento a esta hora. Ei-los em ordem alfabética: Abgar Renault, Affonso Arinos de Melo Franco (sobrinho), Alphonsus de Guimaraens Filho, Anelito de Oliveira, Bueno de Rivera, Celina Ferreira, Cristiano Martins, Elza Beatriz, Guilhermino César, J. Guimarães Alves, Lúcio Cardoso, Marcelo de Sena (ou Cristiano Martins), Maria José de Queiroz, Murilo Araújo, Oneida Alvarenga, Rosário Fusco. Certamente ao leitor acudirão outros.

Capítulo especial será dedicado aos tradutores. Dos poetas gregos há um grupo, a começar por Austen Amaro. Da *Divina Comédia* de Dante, temos Armando Ziller e Cristiano Martins, enquanto Henriqueta Lisboa e Oscar Dias Correia verteram parte ao português. Abgar Renault traduziu poetas da língua inglesa. Do alemão, Cristiano Martins trouxe Rilke. Do francês, uma legião, na qual se inclui Silviano Santiago, que trabalha o coloquialismo terno de Jacques Prévert. Do latim, incontáveis, levando-se em consideração as letras de cânticos religiosos. Machado de Assis, na linha de Baudelaire, trouxe aos brasileiros "O Corvo" (*The Raven*) de Edgar Allan Poe. Notável analista do poema de Poe, Ivo Barroso, especialista em traduções, no entanto louva a de Milton Amado, jornalista do antigo *O Diário* (católico), como a mais perfeita e fluente, mesmo em confronto com as de Machado e de Fernando Pessoa, dois gênios do idioma.

Essas breves considerações guardam o intuito de assinalar a atmosfera propícia à manifestação de cunho poético em Minas Gerais. Alguns apontam as montanhas como fator que leva à introspecção. Cristiano Martins, com o pseudônimo

* O presente texto consta da obra em preparo: *Novas Mineiranças* (recaída).

** Escritor, crítico literário, tem vários livros publicados. Ocupa a cadeira 22 da Academia Mineira de Letras. professorfabiolucas@gmail.com

de Marcelo de Sena, na abertura da obra *Poemas* (BH: Edição Lume, 1976), usa como epígrafes citações de Shelley e de Musset, que unem a tristeza e o desespero às doces canções e à beleza. Seria o estado de espírito em que floresceu A elegia de abril (1932) de Marcelo Sena?

Alphonsus de Guimaraens Filho, no fecho da Antologia da Poesia Mineira – fase modernista (BH: Livraria Cultura Brasileira Ltda, 1946), transcreve, em nota, poema do capixaba (portanto, não-mineiro) Aquiles Viváqua, que viveu intensamente o clima intelectual de Belo Horizonte (com João Dornas Filho e Guilhermino César manteve a publicação Leite Criolo, de cunho afro-brasileiro). Título: “Os bancos debaixo das árvores são macios”. Derradeiro verso: “ – Todas as horas mineiras são boas e simples...”

Em 2014, tive em mãos três coletâneas de poemas, cujo valor e densidade provocaram em mim a alegria da descoberta e um sentimento de não poder alertar o público para obras tão singulares, encaixadas na mais alta significação literária. Assim, muitas vezes, desfrutei das composições de *O Sentido das Horas*, de Carlos Roberto Pellegrino (BH: Ed. do Autor, 2014), que se abre com a epígrafe buscada no poema “As vezes” de Emílio Moura, outro poeta a requerer edição crítica:

“As vezes, subitamente,
a poesia visita pura.
Infelizmente pura,
como uma rosa.
Melhor ainda:
como a ideia de rosa.”

Humberto Werneck, na breve apresentação de Carlos Roberto Pellegrino, nomeia-o “Poeta a céu aberto”. Ambos, Werneck e Pellegrino, reverenciam Emílio Moura. Os três revisitam a mitografia ocidental, filosofam, sabem que, com a consciência da morte, vivemos um grande sonho. Uma ilusão que nos mantém de pé, acumulando experiências e, quando possível, nos eternizamos pela palavra aprendida com os exemplos dos poetas que não morrem, visionários das alturas.

Do interior do Estado, chegou-me *Suave como a Morte* (SP: Guaratinguetá, 2014) de André Luiz Cosme Ladeira, nascido no Rio em 1982, mas optante por viver no sul de Minas (Varginha, MG). Medita sobre a morte, tem o túmulo, o Coveiro e a noite como signos temáticos, embora dedique a parte final da obra à luz do sol, em monólogo poético em dois atos. Estriba-se em Fernando Pessoa e o destaca, pois recusa a buscar o mistério das coisas e diz:

“Porque a luz do sol vale mais que os pensamentos
De todos os filósofos e de todos os poetas.
A luz do sol não sabe o que faz
E por isso não erra e é comum e boa.”

Toda a sabedoria meditativa povoa Suave como a Morte. Curiosamente, sai a lume agora, quando médicos, biólogos, cientistas e poetas-pensadores indagam da autonomia de cada um na disposição do próprio corpo e da própria mente. Discute-se sobre a morte suave, indolor, nos casos extremos de moléstia incurável e da dor inevitável.

Ponto final: sinto-me no dever de enunciar, ainda que sucintamente, *As Mesmas Palavras* (BH: Veredas & Cenários, 2012). Coleção Obras em Dobras, de autoria de Osvaldo André de Mello, mineiro de Divinópolis, nascido a 30 de agosto de 1950. Tenta estabelecer o diálogo entre a forma poética e as reminiscências culturais dos espaços vivenciados pelo autor. Tais espaços são flagrados e sublimados pelo conteúdo histórico que encerram, como se a História fosse uma contenda diária. Os poemas de Osvaldo André de Mello alimentam-se igualmente dos reflexos de leituras da História e do testemunho dos grandes poetas. Carlos Drummond de Andrade sendo um deles. Outro, Onestaldo Pennafort, a quem homenageia e de quem utiliza os títulos de cada núcleo temático e respectivas epígrafes.

Dotado de rara visão plástica, explora, nos entretexos, a camada erótica do paisagismo mineiro, milionário no mesmismo dos quintais. Cumpre, então, nomear-lhe os prismas objetivos, como que a rebarbarizar os vocábulos e devolver-lhes a energia primal. Procura redimir o patrimônio cultural, combinando Eros e morte, natureza e arte.

De cinco módulos se compõe *As Mesmas Palavras*: “A sombra das montanhas”. “Insidiosa estação”. “A música do chão”. “Apenas um jardim” e “A poesia dos muros”. O analista deve escrutinar o horizonte-limite de cada exploração temática. Certo animismo percorre o conjunto, o qual, associado à condição humana, nas suas múltiplas vertentes relacionais e afetivas, surpreende e questiona as condutas perante o ouro e o diamante, deificados em lances de mesquinhez e ousadia.

Além do âmbito especulativo, o lírico alcança o terreno da fé e da crença, convida o leitor a nova teologia, despojada das aparências negativas do antropomorfismo redutor dos entes sagrados. Tenta restaurar os mitos que fermentam a seara do poético. Segue-se a *As Mesmas Palavras*, uma seleta de poemas das obras anteriores do poeta. Rico manancial, complexa realização multimídia, abundantes versos e poemas a exaltar a poesia da poesia. As viagens no tempo, nos lugares e nas letras. O conjunto é uma festa de valores polissêmicos. Traz importante prefácio de Alba Valéria Niza Silva, além do cd com a leitura oral do poeta, interpretando de viva voz todos os poemas.



A EDUCAÇÃO CONFSSIONAL EM MARIANA

*Manoel Hygino dos Santos**

Talvez poucos se interessarão pela história das Vicentinas que vieram para o Brasil em meados do século XIX. Quem se preocuparia com isso nos séculos XX e XXI? Por que e para quê? No entanto, há quem se voltou para esse estudo como Ana Cristina Pereira Lage, mineira, graduada em História pela Universidade Federal de Minas, onde fez doutorado na mesma área.

Não parou. Recebeu bolsa CAPES para doutoramento na Universidade de Lisboa. Hoje é professora de cursos de Licenciatura em História e Bacharelado em Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, em Diamantina, e desenvolve pesquisa na área de história das instituições confessionais femininas.

“Conexões Vicentinas”, particularidades políticas e religiosas da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentistas, seu livro com mais de duzentas páginas, ajuda a compreender e sentir a presença dessas religiosas em Minas e seu importante papel na educação. Não foram poucos os obstáculos e dificuldades, ao se instalarem, a começar que se exigia o conhecimento da língua portuguesa, já que preponderantemente usuárias do francês.

O cenário dessa atividade foi Mariana e Dom Viçoso, o arcebispo, lhes cedeu a primeira casa. No período inicial, além de aprender a língua, atendiam doentes e pobres e circulavam pela cidade para conhecerem os costumes. Os sapatos das religiosas não eram apropriados para as ruas, pois lhes machucavam os pés, além do que adquiriam os incômodos bichos-de-pé. Antes de cuidar do próximo, tiveram de tratar de suas próprias doenças, que nada tinham a ver com as dos países de origem. Algumas passaram meses acamadas, sofrendo também com carrapatos.

O poder provincial lhes concedia subvenções. As vicentinas assistiam doentes e idosos desamparados. Introduziram a educação para as meninas de famílias abastadas, mas também ofereciam ensino gratuito para as pobres e ajudavam na manutenção das órfãs. Esse atendimento agradava ao poder público, que não necessitava, assim, de mais investimentos no setor social.

* Jornalista, escritor, integra a Academia Mineira de Letras, ocupando a cadeira 23. manoelhygino@santaca-sabh.org.br

As religiosas sabiam que tinham de fazer mais e se preocupavam com a própria subsistência. Deste modo, as irmãs e suas alunas se dedicavam a trabalhos manuais, produzindo peças artesanais para vender e ajudar na manutenção de sua incipiente obra.

A questão era delicada e extensa. Segundo Maria Luiza Marcílio, durante dois séculos, o assunto competia às Câmaras das vilas e cidades de Minas. Em Mariana, primeira vila e cidade, a Câmara teve o cuidado de registrar os expostos que criava, entre 1776 e 1883, e encaminhá-los para onde pudessem receber apoio e carinho. Os socorridos em casas de famílias somavam 983 bebês, o que surpreende, se se levar em conta o número de habitantes. As Câmaras pagavam, com valores muito baixos, as famílias que recebiam órfãos. Como estas enfrentavam também dificuldades financeiras, cristãos leigos as ajudavam.

Para a professora Ana Cristina, a ampliação de escolas caritativas não constituía algo apavorante para os cofres públicos, uma vez que, em pouco tempo, poderiam manter a obra sem subvenções. Resolviam-se os problemas da orfandade feminina, “preparando estas órfãs para a futura função de esposa e mãe, “cabendo à província auxiliá-las no momento em que estivessem aptas ao casamento, contribuindo com recursos para o dote das jovens”.

Segundo o jornal “O Português”, de Lisboa, as mulheres portuguesas já possuíam noções de caridade suficientes para abrigar e recolher os necessitados, evitando que a propaganda francesa enfatizasse que o acolhimento e educação resultavam da influência e atuação oriunda no outro lado da fronteira. Havia mesmo debate sobre a legalidade da presença das freiras francesas em Lisboa, como observa Ana Cristina. O problema se transportou ao Brasil naturalmente, enquanto ganhava as ruas da capital portuguesa.

O padre Miguel Spoli enviou, então, carta ao cardeal denunciando: “A perseguição dada aos Lazaristas franceses e às Irmãs de caridade da qual já falamos, tem tomado tal desenvolvimento, na Capital, e nas Províncias, que pela contínua linguagem jornalística, chegamos às vias dos fatos. Há poucos dias, em uma das ruas mais povoadas de Lisboa, um passante jovem escritor, deixou o seu grupo de amigos para dizer palavras obscenas a uma daquelas santas senhoras, e isso se passou impunemente. Outro dia foram recebidas com pedradas em outra rua, sendo que uma das Filhas de Caridade ficou machucada”.

O tema interessa, evidentemente, aqui como lá, porque em Mariana se instalou a primeira instituição confessional feminina de Minas Gerais, enquanto a portuguesa ficava em Lisboa. Pode parecer apenas um detalhe, mas não é. Naquele período, considerava-se o fortalecimento e o desenvolvimento do discurso liberal, que valorizava as particularidades nacionais e as necessidades do indivíduo, como enfatiza a autora.

A presença das vicentinas em Mariana e Lisboa “é marcante e forte. Na exposição ora comentada, pretende-se sublinhar” as diferenciações, indicações e

identidades coletivas presentes nessas comunidades, para assim compreender a necessidade de instalação, fortalecimento ou enfraquecimento do ensino confessional em contextos mais amplos.

Constata-se que se vivia uma fase muito especial para a educação em Portugal e em seus domínios. Aliás, na apresentação do livro, a professora Thais Nívea de Lima e Fonseca, da UFMG, observa que com o trabalho de Ana Cristina se abrem “janelas para olhares mais cuidadosos sobre a história da educação e das instituições de caráter confessional”, definindo: “Este livro é uma obra de inegável importância para a historiografia da educação”.



A VOZ DE MINAS: UM ENCONTRO ENTRE A LIBERDADE E A JUSTIÇA SOCIAL*

*Patrus Ananias de Souza***

A história do Brasil, dentro dos melhores valores da tradição judaico-cristã e da civilização greco-romana, ampliadas com as contribuições culturais e espirituais dos povos da África, do Oriente e dos que primeiro ocuparam as terras do Brasil e das Américas, sempre buscou os difíceis caminhos da liberdade e da justiça.

Minas Gerais, desde os seus primórdios no entardecer do século XVII, quando surgiu esta esplêndida e misteriosa Mariana, capital primaz de Minas, deu à pátria brasileira uma singular contribuição nessa caminhada em busca de estágios civilizatórios mais avançados nos campos da Política, do Direito e da Ética.

Os conflitos entre os mineradores e os desmandos de uma Coroa autoritária e insaciável logo se manifestaram. Entre os rebeldes libertários que ousaram afrontar a prepotência e a ganância do poder colonial avulta a figura de Filipe dos Santos, que teve a sua morte precedida e conjoinada pela prática cruel e degradante, especialmente para os que a praticam, da tortura.

Tivemos, a partir dos territórios libertários da Vila do Carmo e da Vila Rica, à Inconfidência Mineira, com seus poetas notáveis, padres revolucionários e a figura admirável do alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, que se tornou pelo sacrifício supremo, decorrente da plena assunção de suas responsabilidades e da não delação dos companheiros, a referência maior do movimento, cujo lema tronou-se o símbolo e a expressão mais alta de Minas: "Liberdade ainda que tardia".

Entre os poetas inconfidentes, Tomás Antônio Gonzaga, o autor das irreverentes Cartas Chilenas, foi também o jurista que escreveu o primeiro compêndio sobre o Direito Natural em português, o direito que antecede o Estado e constitui o núcleo inviolável do mistério e da dignidade da pessoa humana.

* Discurso proferido no "Dia de Minas", em Mariana, em 16 de julho de 2015.

** Prof. da PUC MG, homem público, escritor. Ministro do Desenvolvimento Agrário; ex-prefeito de Belo Horizonte e ex-ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Da Academia Mineira de Letras, cadeira 39. ananiaspatrus@gmail.com

Dois séculos depois, Edgar de Godói da Mata-Machado, herdeiro e porta-voz das melhores tradições libertárias de Diamantina, tornou-se entre nós o grande pensador do Direito Natural – contra os que se julgam donos do Estado e das leis. Edgar tornou-se também, símbolo da resistência à ditadura pós 1964. Sofreu as consequências de sua integridade e coerência entre o pensar e o agir, a fidelidade a si mesmo. Professor catedrático da Faculdade de Direito da UFMG e da Faculdade Mineira do Direito da PUC-Minas, foi aposentado compulsoriamente e impedido de fazer o que mais gostava: ensinar, partilhar o conhecimento com as novas gerações. Edgar permaneceu fiel ao ensinamento do personagem maior de Guimarães Rosa, o jagunço-filósofo Riobaldo Tatarana: mestre não é quem ensina, mas quem de repente aprende. Deputado Federal, teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos; o filho José Carlos Novaes da Mata-Machado, herdeiro das qualidades morais e intelectuais do pai, foi assassinado sob tortura nos porões de horror da ditadura.

Voltando aos inconfindentes, a liberdade que eles queriam pela vida da conquista e da luta cívica veio depois, mais tímida, sob a forma de uma quase doação negociada. Esteve a mediá-la, todavia, a figura patriótica e honrada de José Bonifácio de Andrada e Silva. Assim, antes mesmo de formalizada a Independência, tivemos a convocação de uma Assembleia Constituinte, cujos trabalhos foram interrompidos pelo golpe de força do imperador. Ficaram as sementes. A Constituição outorgada acolheu a primeira geração dos direitos individuais. Na Câmara dos Deputados, que se instalou em 1826, Bernardo Pereira de Vasconcelos, representante de Minas e filho de Vila Rica, levanta a bandeira das liberdades e garantias constitucionais. Denuncia as comissões militares que se instalaram, ao arrepio da constituição, das leis e do devido processo legal, para julgar os rebeldes confederados de Pernambuco. Saúda o imperador, enquanto imperador constitucional, e torna-se o mais áspero crítico de Pedro I quando este, cada vez mais, cede às tentações do poder absolutista.

Teófilo Otoni, outro mineiro com os olhos no futuro e nas possibilidades do país, lidera a revolução liberal em Minas, contrapondo-se aos excessos centralizadores do segundo império e antevendo as possibilidades de desenvolvimento de Minas e do Brasil. O olhar e as ações desenvolvimentistas de Teófilo Otoni, que já apontava para a superação do trabalho escravo e da grande propriedade improdutiva, encontraram acolhida e ressonância nos primeiros anos da República no governo esclarecido, austero e inovador que João Pinheiro desenvolvia em Minas. A morte precoce do jovem e lúcido estadista interrompeu uma das mais instigantes experiências de gestão pública ocorridas em Minas e no Brasil.

A história do nosso país testemunha a disputa entre os ideais libertários e de justiça social e as forças obscurantistas dos golpismos, autoritarismos e exclusões. Mais uma vez, a voz de Minas se fez ouvir quando o silêncio do Estado foi quebrado, em 1943, pelo Manifesto dos Mineiros.

A nossa geração, a geração da presidenta Dilma e do governador Fernando Pimentel, viveu a experiência amarga da ditadura implantada com o golpe de 1964 e levada às piores consequências com o Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968. É preciso preservar a memória atentos à advertência de Winston Churchill: os que esquecem o passado estão condenados a revivê-lo. A luta heroica dos que resistiram ao arbítrio levou-nos à reconquista da democracia com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988, a Constituição Cidadã nas palavras de Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte.

O processo constituinte aberto com as eleições parlamentares de 1986 foi seguramente o mais participativo da História do Brasil e possibilitou-nos, assim, a mais democrática das Constituições brasileiras, que acolheu o paradigma do Estado Democrático de Direito, onde se encontram e harmonizam as liberdades públicas, os direitos individuais, os direitos sociais – os direitos dos pobres, dos trabalhadores, das populações tradicionais, das minorias – os novos direitos difusos e coletivos referentes ao meio ambiente, à preservação da memória, do patrimônio histórico, dos bens e valores culturais, às exigências superiores do bem comum e do interesse público.

O Estado Democrático de Direito está alicerçado nos direitos fundamentais que são basicamente os direitos humanos, tão bem sintetizados na Declaração das Nações Unidas de 10 de dezembro de 1948, atualizados, ampliados e efetivamente garantidos na Constituição e no ordenamento jurídico.

A Constituição, fundada em valores, princípios e diretrizes que asseguram a sua unidade e eficácia, estruturou o mais avançado texto jurídico da nossa história e a partir dele, do texto constitucional, possibilitou desdobramentos em um conjunto de leis infraconstitucionais e políticas públicas que mudaram o Brasil e abriram as portas da cidadania a milhões de pessoas, famílias e comunidades. Lembremos as normas e diretrizes protetoras dos indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais; das mulheres, das minorias, dos diferentes; o Sistema Único de Saúde – SUS, o Sistema Único da Assistência Social-SUAS, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Igualdade Racial; o Fome Zero (tornou-se uma realidade em 2014 quando a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO, retirou o Brasil do mapa da fome no Mundo); o Bolsa-Família, ampliado depois com o Brasil Sem Miséria; o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos - PAA; o Programa Minha Casa, Minha Vida, o Luz para Todos, o Programa Universidade para Todos – PROUNI; o princípio constitucional da função social da propriedade e das riquezas.

Um desafio que se coloca hoje à consciência cívica e democrática do país é nos mobilizarmos para a defesa das conquistas da Constituição e das leis que possibilitaram as conquistas notáveis que tivemos nos últimos anos. Entre essas

conquistas estão os valores e procedimentos democráticos, a tolerância, o diálogo, a escuta, a busca permanente na construção de consensos e espaços compartilhados, o respeito às opiniões e práticas diferentes. Defender as conquistas constitucionais é resistir, ainda que amorosamente, às práticas e procedimentos, muitas vezes violentos, dos que querem impor pela coação, pelo constrangimento e pela força a sua compreensão sectária do Brasil.

Sempre tivemos que enfrentar, nos embates democráticos, os que não se desapegam de suas concepções e práticas ditatoriais. Temos também que confrontar sempre, pelas vias democráticas da não violência e do respeito aos direitos fundamentais, aqueles que insistem em não acreditar na capacidade empreendedora, criativa e generosa do povo brasileiro. Estaríamos, segundo essa visão colonizada e colonizadora, dissociados do projeto nacional, condenados ao fracasso e ao subdesenvolvimento. Nada fizemos, nada conquistamos. Talvez, para esses setores da amargura, do ressentimento e do obscurantismo seja bom que prevaleçam os seus sentimentos e as práticas antinacionais para que possam melhor manter os seus preconceitos e privilégios.

Assim, não admitem os avanços notáveis, sobretudo no campo social, que tivemos nos últimos anos, dentro das diretrizes constitucionais, especialmente nos governos Lula e Dilma. Tampouco se incomodam com os riscos e desafios a que são expostos direitos constitucionais em face de procedimentos judiciais e legislativos que muitas vezes desconsideram as exigências constitucionais do devido processo legal, que está fundado no amplo direito de defesa, no princípio do contraditório e na presumibilidade de inocência; e do devido processo legislativo que não pode desconsiderar normas e procedimentos que garantem as grandes conquistas constitucionais, legais e sociais que tivemos a partir do texto constitucional e de suas normas regulamentadoras.

A eleição do governador Fernando Pimentel é parte desse processo de mudanças e conquistas. Está inserida na trajetória da Minas libertária e radicalmente comprometida com os destinos da pátria. É o resgate da Minas libertária, muitas vezes minoritária, que agora se faz maioria para realizar em Minas o encontro da liberdade e da justiça. As primeiras iniciativas do governador Pimentel, como o histórico acordo com os trabalhadores da educação, a descentralização administrativa e participativa, a valorização das diversidades regionais de Minas e o reconhecimento da contribuição dada por lideranças oriundas dos movimentos sociais ao desenvolvimento do Estado, expresso através da medalha dos Inconfidentes, apontam para esse caminho.

Quero encerrar, nos 319 anos de Mariana, prestando uma homenagem a uma admirável pessoa humana, seguidor de Jesus de Nazaré, e que fez de sua presença e liderança na arquidiocese de Mariana o momento maior de sua vida fecunda e inteiramente dedicada aos pobres, excluídos e ao compromisso com a libertação e com a justiça: Dom Luciano Mendes de Almeida traduz e expressa,

numa dimensão muito maior e transcendental, tudo o que pretendi dizer neste discurso. Deixemo-nos guiar pelo testemunho, pelo exemplo e pelos ensinamentos de Dom Luciano e certamente, construiremos em Minas e no Brasil, a sociedade humana, justa e solidária que queremos.



GUARDADORES DE LIVROS*

*Ivan Angelo***

Por que se guardam livros com tanta dedicação? O que é que se guarda quando se guarda um livro? Com que intenção, com que sonho, com que visão de futuro, para quem, para quê, um sacerdote ou um rei guardou há 4.000 anos milhares de tijolinhos de argila com textos escritos, em um templo da cidade de Nippur, na Babilônia? Que motivos impulsionaram um ancestral dos iraquianos de hoje, o rei assírio Assurbanípal, há 2.650 anos, a criar em Nínive a primeira grande biblioteca organizada e catalogada de que se tem notícia e guardar ali todo o material escrito que pôde recolher nos seus vastos domínios, da qual restam preservadas 23.357 peças? Milênios mais tarde, onde os homens que mantêm a Biblioteca da Universidade Harvard, a maior biblioteca particular do mundo, foram buscar a devota aplicação com que acumularam 18 milhões de itens, partindo de uma doação de 400 livros feita em 1638 – 377 anos atrás? Por que os mosteiros da Idade Média guardaram livros? Por que nós os guardamos?

No fundo, o que se guarda em qualquer biblioteca é o tempo. O tempo que o homem aprisionou quando inventou a escrita e do qual se tornou prisioneiro. Com a escrita, o homem se desligou do presente e se lançou na aventura do futuro. O texto escrito traz em si o projeto de ser lido, o futuro. No mesmo movimento, o homem se ligou ao passado, testemunhado pelo texto. Começou a História. A partir da escrita, o homem não pôde mais retroceder, segurar a História. Começou então a construir a pirâmide do conhecimento, do saber. Uma pirâmide invertida, porque parte de um ponto para uma amplidão sem limites.

E foi lá que começou, nessa região que é hoje o Iraque, parte do Irã, parte da Síria, e tem ao lado a Palestina, a Cisjordânia, Israel. Onde foi inventada a escrita, inventou-se também a biblioteca. Dezenas de depósitos de plaquetas escritas foram desenterradas em sítios arqueológicos de cidades distantes umas das outras, de nomes mágicos como Lagash, Nippur, Nínive, Babilônia, Mari, Hatusa, Ur, Shurupak, Uruk, Kalakh, Assur, Alepo e muitas outras.

* Palestras proferida dentro do projeto Autor na Academia no dia 26.11.2015

Alguns poderosos tentaram mudar o movimento, direcionar a História.

O rei caldeu Nabunassar tentou. Setecentos e quarenta anos antes de Cristo, ele pretendeu apagar o passado destruindo todas as plaquetas escritas que encontrou na Babilônia. Não queria que a memória dos feitos de qualquer rei antes dele suplantasse a de seus próprios feitos.

Conquistadores romanos, cristãos e muçulmanos queimaram os frágeis papiros da cultura egípcia antiga, babilônica e grega reunidos na maior biblioteca da Antiguidade, a de Alexandria. Os soldados de Júlio César a destruíram em 47 a.C.; depois de reconstruída por Marco Aurélio, a biblioteca foi novamente destruída, pelos cristãos; de novo reconstruída, cresceu até o ano de 642, quando o sultão Omar, em nome de Alá, mandou queimar todos os rolos de papiros, argumentando que se aquelas obras contivessem o que já estava escrito no Alcorão, não eram necessárias, e se contivessem algo que contrariasse o Alcorão, deveriam ser destruídas.

As religiões queimaram muitos livros. Autos de fé na Paris de 1242 queimaram 24 carretas cheias de manuscritos, proibidos pela Inquisição. Os inquisidores continuaram a queimar livros em nome de Deus, séculos afora. Henrique VIII, na Inglaterra de 1533, acabou com as ordens religiosas, desfez as bibliotecas dos mosteiros, dispersou livros, destruiu manuscritos. Hitler e Stalin, cada um a seu modo, tentaram direcionar a História, queimando livros que contrariavam sua ideologia.

Um longo caminho foi percorrido nesses 5.500 anos de escrita até se chegar ao livro de hoje. Quantos se dedicaram a essa atividade naquela região onde guerreavam – e ainda guerreiam – sumérios, acadianos, assírios, babilônios, caldeus, amorreus, hititas, cananeus, arameus, moabitas, elamitas, hebreus, árabes... Uma quantidade enorme de conhecimento foi acumulada, guardada, transmitida, desde aquele momento em que a civilização suméria usou uma plaqueta de barro para gravar sinais significantes.

Calcula-se que já foi recolhido na região do Oriente Próximo cerca de um milhão de plaquetas, desde que arqueólogos europeus as descobriram e decifram a escrita cuneiforme no século 19. Quantos as produziram durante mais de dois mil anos, até que outras técnicas as substituíram? Uns se empenhavam na produção do barro, outros produziam uma espécie de bandeja de madeira que acomodava o barro para a escrita, outros escreviam ou copiavam, depois o barro escrito era retirado das bandejas, cozido e guardado: estava pronto um "volume", do tamanho aproximado de uma página de livro médio de hoje.

Depois vieram os papiros, que o Egito produzia e vendia para o mundo de então. Quantos, quantos trabalharam nisso?: colher a planta nos brejos, cortar os talos de alto a baixo, retirar as películas internas, arrumá-las numa camada vertical, sobrepor-lhes uma camada horizontal, amassar, prensar, emendar, alisar, secar, aparar, depois escrever com tinta e enrolar: estava pronto um "livro", um rolo de papiro. A literatura clássica, a cristã primitiva, a medieval, foram guardadas assim.

Outros inventaram nova maneira de dispor o papiro, não em rolos, mas em folhas sequenciais: estavam criados os códices. Outros trocaram o frágil papiro por peles finas de animais, e então a página podia ser raspada, reescrita, desenhada, pintada: criava-se o pergaminho. Outros escreviam sobre tabletes recobertos por uma fina camada de cera. Outros, na China distante, produziram o papel a partir de uma pasta de madeira espalhada em camada fina sobre uma superfície lisa, depois seca e polida, produto que chegou à Europa por intermédio dos árabes, no século XII, e deu origem aos incunábulos, textos impressos em papel a partir de pranchas gravadas. Outros, na Alemanha do século XV, criaram os tipos móveis e a máquina de imprimir: nasceu a imprensa, invento que multiplicou o livro, acelerou o conhecimento e novamente mudou o mundo.

Centenas de milhares de trabalhadores, desde o oleiro que preparou o melhor barro para fazer a plaqueta de escrever até o engenheiro eletrônico que aperta um botão em Chicago e faz imprimir uma edição de 100.000 exemplares em Los Angeles – centenas de milhares, repito, se empenharam no aprimoramento e multiplicação de suportes para a escrita. Oleiros, marceneiros, curtidores, pigmenteiros, ourives, marfileiros, escritores, escribas, escreventes, apontadores, copistas, calígrafos, tradutores, alfarrabistas, tipógrafos, datilógrafos, digitadores, revisores, paginadores, pintores, ilustradores, desenhistas, gráficos, impressores, engenheiros – milênios de trabalho.

Guardar tudo o que se fez não foi possível, nem foi fácil guardar o que se guardou. Pensemos nisso, imaginemos a febril ansiedade do rei Assurbanípal, 660 anos antes de Cristo, esperando a chegada das lajotinhas preciosas que mandava seus emissários recolher pelo mundo conhecido. Foi encontrada sua carta para um deles, Schadanu, que estava em missão na Babilônia. Cito um trecho:

"Procura e traz-me as preciosas plaquetas de que não haja transcrições na Assíria. Acabo de escrever ao intendente do templo e ao administrador de Borsippa informando-os de que tu, Schadanu, deves guardar as plaquetas no teu depósito e que ninguém deve se recusar a entregar-te todas as que exigires. Se tiveres notícia de alguma lajotinha ou de algum texto ritual que seja próprio para o palácio, procura-os e manda-os para cá".

Imaginemos com que determinação os reis gregos do Egito, Ptolomeu I e II reuniram quase meio milhão de papiros para formar a biblioteca de Alexandria, três séculos antes de Cristo. Consideremos os sentimentos de culpa, reparação e orgulho do imperador Marco Aurélio, um sábio, ao refazer essa biblioteca destruída pelos romanos.

Calculemos o trabalho diário, interminável, de manutenção de algumas das maiores bibliotecas do mundo: a Bibliothèque Nationale, em Paris, cujas origens remontam a 647 anos; a British Library, em Londres, de 262 anos; a Biblioteca del Palacio, em Madri, de 303 anos; a Library of Congress, em Washington, de 215 anos; a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, de 205 anos; a Bayerische

Staatsbibliothek, em Munique, de 457 anos; a Harvard, de que já falamos, com 377 anos; a Biblioteca Pública de Amsterdã, de 437 anos – e muitas outras, pelo mundo inteiro, cada uma guardando milhões e milhões de livros e documentos, a de Londres com 150 milhões de itens!

Pensemos no afã dos sábios que construíram e constroem pacientemente suas bibliotecas particulares. Pensemos nos amantes de livros, colecionadores dos nossos dias, como o escritor, crítico, editor e bibliófilo mineiro Eduardo Frieiro, guardador de preciosa biblioteca doada à Academia Mineira de Letras, ou como o industrial e bibliófilo paulista José Mindlin, que foi guardião de livros datados desde o século 15 entre as preciosidades de seus mais de 20 mil volumes, e pensemos no que ele disse: “*Considero-me um depositário das coisas do passado, para passá-las adiante*”.

Recuemos nosso pensamento até aquele rei na longínqua Mesopotâmia, Assurbanipal, 2650 anos atrás, fundador da primeira grande biblioteca do mundo. Ele mandou gravar nas plaquetas que reuniu, em escrita cuneiforme, esta declaração: “*Eu, Assurbanipal, rei de legiões, rei de nações, rei da Assíria, a quem os deuses deram ouvidos atentos e olhos perfeitos, li tudo quanto os príncipes meus antecessores conseguiram reunir. Movido pela veneração que dedico ao filho de Marduk, Nabu, o deus da sabedoria, eu reuni estas lajotas; eu as fiz transcrever e as tenho colecionado, eu as firmei com meu nome para conservá-las em meu palácio*”. E o que continha essa biblioteca? Livros de provérbios, presságios, profecias, sortilégios, feitos de guerra, medicina, matemática, administração, botânica, farmácia – e literatura: poemas, contos, epopeias. Faz parte da coleção de Assurbanipal um longo poema da criação do mundo. E a grande Epopeia de Gilgamesh, uma das mais importantes obras literárias da Antiguidade, escrita por volta de 2.000 a. C.. Conta as aventuras do herói, Gilgamesh, rei sumeriano de Uruk, e seu amigo Enkidu, em busca da imortalidade. Encontra-se aí a lenda mais antiga sobre o dilúvio, em tudo parecida com aquela que mais tarde foi incluída na Bíblia. Que é, aliás, outro livro produzido na mesma região, mais de mil anos depois.

Pensemos nas bibliotecas e nos Mindlins do mundo inteiro, nos motivos que inspiraram os grandes e os pequenos colecionadores, e lembremo-nos de que quase tudo que o homem pensou e criou nesses 5.500 anos foi guardado nos livros.

Chegamos então ao grande enigma contemporâneo: a biblioteca sem livros. Bibliotecas nas nuvens.

Há alguns anos, quando ouvi a expressão pela primeira vez, achei a coisa abstrata demais, aérea demais para o meu terrestre entendimento. O Google ainda não era esse milagre que de tão corriqueiro se tornou aceito por todos com a naturalidade da ignorância. O milagre da multiplicação dos conteúdos se realiza diante de nossos olhos já sem espanto. Eis o passe de mágica: os livros já não

precisam de uma estante, tornaram-se virtuais, dispensam um espaço físico. As grandes bibliotecas mundiais alcançaram isso aos poucos. A partir de 1970, foi iniciado um processo de computação de catálogos. Os fichários em papel estavam velhos, desfazendo-se, eram lentos. Começaram a surgir os acessos públicos aos catálogos e os acordos de intercâmbio entre bibliotecas universitárias e públicas, já nos anos de 1980. Daí, nos anos 90, essas interfaces passaram para a rede mundial, a *web*, e começou a interação com os mecanismos de busca, tipo Altavista e Google. Os buscadores começaram a digitalizar teses universitárias, depois livros de domínio público, depois todos os livros dos catálogos das bibliotecas públicas. Podemos imaginar que dentro de pouco tempo a totalidade dos livros guardados no mundo, do passado e do presente, estarão digitalizados e disponíveis para consulta ou leitura. As partes gigantes saberão negociar os direitos autorais, como já tem sido feito. E onde está sendo armazenado todo esse material impalpável? Na nuvem. Mentes curiosas perguntam: com que interesse?

A nuvem é nada mais do que um serviço de armazenamento e entrega. Possibilita novas formas de estocagem de dados em escala absurdamente grande e acesso público mundial. Para funcionar, precisa que equipamentos de marcas e tecnologias diferentes, em países diferentes, de economias desiguais, de legislações diversas, compartilhem dados. Os estudiosos da nova biblioteca inventaram uma palavra para isso: interoperabilidade. É ela que torna possível a computação de numerosas bibliotecas na nuvem, um imenso complexo de *hardware* e *software*. É lá que estão os nossos *e-mails*, os livros digitalizados ou os arquivos onde o WikiLeaks vai buscar os dados de suas denúncias. É lá que os *tablets* e os *smartphones* buscam os conteúdos disponibilizados pelos aplicativos.

O maior monopólio da nuvem – na verdade são várias nuvens – é o Google. Ele proclama seu objetivo como “Organizar a informação do mundo e torná-la universalmente acessível e útil”. Os livros fazem parte disso, é o Google Book Search. Há alguns anos, o Google vem digitalizando milhões de livros do acervo de dezenas de bibliotecas de pesquisa e possibilitando seu acesso *on-line*. Parece ótimo. A crítica quem faz é o professor Robert Darnton, diretor da Biblioteca da Universidade Harvard, no livro *A questão dos livros*. Diz ele que em breve o Google terá construído uma megabiblioteca digital maior do que qualquer coisa imaginada, mas com uma diferença: “O Google é um empreendimento comercial, cujo objetivo primário é ganhar dinheiro”. Diferente das bibliotecas. Digitaliza os livros de graça e depois fatura com os acessos. Depois que a Microsoft e outros saíram do negócio de megadados, o Google se tornou um monopólio, diz Darnton; sua biblioteca “favorece o lucro privado às custas do bem público”.

Há, entretanto, projetos idealistas na área da computação de livros em nuvem. Um deles foi o *Gutenberg-e*, dirigido por Robert Darnton, criado para disponibilizar livros *on-line* para pesquisadores interessados. O projeto evoluiu para outro maior, chamado Biblioteca Pública Digital da América (DPLA), que

coordena uma colaboração mundial entre bibliotecas para consultas *on-line* em nuvens públicas. Outro grande projeto é o da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, que fez uma parceria com o DuraSpace e criou o DuraCloud, um serviço de nuvem que dá acesso gratuito a documentos e imagens de registros culturais e científicos tanto da Biblioteca do Congresso quando de universidades que aderirem ao projeto.

Neste ponto, em que estamos chegando já ao final desta comunicação, podemos retomar sem pessimismo as perguntas que fizemos lá no começo. Com que intenção, com que visão de futuro, para quem, para quê, estamos guardando livros, como começamos a fazer há 4.000 anos? Talvez vocês tenham a sua própria resposta. Eu proponho uma, que é uma interpretação do que disseram José Mindlin e Assurbanípal: os livros são uma vitória sobre a morte, a morte do pensamento, a morte da cultura humana. Nossas ideias, nosso tempo, nossas invenções e emoções nos sobrevivem, nós os passamos adiante, como disse o Mindlin.

Utilizando a metáfora criada pela nova tecnologia, podemos pensar, poeticamente, que os livros que estão nas nuvens são anjos que baixam quando precisamos deles.



SÁBATO MAGALDI, MEU DEPOIMENTO*

*Edla van Steen***

Sábato Magaldi nasceu em 9 de maio de 1927, em Belo Horizonte. Bacharel em Direito pela Universidade de Minas Gerais, participou, muito cedo, da revista *O Edifício*, ao lado de Jacques do Prado Brandão, Octávio Mello Alvarenga, João Etienne Filho, Francisco Iglésias, Wilson Figueiredo e outros. Otto Lara Resende, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos e o seu primo Hélio Pellegrino também colaboraram e se aproximaram do grupo mais jovem. Foram seus colegas na Faculdade de Direito, entre muitos, Francelino Pereira e Autran Dourado. Em 1949, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde foi chefe de gabinete de Cyro dos Anjos, no IPASE, hoje INSS. Tinha 21 anos. Mas logo acumulou estas funções, quando Paulo Mendes Campos o apresentou ao diretor do *Diário Carioca*, Pompeu de Souza, que o recebeu de braços abertos: "Se você é mineiro, sabe escrever". E ele começou a assinar as críticas teatrais. Mas Sábato sentiu suas limitações e se candidatou a uma bolsa de estudos na França. Lá, um de seus professores era Etienne Sourriau, autor de um livro chamado *As 200 mil situações dramáticas*, fundamental para qualquer análise de teatro. Ele gostou tanto do professor, que não teve coragem de dizer que era crítico. Ficou no *Diário Carioca* de 1950 a 1953.

Maria Assunção, atriz e professora, reuniu e comentou em sua tese, as críticas dessa época no livro *Sábato Magaldi e as heresias do teatro*, publicado pela Editora Perspectiva, Não faria sentido uma nova publicação em *Amor ao Teatro*, pois o formato divergia do período do *Jornal da Tarde*.

Voltou com um certificado de Estética da Sorbonne, em 1953, ano em que foi convidado por Alfredo Mesquita para dar aulas na Escola de Arte Dramática.

Transferindo-se para São Paulo, nesse ano, passou a lecionar História do Teatro na EAD, mais tarde foi incorporado à ECA/USP, onde criou, em 1962, a disciplina de História do Teatro Brasileiro. Redator do *Jornal O Estado de S. Paulo*, de 1953 a 1972, tornou-se, em 1956, titular da coluna de teatro de seu *Suplemento Literário*. Redator-chefe e crítico teatral da revista *Teatro Brasileiro*,

** Escritora, tradutora, com mais de 30 livros publicados.

* Palestras proferida dentro do Projeto Autor na Academia no dia 14 de outubro de 2015.

publicada em São Paulo (nove números, de novembro de 1955 a setembro de 1956), foi crítico teatral da revista *Visão*, de 1968 a 1975, do *Jornal da Tarde*, desde sua fundação, em 1966, aposentando-se do cargo em fins de março de 1988.

Doutorou-se na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, em 1972, com uma tese sobre "O Teatro de Oswald de Andrade". Em 1983, fez livre-docência na ECA, defendendo a tese "Nelson Rodrigues: Dramaturgia e Encenações". Ambos os livros foram publicados pela Global Editora. Prestou, em 1985, concurso para professor adjunto, tornando-se, em março de 1988, professor titular de Teatro Brasileiro e Professor Emérito da ECA/USP, logo em seguida.

Em 1979, eu e Sábato casamos, vindo de experiências anteriores, e o teatro passou a fazer parte da minha vida. Este ano completamos 36 anos de casados. Em 1982 dei para ele, de presente, cópia de tudo o que havia publicado nos jornais paulistas, de 1953 a 1981, graças ao arquivo da Biblioteca Mário de Andrade. Não fosse isso, a pesquisa para Amor ao teatro se tornaria quase inviável. Sábato, pelo acúmulo de funções, durante um período, além de Professor da ECA era procurador do INSS, assistia aos espetáculos para fazer a crítica quase diária no JT, não tinha a menor ordem nos assuntos pessoais pois, além de todos esses afazeres, acumulou as funções de primeiro Secretário Municipal de Cultura, no governo de Olavo Setúbal. Ele vivia rodeado de papéis e, às vezes, enlouquecia atrás de um documento ou de um livro. Aliás, neste particular, ele simplesmente saía e comprava outro volume. E, quando precisava consultar o arquivo que eu lhe dera, para escrever artigos longos, na imprensa, ele se servia das críticas e jamais as devolvia. Esse foi o maior trabalho, talvez: ir atrás delas. Sábato, na verdade, nunca pensou em publicá-las em livro. Ele argumentava que as críticas eram datilografadas e os títulos eram dados no fechamento das páginas. Encontrei centenas delas anotadas à caneta, ao lado das colunas, com trechos modificados e/ou cortados pela redação, porque um anúncio entrara na página, e o texto precisava ser diminuído ou, por outros motivos, aumentado, de repente, tarde da noite. Além disso, havia a colaboração do linotipista cansado que, do nada, modificava palavras, errava nomes, alterava frases. Qualquer jornalista conhece esses problemas. Enfim, ele não queria enfrentar as dificuldades que teria pela frente. Com uma agravante, de 1982 a 1988, ele não guardou cópia de nada. Foi preciso fazer a pesquisa. Um ator fotografou as colaborações do Sábato, para que fossem incluídas no livro, pois o JT não está digitalizado e não são permitidas cópias xerox.

Muita gente me pergunta por que eu, sendo escritora, com 30 títulos publicados, largo meu próprio trabalho para fazer este livro do Sábato. Explico que ele não permitiria uma pessoa estranha consultando seu arquivo pessoal, seus originais, seus 48 ou 49 cadernos manuscritos de 400 páginas cada um que ele intitulou Crônica teatral, que não quer que sejam publicados: serão doados à Academia Brasileira de Letras. Nunca li nenhum, pois considero os cadernos assunto

absolutamente pessoal, uma espécie de diário íntimo com 20 mil páginas, mais ou menos. Sábato achava um privilégio poder sair e assistir a um espetáculo quase todas as noites, mesmo que, por exemplo, em Paris, a temperatura estivesse 17 graus abaixo de zero com o Sena congelado. Eu? Nem tanto. Mas descobri, que algumas das minhas histórias que eram sempre contos e/ou romances, de repente me surgiam em diálogos, em peças de teatro.

Escrever para teatro, sendo casada com um crítico, não é para qualquer uma. É preciso ter coragem. Por isso, dos meus 29 títulos publicados, só 6 são textos teatrais. O dramaturgo Alcione Araújo escreveu: "Além da modéstia e rigor, Sábato é de uma honestidade feroz. Com ele, amizade, ou amor, não induz à complacência. Embora atento e aberto às mudanças, constrói juízos consistentes e não barganha seus pontos de vista com modismos". Está explicado, não está?

Para teatro, escrevi *Último encontro*, *Bolo de Nozes*, montada apenas em Belo Horizonte, com direção da minha querida Memélia Dorneles, *A mão Armada*, em parceria com David George, *Amor de Estrela*, *Otto e Malas Trocadas*, além do roteiro de *Primeira Pessoa*, espetáculo para a atriz Eva Wilma. Mas fiz uma vintena de traduções: Tchecov, Molière, Ibsen, Strindberg, Kaiser, para citar apenas alguns. O grupo Galpão de Belo Horizonte usou minha tradução de *O Doente Imaginário*. Continuo meu trabalho de mais de trinta anos, na Global Editora, de diretora das coleções: *Melhores Poemas*, *Melhores Contos*, *Melhores Crônicas*, *Jovens Inteligentes*, *Magias I e II*, e a direção de *Roteiro da Poesia Brasileira*, que pretendeu cobrir 500 anos da nossa produção, de 1500 ao ano 2000, em 15 volumes.

Voltando ao Sábato, nos anos letivos de 1985-86 e 1986-87, lecionou como professor associado, no Instituto de Estudos Portugueses e Brasileiros da Universidade de Paris III (Sorbonne Nouvelle), e, nos anos letivos de 1989-90 e 1990-91, também como professor associado, no Instituto de Estudos Portugueses e Brasileiros da Universidade de Provence, em Aix-en-Provence.

Autor dos livros:

Panorama do Teatro Brasileiro. São Paulo, Difusão Européia do Livro, s/d. (1962); reimpressão: Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/DAC/Funarte/ Serviço Nacional de Teatro, s/d.; 3ª edição, revista e ampliada, São Paulo, Global Editora, 1997;

Temas da História do Teatro. Porto Alegre, Curso de Arte Dramática da Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1963;

Aspectos da Dramaturgia Moderna. São Paulo, Comissão de Literatura do Conselho Estadual de Cultura, 1963;

Iniciação ao Teatro. São Paulo, DESA, 1965; 6a. edição, São Paulo, Ática, 1997;

O Cenário no Avesso. São Paulo, Editora Perspectiva e Secretaria da Cultura.

Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1977; reimpressão, São Paulo, Editora Perspectiva, 1991;
 Um Palco Brasileiro (O Arena de São Paulo). São Paulo, Editora Brasiliense, 1984;
 Nelson Rodrigues: Dramaturgia e Encenações. São Paulo, Editora Perspectiva e Editora da Universidade de São Paulo, 1987; 2a. edição, revista e ampliada: São Paulo, Editora Perspectiva, 1992;
 O Texto no Teatro. São Paulo, Editora Perspectiva e Editora da Universidade de São Paulo, 1989; 2a edição, São Paulo, Editora Perspectiva, 1999;
 As Luzes da Ilusão (com Lêdo Ivo). Discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras. São Paulo, Global Editora, 1995;
 Moderna Dramaturgia Brasileira. São Paulo, Editora Perspectiva, 1998;
 Cem anos de Teatro em São Paulo, com Maria Thereza Vargas, Editora Senac, SP, 2000;
 Depois do Espetáculo. São Paulo, Perspectiva, 2003;
 Teatro da Obsessão: Nelson Rodrigues. São Paulo, Global Editora, 2004;
 Teatro da Ruptura: Oswald de Andrade. São Paulo, Global, Editora 2004;
 Teatro Sempre. São Paulo, Perspectiva, 2006.
 Teatro em Foco. São Paulo, Perspectiva, 2008
 Artur Azevedo. Rio de Janeiro. Academia Brasileira de Letras, 2010 Biografia e Antologia
 Cyro dos Anjos. Rio de Janeiro. Academia Brasileira de Letras, 2010. Rio de Janeiro. Biografia e antologia

Uma das suas qualidades, é que ele sempre foi cúmplice do teatro, participando, entre outras atividades, como primeiro representante do Serviço Nacional de Teatro, em São Paulo, na administração Edmundo Moniz; foi membro da Comissão Municipal de Teatro de São Paulo e, várias vezes, da Comissão Estadual de Teatro; membro do Conselho Federal de Cultura de 1975 a 1985, licenciando-se, para lecionar em Paris; membro do Conselho Cultural da Coordenadoria Cultural da Universidade de São Paulo. Durante toda a vida acompanhou de perto o teatro e estava seguro de que ele não é apenas um fenômeno estético, de gabinete. Uma pessoa que só lê textos e assiste a espetáculos não abarca de fato a extensão do fenômeno teatral.

Ganhou inúmeros prêmios, que não vou contar aqui. Mas o site da Academia Brasileira de Letras, onde é membro desde 1995, contém todas as informações.

Confesso que quando comecei a pesquisar as críticas pensei em cotejar com os originais, que nunca foram realmente organizados. Estão todos jogados em caixas de papelão, sem nenhuma ordem. Eu levaria anos e talvez não conseguisse dar cabo da missão. Meu marido mesmo decidiu que eu deveria reunir as críticas como foram publicadas. E, não sei se foi boa a ideia, optei por publicar Amor ao Teatro apenas com as relativas à sua grande paixão, o teatro brasileiro,

e deixar para um outro volume as críticas do teatro estrangeiro, que acabo de selecionar. São comentários de companhias de teatro que passaram pelo Brasil, das que vieram para os Festivais Internacionais de Teatro, organizados por Ruth Escobar, e dos muitos espetáculos vistos em países como Alemanha, França, Itália, Espanha, Bélgica, Portugal, Inglaterra, Estados Unidos, além de vários países latino-americanos. Título: Na plateia do mundo.

Gostaria de encerrar este depoimento reproduzindo opiniões do Sábato em entrevista ou artigos, sobre a profissão de crítico.

Respondendo a uma pergunta sobre a importância que ele atribui à crítica para o sucesso ou o fracasso de uma montagem, Sábato foi categórico. Uma das razões por que sempre escreveu com absoluta liberdade é que nunca acreditou que a crítica tivesse a menor influência na bilheteria. Aliás, é violentamente contra o poder do crítico. Defende, inclusive, o direito do crítico de errar, dizer besteira. Nos Estados Unidos a crítica é poderosa. Se há 300 espetáculos simultaneamente em cartaz em Nova Iorque, como é que o público pode escolher? O público tem de confiar na escolha do crítico. Mas acha isso meio melancólico.

Sobre qual seria a melhor forma de um crítico se formar, ele aconselhou que outros profissionais fossem liídos, como Décio Almeida Prado, por exemplo. A função do crítico é muito objetiva: apesar de assistir à peça como um espectador normal, ele precisa de preparo técnico para explicar bem sua opinião. Um bom profissional deve também ser sensível às mudanças contínuas da realidade teatral e, acima de tudo, exercitar escrevendo muito e bem. Isso, aliás, é essencial: um profissional precisa saber se expressar. Prefere um crítico que entenda menos de teatro, mas que escreva bem, a um que não sabe transmitir seu conhecimento.

Sábato acredita que os grandes criadores cênicos têm consciência de que só fazem o melhor teatro com fundamento na melhor literatura. Ele não se refere a uma literatura que dispensa a destinação do palco, porque ela, em geral, não se presta a montagens. A alusão é àqueles escritores que sem abdicar de nenhuma exigência literária dominam o instrumento da cena. Exemplos: Shakespeare e Molière. E, na nossa dramaturgia, entre outros, Martins Pena, Gonçalves Dias, Artur Azevedo e Nelson Rodrigues. Na opinião dele, enquanto o espetáculo é efêmero, a dramaturgia aspira à perenidade. Os estudiosos contemporâneos, desejando documentar o novo fenômeno da encenação, desdobram-se em ensaios especializados, que visam a preservar a memória das grandes montagens. A imagem gravada, ainda que permita guardar certos aspectos da apresentação, falseia o choque emocional, porque suprime o contato direto entre o ator e o público, essência do teatro. Sábato prefere pensar que, embora não restitua a corporeidade cênica, a análise crítica ainda é a mais convincente forma de manter no tempo uma arte que foi feita para o instante. Quanto mais perfeito o estilo do analista, mais viva a presença do espetáculo.

Ao mesmo tempo, ele diz: se eu tiver acertado 10% da minha opinião, me dou por satisfeito. A modéstia, uma das suas características.

A vida artística tem-me proporcionado grandes alegrias, como o convite, de vir a Belo Horizonte e fazer este depoimento na Academia Mineira de Letras. Muito obrigada,



O AMANTE DA PALAVRA*

Ricardo Teixeira de Salles**

A palavra, como se fosse uma dedicada amante, abria-se entusiasmada para ele, ajudando-o na elaboração de suas quimeras. Pois ele era um homem que acreditava na vida. Para ele tudo valia a pena, porque ele sabia que, quando existe devoção, tudo é possível. Ainda que todos o contraditasssem, ele acreditava e, como tal, surgia como uma figura singular entre a multidão de omissos e mudos, em que o povo das cidades se transformara. Suas palavras nasciam e desdobravam-se, iluminadas, como se fossem conduzidas pelos ventos de uma possível racionalidade humana. Suas palavras tentavam modificar o mundo, procurando escrever o bem, onde haviam grafado, profundamente, o mal. Suas palavras buscavam estabelecer a razão imperiosa da prática de justiça entre os homens. Sua palavra, devotada amante, existia para ele se expressar de forma criativa, coerente e lógica.

A palavra, que traduzia suas atitudes, elaborava argumentos que erigiam a clareza de suas convicções, para discutir e fazer do homem o centro e a razão que deveria buscar todos os esforços alternativos do pensamento político, para o engrandecimento da natureza humana. A palavra nele e dele, resguardava-se do discurso vazio. E assumia a característica da retórica aristotélica que “assemelhava-se à dialética. Seu fim não é persuadir, mas ensinar o possível”.

Palavra era honra, fundamento e justificativa que resumia, em qualquer época da vida, algo como a crença em Deus. Quando existe, tem que ser forte. E, se até acreditar em Deus fosse necessário, ele poderia acreditar, se isto implicasse a possibilidade de uma ação que levasse a alguma coisa melhor para o próximo. (Desde que esse Deus, naturalmente, fosse um bom comunista, como ele). A palavra dele buscava caminhos que sempre levassem à ética e à cidadania. Alguns, muitos, quase todos, traduziam essa crença como um gesto quixotesco, uma fantasia utópica.

*Texto publicado originalmente no jornal *Hoje em Dia*, 15 de março de 2015, foi a data do centenário do nascimento de Fritz Teixeira de Salles.

** Escritor, artista plástico.

Mas... "Era um homem que repensava ideias adquiridas, para substituí-las por outras que surgissem de sua reflexão e de seu amor à liberdade e à justiça." Escreveu sobre ele ninguém menos do que Carlos Drummond de Andrade. A palavra, como ele a concebia, tinha o poder de discernir o sentido das intenções, esclarecer o significado das decisões e analisar a realidade que se responsabiliza pela conjugação da história. A palavra era usada para absorver as causas que criam o fel das perdas, e o amargor das decepções, e assim chegar ao necessário entendimento e equilíbrio, na superação das agruras arquitetadas pelo destino. Esse homem aprendeu e fez coro com Michel Foucault, quando "o que erige a palavra em palavra e a eleva acima dos gritos e dos ruídos é a proposição nela oculta" E mais aprendeu com o pensador francês, "de que valeria o empenho do saber se ele só tivesse de garantir a aquisição de conhecimentos e não, de uma certa maneira e tanto quanto possível, o extravio daquele que conhece? Há momentos na vida em que a questão de saber se podemos pensar diferentemente do que pensamos e perceber diferentemente do que vemos é indispensável para continua a enxergar e refletir".

E ele pensava diferentemente. Assim, a palavra dele e nele tinha a força de um olhar antropológico, um olhar que estudava e desvelava hábitos e maneiras do viver. Era um olhar voltado para a interpretação tribal, quando a tribo cria a interação social-comunitária, que estabelece os paradoxos de nossas propriedades ontológicas. Para que o homem então se faça nexos e sentimento do mundo, como escreveu o poeta maior. Ele fazia, da palavra, autêntica busca da atitude fundadora e transformadora da ordem das coisas, para chegar a novos e melhores paradigmas de ser. Do poder ser. Palavra, imprescindível ferramenta para sustentar a visão dos fatos essenciais à elaboração da proposta de novas ordens, que possibilitassem iluminar aquilo que se fazia obscuro e inatingível, pela maldade ou ignorância ingênua.

Ele conhecia e usava a vida tensa das palavras na gestação das ideias, na vigília dos hábitos sociais, na interpretação da imanência e transcendência cultural, no trato das paixões humanas, na leitura do dramático teatro da vida, nos questionamentos ou formulações de ideais. Viveu pelo sentido-sentir da palavra, entre os homens. Para o bem de todos. Fritz, o amante da palavra, meu pai.



EM HOMENAGEM AO HERÓI

Eugênio Ferraz*

Srs. Prefeitos de Ritópolis, de Tiradentes, e de São João del-Rei. Excelentíssimo Senhor Dr. Auro Aparecido Maia de Andrade, digníssimo membro desta chancelaria, grande inspirador desta comenda, em nome de quem cumprimentamos os demais componentes deste palanque, em especial os caros senhores desembargadores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, testemunhas permanentes da civilidade desse incansável juiz local pelas causas maiores de nossa história. Demais autoridades civis, militares e religiosas aqui presentes, caros colegas jornalistas, os quais saúdo, em especial, na figura do caro amigo Domingos Meirelles, presidente da Associação Brasileira de Imprensa;

Senhoras e Senhores agraciados e convidados:

A Comenda da Liberdade e Cidadania simboliza os ideais do herói maior desta Nação, o Tiradentes, nascido Joaquim José da Silva Xavier aqui, nesta Fazenda do Pombal, líder da Inconfidência Mineira, movimento que há mais de dois séculos se mostra cada vez mais atual, em razão de seu ideário político, de caráter libertário, nacionalista, democrático e social.

Pura Cidadania!

Liberdade e Cidadania:

Palavras que tão bem traduzem os ideais dos Inconfidentes, sobretudo os ideais do próprio Tiradentes, em seus sonhos maiores.

Liberdade e Cidadania é o nome desta Comenda que une Ritópolis, São João del-Rei e Tiradentes que, se antes disputavam o privilégio de berço do herói, hoje se juntam nestas celebrações que orgulham o nosso estado e o nosso país.

*Eugênio Ferraz, diretor-geral da Imprensa Oficial de MG, chanceler da Comenda da Liberdade e Cidadania, discurso em 14 de novembro de 2015, na Fazenda do Pombal.

Afinal, o Alferes é múltiplo destes Campos das Vertentes; é de Minas Gerais, é do Brasil.

Hoje são aqui agraciadas personalidades locais, regionais, estaduais e nacionais, indicadas pelos Poderes executivo, legislativo e judiciário do Estado e das três cidades coirmãs, além de outras entidades afins.

“Se mil vidas eu tivesse, mil vidas eu daria”, teria dito o herói Tiradentes.

Através das pessoas que comungam de seus ideais, mantemos viva a chama de liberdade que o levou a dar a própria vida pela pátria livre.

Minas Gerais, seguindo suas mais caras tradições, sempre invoca e evoca a Liberdade e a Cidadania em seus programas.

Esta Minas Gerais, estado quase nação, sempre se mantém a frente de seu tempo.

Neste ano de 2015, o governo de Minas Gerais, pela sua centenária Imprensa Oficial, que temos a honra de dirigir, lançou, nas comemorações da Semana da Inconfidência, o Portal da Inconfidência, site que democratiza o acesso aos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, visitado na primeira semana por mais de 120 mil pessoas do Brasil e de vários países.

Esta Comenda que os senhores e senhoras agraciados agora ostentam é inspirada no filho maior destas Minas Gerais, ora também homenageado, com as celebrações pelo seu nascimento.

Sua trajetória e seus exemplos não nos permitem esquecer do seu legado maior:

Liberdade e Cidadania.

A presença de todos nós aqui, na Fazenda do Pombal, amplifica e multiplica os efeitos desta cerimônia, contribuindo, mais uma vez, para a sua consolidação, como uma das mais importantes honrarias destas terras mineiras.

Liberdade e Cidadania, conceitos defendidos pelo mártir da Inconfidência Mineira e também por outro personagem de vulto da trajetória libertária de Minas, Teófilo Otoni, que nestas Gerais comandou a Revolução Liberal no século XIX.

Tempos depois, nos idos de 1943, os signatários do Manifesto dos Mineiros escreveram:

As palavras ponderadas desta mensagem, que dirigimos aos nossos co-estaduanos, inspiram-se, pois, nas suas mais firmes tradições de civismo e no seu reconhecido apego aos ideais políticos que se realizam pela autonomia estadual e pela democracia. Nada mais do que o eco, por nós recolhido e intensificado, das que foram proferidas, nos prenúncios da Independência, por Tiradentes e seus companheiros de infortúnio e de glória e que mais tarde, no Império, deveriam reboar pelos vales e quebradas de nossa província.

Escreveram eles, ainda:

Em verdade, Minas não seria fiel a si mesma se abandonasse sua instintiva inclinação para sentir e realizar os interesses fundamentais de toda a nação.

Vale ressaltar, senhoras e senhores, que a estrutura que aqui vemos hoje se concretizou pela interveniência do prefeito Ralph Justino, da anfitriã Tiradentes, e graças aos esforços únicos do digno e ufanista Juiz de direito e diretor do foro da Comarca do Rio das Mortes, Dr. Auro Aparecido Maia de Andrade.

Dr. Auro, sem prejuízo de suas altas funções no Poder Judiciário, quase ensandecido, como o nosso herói Tiradentes, batalha diuturnamente contra as adversidades para a realização desta cívica lembrança.

Personagem com quem colaboramos, somando com ele, Wainer Ávila e José Egídio de Carvalho nessa permanente batalha sem vencedores, apenas meros personagens tentando resgatar, quase heroicamente, a história do herói maior.

O altruísmo que nos move nesta difícil empreitada, ainda mais se torna glorioso pelo simples fato de alguns dos senhores aqui presentes e agraciados, entendendo a grandeza e significado deste ato, somarem-se a nós.

Relembramos, quis o destino, que fôssemos convocados pelo ardoroso juiz para a criação da Comenda, nos moldes da Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço.

Comenda em gestação, já exposta para a câmara e prefeitura, quando, em 2005, conseguimos aprovar na Casa da Moeda do Brasil a medalha dos 300 anos de fundação de São João del-Rei,

Idade que não deve ser confundida com seus trezentos anos de elevação a Vila.

Saliente-se, por oportuno que os trezentos anos de criação da comarca do Rio das Mortes foram, no ano passado, brilhantemente exaltados e lembrados pelo digno juiz diretor do fórum local.

Dois anos depois daquela primeira medalha comemorativa de São João del-Rei, como já dito, apresentamos à municipalidade o então esboço da Comenda da Liberdade, época em que, simultaneamente, também em fato inédito no Brasil, conseguimos que a Casa da Moeda repetisse a homenagem a São João del-Rei emitindo a valiosa medalha comemorativa da Capital Brasileira da Cultura.

Título para o qual contribuimos na disputada votação nacional, agregando votos dos dirigentes federais em Minas, ao tempo em que coordenávamos o Fórum de Dirigentes Federais em Minas Gerais, época em que também exercíamos a direção da Superintendência do Ministério da Fazenda em Minas Gerais.

Este foi o início, ainda em 2005, da história desta Comenda da Liberdade e Cidadania.

Nossa ligação com esta região é antiga, pois, antes ainda de conduzirmos restaurações de monumentos fazendários país afora, tivemos o privilégio de, além de jornalista, e então como engenheiro, em 1980, conduzir o resgate e a restauração da Agência da Receita Federal em São João del-Rei.

Votando a esta Comenda, sua história escrita agora está Registrada e perpetuada.

Tempos depois, quase dez anos, orgulha-nos, caros prefeitos e edis anfitriões, termos participado desta origem histórica que acreditamos lhes são também caras, como representantes destas três municipalidades pois, com certeza, orgulham-se de suas origens e de seu cidadão maior, o Tiradentes, destas terras, destas Minas, deste Brasil.

Temos a absoluta certeza de que vossas senhorias, senhores edis e prefeitos destas irmãs cidades, percebem e comungam a importância deste evento solene, maior, e de importância capital para a memória de nosso país, tudo fazem e farão, com suas respectivas competências, para engrandecê-lo cada vez mais.

Assim esperamos todos, como na sequência planejada em novo Decreto conjunto, que diminuiu a quantidade de agraciados, aumentando a importância e mais valorizando a Comenda.

A Comenda da Liberdade e Cidadania, quando de sua implantação, foi inspirada na Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço, que cada vez mais amplia ações paralelas.

Sucesso crescente. Cidadania agregada.

Ações como distribuição gratuita de livros, grandes espetáculo, com apresentações artísticas e esportivas durante vários dias e noites, emissão de documentos e outros eventos de cidadania, seminários sobre acessibilidade em cidades turísticas e também sobre o olhar jurídico ao meio ambiente e à crise hídrica, projeto de sociabilização, arte e cultura na infância, instalação de monumentos etc – como também projetado nas origens desta Comenda da Liberdade e Cidadania.

Tudo planejado, pois, percebe-se claramente, com visão de futuro – o que as estatísticas bem demonstram – o retorno socioeconômico para a sociedade local em decorrência de uma bem estruturada organização, aprimorada a cada edição.

O turismo cresce, as cidades ainda mais aparecem e seu significado maior traz, para os cidadãos, efetivos resultados. Toda a sociedade ganha.

Aqui, esperamos que futuramente isto também ocorra, como no caso deste 1º Encontro de Jornalistas, promovido pela anfitriã Tiradentes e inserido nas atividades da Comenda, visando ao aproveitamento do aspecto cívico singular e tão plural no país, face as condições de berço e origem do herói máximo deste Brasil.

Cabe ainda ressaltar que a data de nascimento e batizado de Tiradentes, 12 de novembro, foi instituída em Minas, há alguns anos, como o Dia da Liberdade, em inspirado projeto do deputado estadual Domingos Sávio.

A Câmara dos Deputados aprovou projeto – e lei se fez – tornando tal data de comemoração nacional, de autoria do deputado Reginaldo Lopes, ilustre filho desta região, professor universitário, que, também como poucos, muito poucos

ainda, bem sabe dar valor a este inestimável bem material e imaterial que simboliza a Liberdade, a essência de Minas Gerais.

Lembramos que no primeiro ano houve concerto de véspera, com a Orquestra Filarmônica de Minas, seminário de vários dias no nosso Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei – nosso porque dele fazemos parte assim como da Academia São-Joanense de Letras – com personalidades de projeção nacional, lançamentos de livros, exposições, palestras para estudantes de vários níveis, ações de cidadania, tudo versando o tema Inconfidência, Tiradentes e a Liberdade.

Houve, ainda, o lançamento de uma música, ufanista, extremamente emocionante, sobre o herói Tiradentes, a chamada Canção do Herói, que se tornou o hino oficial desta Comenda, tocado e cantado por todos os presentes, em vários anos de suas edições anteriores pelo artista Marcus Viana, seu autor, famoso pelas trilhas sonoras de grandes novelas e temas cívicos mineiros.

A letra da Canção do Herói foi inspirada em texto da ensaísta Ivanise Junqueira elaborado exatamente no intuito de firmar a base da Canção.

Finalizando, esta Chancelaria roga aos agraciados deste ano de 2015, bem como aos demais condecorados anteriormente, que sigamos, nós todos, a inspiração de Tiradentes, de Liberdade e Cidadania.

E, sobretudo, e ao contrário do que aconteceu com o herói maior deste país, não deixem que seja morta esta feliz inspiração de comemoração abrangente deste tema, que tão bem conjuga sua inspiração de Liberdade e Cidadania, em contexto bem mais amplo e dignificante para todos os seus condutores e condecorados.

Ao prefeito Ralf Justino, e anfitrião desta solenidade, ressaltamos, em nome da Chancelaria, nossos cumprimentos pelo evento.

Portanto, aos agraciados de 2015, esta Chancelaria obstinadamente reitera, e também aos demais condecorados anteriormente, que sigam todos a inspiração de Tiradentes, de Liberdade e Cidadania.

Enfatizamos, finalmente que, além do necessário planejamento prévio e consenso sobre a importância cívico-histórica desta solenidade, cabe ressaltar e refletir, como no pequeno trecho da letra da Canção do Herói, inspirada em texto de Ivanise Junqueira, e música do artista Marcus Viana, neste ano, infelizmente ausente deste ato, que:

*muito além dessas montanhas
brilha qual chama sagrada,
iluminando gerações
que nunca mais vão se perder;
filhos da cidadania,
vela por nós, liberdade.*

O SIMBOLISMO DO IMAGINÁRIO E O DEVANEIO AMOROSO NA POESIA DE MARIA BRAGA HORTA

Lina Tâmega Peixoto*

Início o estudo sobre a poesia de Maria Braga Horta com a frase com que respondeu a uma pergunta do escritor mineiro Danilo Gomes, por ocasião de uma entrevista, arguta e reveladora, que realizou com ela. A matéria deste diálogo está publicada em *Escritores Brasileiros ao Vivo*, vol.2¹ e foi lida pelo Autor, em 7 de novembro de 2013, como parte das comemorações organizadas pela Associação Nacional de Escritores para festejar o centenário de nascimento de Maria Braga Horta. Pergunta: “Para a senhora, o que significa Minas Gerais?” Resposta: “Acima de tudo, um cômodo na casa”. Já escutara os poemas da Autora, quando a frase, súbito, me tocou tanto de uma intensa vibração de encanto pelas expressivas associações literárias que ela sugeria, que me vi algemada, para sempre, à poesia de Maria Braga Horta.

Na resposta da poetisa, Minas é recriada pela matéria simbólica, evoca o exílio da alma em outras terras, pela vivência onírica de seu mundo e de sua história que retém, nela e dentro dela, a mineiridade imaginária. Para que esta não se perca, para retê-la em seu viver, imobiliza Minas em um espaço, o “cômodo”, na sacralização do passado, o tempo em sua infinitude pelo acúmulo do presente e do futuro. Este passado, preservado na memória, é capaz de nutrir o ser com os valores e as ideias que o mito da mineiridade representa e elabora.

Maria Braga Horta no poema “Lirismo”² diz: “falo de amor no mais banal lirismo”. O verso serve como elemento norteador para o entendimento de sua poesia e de como se oferece à revelação as imagens poéticas que compõem o núcleo de sua obra. No mundo do imaginário, o aspecto emocional corresponde, simultaneamente, ao cognitivo. A poeta, liricamente, expressa, em sua emoção artística, a vontade de comunicar seus sentimentos, os mais cotidianos, mais comuns e familiares, relacionados ao mundo espiritual e ao mundo dos sonhos.

*Poetisa, nascida em Cataguases, autora de vários livros, reside em Brasília, onde é catedrática de Letras.

¹ Belo Horizonte, Editora Comunicação / INL, 1980. p.36 -37.

² As citações dos versos e poemas pertencem à obra *Caminho de Estrelas*, organização e apresentação de Anderson Braga Horta. São Paulo, Massao Ohno.

Hugo Friedrich³ relata que "A lírica contemporânea observa atitudes muito diversas em relação ao mundo, mas o resultado é sempre o mesmo: desvalorização da realidade."

Mas é preciso enfatizar que este espaço físico é somente acolhedor ao homem porque, enquanto poeta, não participa de seu poema como pessoa, mas com a inteligência criadora que urde a linguagem poética. O que se diz no poema não se atém à vida pessoal do poeta, a biografia, se tenta explicar o poema, certamente é falsa. Hugo Friedrich, ao mencionar Mallarmé⁴, afirma que, para o poeta, "a lírica é algo consideravelmente distinto do entusiasmo e do delírio; e que ela se refere mais a uma elaboração exata das palavras, com a finalidade de se chegar a uma "voz" que oculta tanto o poeta como o leitor, como se os sons não saíssem de nenhuma boca humana e nem fossem destinados a nenhum ouvido humano". Circunstâncias externas e internas podem até registrar em que momentos o poema se fez, contudo, não explica como nele se processa a transfiguração da realidade para outra forma de linguagem, capaz de exprimir um particular modo de ver e sentir. Assim, além de conceituarmos o lirismo da Autora, tomamos como palavra-chave o "amor" como primeiro instrumento de interpretação de sua poesia, fundamentada na força de sua lírica e de seu pensamento. E necessária se impõe a presença de Bachelard⁵ quando diz que: "Há ainda almas para as quais o amor é o contato de duas poesias, a fusão de dois devaneios. O romance por carta exprime o amor numa bela emulação de imagens e de metáforas. Para dizer um amor, é preciso — escrever." E mais acrescenta Bachelard quando afirma que: "o amor não cessa nunca de se exprimir e ele ainda se exprime melhor quando é mais poeticamente sonhado."

Nosso rumo, nesta perspectiva, se atém à pesquisa do desenho da emoção artística e dos traços de um jogo inteligível com a realidade, no relevo da poesia de Maria Braga Horta, e de que modo a conceituação da persona poética expande seu arquipélago de imagens e prolonga os ecos simbólicos do conhecimento de seu destino, nos instantes plurissignificativos e únicos do tempo.

A leitura que fizemos dos poemas de Caminho de estrelas nos levou ao reconhecimento de uma poesia de distintivos traços românticos. Oportuno lembrar que, na entrevista citada, ela relaciona, entre as leituras constantes, os poetas românticos, como, por exemplo, Casimiro de Abreu e Castro Alves. Podemos aferir que havia uma aderência de sua emoção às obras do romantismo. Segundo Antonio Candido,⁶ Casimiro de Abreu "exprimiu principalmente uma nova vivência amorosa — um amor de carne, abrindo-se em idealização formal no plano do espírito."

³ Estructura de la lírica moderna. Barcelona, Editorial Seix Barral, S.A., 1974, p. 255.

⁴ Ibidem, p.145.

⁵ La poétique de la rêverie, Deuxième Édition. Paris, Presses Universitaires de France, 1961, p.7, grifo do autor. (tradução minha).

⁶ Formação da literatura brasileira, 2ª ed., 2ª vol. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1969, p.199.

Há, no fazer poético da Autora, um malabarismo das ideias do desejo que se aproximam às que ordenam os conceitos existentes nas cantigas de amigo, pelo que se apreende de intenso subjetivismo a modular a geometria do sentimento amoroso, mais intenso, mais sensual, apurando-se em delicadeza e pureza até atingir a essencialidade, na alegria dolorosa dos sentidos. É preciso ressaltar que a semelhança apontada se dá apenas no conceito semântico ou conceptual do paralelismo, posto que o soneto, obviamente, foge aos rígidos esquemas e requisitos que caracterizam a composição da poesia trovadoresca. Não nos esqueçamos de que a poesia romântica redescobriu a poesia medieval e que permanecem latentes resíduos capazes de, novamente, germinar as modulações estéticas que caracterizavam a cantiga de amigo. Eugenio Asensio⁷ afirma que os temas da ausência e do amor sensual na poesia trovadoresca são heranças da sensibilidade árabe, que influenciou a Península Ibérica, fato contestado por alguns pesquisadores. Exemplifiquemos este olhar com o soneto "Espera", datado de 1931.

Tu não vens, meu amor, porque te espero
e nunca o amor, quando o esperamos, vem.
Quanto mais tardas, mais e mais te quero
e, se aqui estás, eu mais te quero bem.

Espero-te e suponho que ninguém
pode reter-te aí, se aqui te espero:
és meu amor, és meu, e é meu também
teu coração, onde obedeço e impero.

Mas... tu não vens, e eu olho para a estrada
como quem olha fixamente o nada,
ouvindo as aves, só, sem compreendê-las...

E ainda te espero (a noite erma e deserta)
até que a vista se confunda, incerta,
na luz de vaga-lumes e de estrelas.

O soneto vibra em imagens sedutoras e voluptuosas e as antíteses, no que se refere ao aspecto conceitual, se inclinam para uma semelhança com as cantigas de amigo, seja pelo desdobramento do sonho amoroso, pela reiteração da ação verbal "esperar, pelo artifício do processo do vir e não vir e, ainda, pelo uso do advérbio "mais", sintaticamente intensificado, contaminando, com este exacerbado acúmulo, a percepção do desejo. E mais, os advérbios "aqui" e "aí" que

⁷ Poética y realidad en el cancionero peninsular de la edad media. Editorial Gredos, S.A., 1970, p. 23.

sugerem o estar dentro da alma da poeta mas também de outro modo, o estar do lado de fora, junto ao mundo visível. Nesta exasperação amorosa, os dois advérbios se encontram e se fundem no jogo de pensamento e no jogo da linguagem. Para configurar este aspecto literário, tomei como suporte as lições de Eugenio Asensio⁸ e as advertências de Hugo Friedrich⁹ quando apontam não ser apenas o enxerto de vocábulos ou mitos medievais na poesia bastante para que ela seja tal. "O mais importante é a atmosfera".

Esse soneto se prolonga em "Espera - II:1931-1956" com uma indicação temporal: (Nas bodas de prata de um soneto)¹⁰ E lemos:

Houve um tempo em que fiz a longa espera
desse amor que se quer e que não vem:
- o olhar, perdido na celeste esfera,
- a alma, perdida muito mais além...

E o tempo não contava. A primavera
da vida é o tempo em que se espera alguém.
E esperei, sem supor, na incerta espera,
que ele pudesse me esperar também.

Hoje não sei mais esperar. O outono
vem apagando as luzes para o sono
sem mais sonhos de amor, sem mais desejos.

Mas, se um dia chegar, inesperado,
me encontrará com o mesmo olhar cansado
de ver estrelas e chorar por beijos.

Inferre-se como se intercala a interioridade do sentimento - o tempo, o claro-escuro do outono - à ação verbal de "esperar", sistemas expressivos que refletem o mundo do devaneio, que seduz e envolve a poeta em um consciente lirismo.

Agrupamos os dois sonetos pelo laço do tempo, perfazendo um tempo plural, enraizado na imobilidade de uma mesma identidade existencial. A linguagem move-se no campo do indeterminado e estabelece limites para a revelação do amor em seu infinito, expresso pelo verbo "esperar," processo que não tem fim por representar, na linguagem do imaginário, o estado espiritual contínuo da amada, assim como a ação verbal do dinamismo de "olhar", em sua força de visão.

⁸ Ibidem, p. 74-102.

⁹ Estructura, op. cit. p.257.

¹⁰ Há, ainda, "Espera III", datado de Brasília, 5-5-1963. Este soneto se me afigura representar a simbolização final do ato de "esperar". A dolorida e procurada espera pelo amor se resolve pelo sonho do devaneio que, em sua transcendência, elimina o tempo e permite, deste modo, que a imagem do amado se faça presente ao desejo da poetisa.

Para melhor apreensão da leitura dos dois sonetos de "Espera", armamos uma relação semântica, na tentativa de que as redundâncias dos sentidos, apontadas, nos auxiliem a uma possível interpretação. Os versos citados em primeiro lugar correspondem ao soneto "Espera", enquanto os segundos remetem à "Espera II"

"Tu não vens, meu amor, porque te espero"
"Houve um tempo em que fiz a longa espera"
"Quanto mais tardas, mais e mais te quero"
"desse amor que se quer e que não vem:

[...] e eu olho para a estrada / como quem olha
fixamente o nada,
"- o olhar perdido, na celeste esfera,"

"E ainda te espero (a noite erma e deserta)
"E esperei, sem supor, na incerta espera,"

"até que a vista se confunda, incerta,
na luz de vaga-lumes e de estrelas."
[...] com o mesmo olhar cansado
de ver estrelas e chorar por beijos."

Destacamos dois núcleos de imagens que irão nos servir de base no campo interpretativo: "esperar" e "olhar."

"Esperar," em suas variadas flexões, constitui, nos poemas, uma metáfora contraditória, pois o ato da espera, que é matéria do pensamento, anula a presença do amado. Quanto mais se espera, mais impossível a vinda do amor. Repare-se no emprego do verbo "fazer" no verso "... fiz a longa espera" que implica a consciência plena do ato criador de Maria, como se a vontade comandasse o sonho e se substancializasse na expressão poética.

Ao segundo núcleo imagético pertence "olhar", "ver", e outros da mesma esfera semântica, os chamados verbos prismáticos. A ideia de que o olhar se incorpora à luz das estrelas e está cansado de vê-las constrói a síntese de uma transformação, na qual a poetisa é a expressão de uma luminosidade que se projeta. Assim, a luminosidade é ao mesmo tempo esperança e desencanto, posto que já não é o olho que vê, mas a luz em que a autora se anula e é absorvida pela infinita solidão. O que ela vê é o que ela é, reflexos do olhar que vê e representam a unidade única entre sujeito e objeto, fundidos no tempo onírico na contemplação, o ato de refletir tem o mesmo valor do objeto que reflete. Atente-se para "e chorar por beijos", na sugestão de que aguarda pelo beijo, o despertar para a cintilação do desejo. Esta imagem do beijo ocorre nos mitos populares, de que os românticos utilizaram larga-

mente em suas obras. Os sonetos prefiguram a mesma temática da procura do amor, pelo sistema expressivo da repetição, do retorno. O tempo apresenta uma perspectiva remota de se tornar visível, enlaçado pelo condicionamento da função do adjetivo "incerta" e pela condicional subordinada "se um dia". Este tempo indeterminado se encontra também em "até que," ao exercer no verso a função subordinada temporal, que expressa a ideia de: "em algum momento do tempo". O tempo cronológico de vinte e cinco anos que separa um soneto do outro, torna-se o tempo indeterminado de um olhar, que penetra dentro do ser como se fosse a visão de si mesmo.

Este encadeamento de ideias e circunstâncias produz um surpreendente efeito estilístico, reforçado pela densidade ensolarada dos efeitos acústicos encantatórios da oclusiva /p/ nos sintagmas: "tempo", "espera", "esperar", "perdido", "primavera", "esperei", "supor", "pudesse", "apagado", "inesperado", utilizados para armar a mais densa e abrupta articulação sonora de circular mover-se para que o desejo rompa e desnude a súplica amorosa.

A técnica do fazer poético que a Autora utiliza na relação de sua visão estética com as palavras lhe dá um imensurável prazer estético, que desdobra a emoção e atormenta a alma.

Este domínio técnico da arte poética se encontra, também, em
"Lírica vegetal"

Com o verde, porque nascidos
e em pontiagudos rebentos
estuíamos; com o qual tecidos
de estrigas dos elementos

do tempo, se afirma o uso;
e com mais verdes raízes
trançadas no verde abuso
buscamos novos matizes

com os pés no chão enterrados;
ou, por espiques e palmas,
aos longos azuis alçados:

nem da terra nos despimos
nem para o céu temos almas
mas, sempre verdes, subimos.

Rio, 6-1-1961

Diante do poema nos indagamos como fazer a "leitura" do soneto. Quando Maria diz: "com o verde", leio ser a cor o instrumento mágico com que "afirma o uso" do tecido onírico, a imagem da árvore, cujos "pontiagudos rebentos" se rompem em incandescência e paixão. E, se impõe, naturalmente, a aproximação com "Romance sonámbulo" de Garcia Lorca. Lá como aqui, o "verde" assume a mesma força mágica, capaz de provocar reflexos profundos em todo o poema, conforme palavras de Hugo Friedrich.¹¹ A imagem do "verde" não se abre ao conhecimento se não estiver impregnada de significação imaginária.

As raízes chegam ao fundo, à região das sombras com "os pés no chão enterrados" e alcançam a vida subterrânea e nela se firmam tão fortes e sólidas em seu centro, em seu eixo, que não podem prescindir da seiva da terra. "Com verde abuso", com inumeráveis recursos de magia, Maria braga vai construir sua árvore imaginária que a leve para o limite infinito da vida e, para isso, necessita da arborescência do sonho e do florir do espírito, para que seja absorvida pela substância da natureza vegetal, pois diz: "nem da terra nos despimos" e "nem para o céu temos almas". A poeta, só e completa, segue a caminho do alto, e "com mais verdes raízes", novas formas de encantação, busca "novos matizes", a fim de dinamizar a verticalidade da subida, enquanto crescem e se espalham, na imensidão do firmamento nos "longes azuis alçados" filamentos, palmas e caules de vegetal textura, no esforço de subir "sempre verdes," sempre envolta na íntima matéria do mistério para a plenitude dos limites felizes.

Na simbologia da árvore aérea se dá a dialética da profundidade e da altura e se criam dois espaços do tempo: a noite com suas raízes e o mundo subterrâneo, que se contrapõe ao dia com sua claridade e as luzes dos céus distantes. A árvore une estes dois polos antitéticos: a terra ao céu, numa completude de afetividade onírica.

A densidade expressiva das metáforas nos leva a escutar Bachelard:¹² "No decurso de todos os nossos estudos sobre as imagens primeiras, sempre vimos que uma imagem fundamental poderia, pelo engrandecimento do sonho, passar para o nível cósmico. A árvore, como todos os temas englobados pelo devaneio, poderá, pois, receber, deste modo, uma força cosmogônica. A árvore de Maria Braga Horta com suas raízes e seus movimentos urdidos no imaginário só é visível aos olhos do espírito e cumpre o ritual da transcendência".

O alterar a ordem sintática dos versos, o recurso estilístico dos *enjambements* que prolongam os conteúdos líricos da linguagem em curvas ascendentes e cujo nivelamento se dá pelas pausas melódicas que os pontos e vírgulas sinalizam; o emprego quantitativo de nomes plurais e de rimas em palavras paroxítonas, aumentando a duração do ritmo pelas tensões, atritos e timbres que provo-

¹¹ Estructura, op. cit. p.251.

¹² L'air et les songes, Paris, Librairie José Corti, 1943, p.248-250.

cam, estabelecem, no corpo do soneto, uma “redundância simbólica”, conforme lições de Gilbert Durand.¹³ O “verde” satura-se de significados. A arquitetura do soneto, o gesto com que se desenhou o poema, informam a intencionalidade da Autora em tonalizar as configurações simbólicas para que lhe fosse permitido o penetrar em seu sonho.

Voltemos nossa atenção para o soneto “Velho tema, em velho estilo”. Penso ser ele o melhor exemplo de como se irradia, na obra de Maria, a temática do amor.

Eu, que de amar e amor tenho vivido
vou, de amar, pouco a pouco definhando:
do meu amor caindo em triste olvido
e de vãs ilusões me sustentando.

Já de etéreas miragens hei descido
e (mais de perto a vida contemplando)
vejo o que vira do alto almo e florido
rudes deformações ora mostrando.

Mas, se de amor mister viver me fora
outra vida (e outro tanto amarga e doce),
sendo ele o senhor, eu a senhora,

haveria por bem ter de vivê-la,
tão parca fosse a recompensa, e eu fosse
tão feliz como hei sido ao recebê-la.

Parte do título do poema, “Velho tema” refere-se ao tema do amor que marca, com números expressivamente significativos, os sonetos da Autora. Quanto a “em velho estilo” nos reportamos a uma revivescência da poesia do Renascimento, onde florescia um lirismo de aspecto platônico, revestido de nuances eróticas. Este conceito exalta, ao mesmo tempo, a atitude carnal e espiritual do homem e lhe dá a intensidade do olhar para dentro de sua vida interior, a que se acrescenta o ideal das expressões da poesia trovadoresca. Este aspecto de concepção do amor prolongou-se no lirismo da literatura portuguesa e brasileira pelos séculos seguintes e chegou, até hoje, ainda pleno de fortes e latentes símbolos platônicos. Assim, em “sendo ele o senhor, eu a senhora” encontramos lastros da tradição trovadoresca, onde se evidencia a delicada e sutil relação entre os amantes, na qual a mulher fabrica o artifício de um elo amoroso.

O devaneio leva a poeta a uma queda vertical “já de etéreas miragens hei descido” e posta na superfície da vida, contempla o que existia de encantamento

¹³ Campos do imaginário. Lisboa, Instituto Piaget, 1996, p. 44.

e ora se transforma em equívoco e espessura, em “rudes deformações”. Apesar de ferida no enleio de viver e restrita lhe seja a plenitude de ser feliz, aceita “se de amor mister viver me fora / outra vida”, mesmo acrescida da antitética qualificação de “amarga e doce”. As formas verbais “fosse” e “hei sido”, ambas no pretérito, do modo subjuntivo e indicativo, respectivamente, perfazem o espaço da vida onírica. A felicidade que Maria procura está sob o domínio de duas representações temporais. A possibilidade de uma vida feliz no futuro, comandada por “fosse” depende da causalidade do passado em “como hei sido,” em sua função valorativa da vida imaginária.

E vemos o poder encantatório das rimas, tanto em participio passado, como “vivido”, “descido” como em nomes, adjetivo e substantivo, derivados de participios, como “florido”, “olvido”, em que a terminação – *ido* produz um ritmo agudo de contida pausa sonora, como a reavivar a interiorização da emoção e do desencanto. A estas, se intercalam as rimas das formas nominais do gerúndio “definhando”, “sustentando”, “contemplando”, “mostrando”, que imprimem aos versos uma cadência mais longa, um prolongamento do tempo sem limites, um estar sendo sem término, como um vagar na efusão lírica da alma, enleada de volúpia carnal e do prazer de viver a efusão dos sentidos.

Relacionamos, para melhor apreensão dos poemas, os traços estilísticos que refletem o que há de mais significativo e singular na poesia de Maria.

Nota-se um lirismo de natureza platônica em seus poemas, que se revestem de uma acentuada espiritualidade cristã, ao mesmo tempo estremecidos com o frêmito de uma carnalidade pagã. Este conceito resulta da revivescência do idealismo da poesia trovadoresca, que propunha este plano de vida amorosa. Exemplifiquemos esta tendência com os versos do poema “Fênix”: “E esse amor que me queima, e extasia, e ilumina, / é mais forte que a vida e o infinito domina / e me arrasta em caudais de loucura e desejo!”

Visualizamos, também, a intelectualização do fazer poético da Autora, que tece, com sutil graça e maravilhamento da inteligência, a matéria da vida, o fio das palavras que suscitam ideias e emoções com o intuito de alcançar, no processo da criação poética, o jogo estético do prazer. E lemos em “Abstração”: “Eras do amor sonhado, o sonho oculto / e foste o mais buscado e o não previsto / e em quantos já tentei deter teu vulto / em tantos me enganei que o houvesse visto.”

Voltada para si mesma, contida no universo do racional que lhe impõe pensamentos de ocultação, excesso e perdas de sentimentos e de alvoroço da alma, a poeta se salva pela adesão aos mecanismos que acordam a memória amorosa e que se exprimem pela linguagem do imaginário poético. Aqui, buscam-se as explicações de Gilbert Durand¹⁴ ao analisar o problema do “tempo reencontrado” em Proust. Diz ele: “A memória, vista sob o caráter do imaginário, é antidesestino

¹⁴ As estruturas antropológicas do imaginário. São Paulo, Martins Fontes, 2002, p.402.

e ergue-se contra o tempo" [...] "organiza esteticamente a recordação" e assegura nas flutuações do destino a sobrevivência e a perenidade de uma substância". Assim, encontramos em "Momento": "Guardo o tempo e as palavras na memória / como se a vida fosse sempre agora / pois sou um simples crescimento de alma / na dimensão do tempo percorrido / num corpo que conduz, velada, a essência / do que não foi escrito e só vivido."

Em "Eternidade" encontramos o sonho do devaneio, onde a Autora modela a matéria do seu ser poético. Diz ela, na segunda estrofe do soneto:

Faço versos porque só meu verso resume
os meus sonhos de glória e os meus sonhos de amor
e neles me reflito e em seu frágil volume
condenso as vibrações de meu mundo interior.

Na solidão do ato criador, a poetisa conhece o poder das imagens com que fabrica o devaneio poético que transita nos poemas. Seu verso é a sua forma, construída pelos "sonhos de glória" e os "sonhos de amor", que representam o "frágil volume" do espaço em que habita. Bachelard¹⁵ nos diz que "Habituando verdadeiramente todo o volume de seu espaço, o homem do devaneio está em toda parte no seu mundo, num dentro que não tem fora."

Incitada pelos estados de alma em que se encontra, a poeta organiza nos versos um desdobramento de ações, provocado pelo emprego das formas verbais: "faço", "resume", "reflito" "condenso".

No plano das imagens dinâmicas que elas traduzem, "lemos" como se enunciam, respectivamente: a consciência comanda o ato poético; a incorporação da linguagem literária ao espírito criador; a imagem refletida identifica-se com as matérias dos sonhos; a reunião das partes em um todo único para mais sensível aderência à substância de seu mundo interior. Estas vozes simbólicas dos verbos exprimem como se dá a descida do seu ser poético em direção ao centro de seu mundo, onde se vê acolhida em frêmitos e exaltações de beleza e de reverberadas vibrações amorosas.

Os poemas de Maria Braga Horta alumiam a temática do amor que se cumpre, sublimado pelos conflitos e pelos voos que projetam o seu tempo interior e que são capazes de ordenar o percurso da alma que se move nas dimensões do imaginário; de configurar a linguagem como um jogo estético do pensar e do sentir e, por fim, a poesia que busca abrir ao tempo espiritual que a inteligência constrói, o jeito mágico de governar o sonho do devaneio.

¹⁵ La poétique, op.cit., p.144. Grifos do autor (tradução minha).

UM ESPETÁCULO CHAMADO ROMA

José Maria Couto Moreira

Módulo quarto

Conhecer os jardins e parques romanos e por eles caminhar proporciona aos visitantes o prazer da descoberta real da cidade.

Percorrer a antiga Roma (antiga, jamais velha) é um lenitivo para o espírito e um estímulo recriado para o corpo. Este sentir é compreensível em face da caleidoscópica paisagem urbana, sempre surpreendente, nos oferecendo a cada passo uma emoção nova, uma reflexão mais detida, um prazer introspectivo que anima o também visitante que a tenha apreciado por vezes. Roma será, por todos os séculos, o que foi, e promete, no futuro, igualmente, continuar sendo. Este enigma suscita uma conclusão: foi, é e será, de tal forma, que a atualidade de Roma também se coloca como testemunha viva de sua história. Todas as tecnologias estão presentes na cidade, por certo, também por sua tradição, que registra a originalidade de Roma em todos os campos, desde o mecenato, que proporcionou maravilhas para o mundo em todas as artes, agora, na ciência, na mecânica, na eletricidade, na eletrônica (esta nova e imensa seara a todo dia interrogativa do que mais possa o homem). A sensibilidade do romano, entanto, está presente para preservar este tesouro valiosíssimo que incorpora derrotas e vitórias. Reconhecamos nós, do século XXI, o que Roma idealizou, construiu ou inventou por todo o tempo, desde a movimentação daqueles velhos e inquietos etruscos.

Dois foram os elementos que compuseram o curso da história romana: a fé e a espada, o primeiro imaterial, mas de poder tão forte e tão devastador quanto a ameaçadora e temida espada, irrenunciável por toda a história para a defesa dos romanos e a expansão do império de Roma.

Roma é o resultado da fé e da espada, ou dir-se-ia até, com a fé e com a espada. Se quatorze séculos não foram bastantes para a consolidação do Estado Romano e seu reconhecimento em todo o mundo, o décimo nono século proporcionou à Itália dias heróicos de luta e de sangue, neles inscrita e realçada a participação voluntária e nobre da brasileira Anita Garibaldi, que, ao lado do bra-

* Advogado.

vo Giuseppe, trouxe à península itálica a tão sonhada unidade, reclamada pelos tempos e ansiada ardentemente por seu povo.

Admirémos hoje os espaços verdes da cidade, o que modernamente chamamos de parques. Nesta escolha, dedicada a instantes verdadeiramente contemplativos, vários deles se oferecem para nosso prazer. Será sempre uma alternativa deliciosa, em que se observará o esforço da cidade, desde tempos imemoriais, para adorná-la de encantos naturais a satisfazer o hedonismo histórico de sua gente.

Sabe-se que Nero imperador (68 d.C.) decidiu implantar um requintadíssimo espaço verde na região onde se encontra o Coliseu (há restos), para cuja tarefa lhe foi necessária ampla e profunda drenagem, pois o local era tomado por um extenso pântano. Ali, seus arquitetos se esmeraram ao projetar um portentoso lago em meio a um belo paisagismo e tudo que pudesse acompanhá-lo em exemplares comuns e exóticos de flora e de animais, e mais largos bosques, tudo compondo uma cena espetaculosa, como, por sinal, era de sua índole. Esta benfeitoria completou-se, a seguir, com a construção da ainda hoje centro de atenção e curiosidade do viajante que é a Domus Aurea, suntuosa residência a que o tirano destinou a si.

Está no sangue do romano o culto aos prazeres mundanos que seus antepassados lhe legaram. Um deles, como o de que tratamos aqui, é o de comprazer-se e festejar o natural e o naturalismo. Prova eloquente deste ânimo traduziu-se no premiado roteiro de La Dolce Vita, em que o personagem central exalta os prazeres hedonistas proporcionados pela vida.

Roma possui muitas áreas como as dos Jardins do Pincio, que abordaremos a seguir, inicialmente implantados pela poderosa família Borghese e depois repassada ao estado romano, e outras, igualmente bonitas e atraentes, que constituem também belíssimos jardins, porém ainda em mãos de particulares, o que nos priva de conhecê-los e admirá-los.

Na Roma de hoje há um parque, entre todos, de especial relevância histórica e de maravilhamento universal. É o famoso Jardim do Pincio, alcançado por uma imponente escadaria, no lado norte da Piazza del Popolo; ponto também icônico da cidade. Tudo em Roma tem seu significado simbólico, quase autoexplicativo. Adentrar o Pincio (uma das colinas de Roma) é aceitar o convite que a cidade fazia ao visitante que transpunha a Porta Del Popolo, a entrada oficial da cidade. Eram o convite para o viajante descansar e relevar o cansaço da jornada, as boas vindas que o povo romano a ele desejava. E por esta porta passaram Stendhal, Goethe, Strauss e mais hóspedes de menção que, por sua vez, dirigiam-se àquele recanto verde, hoje com registros, em bustos, de vários de seus ilustres frequentadores.

O Pincio não é apenas um jardim, um belíssimo jardim, mas é um espaço monumental naquela colina que, por suas características, assemelha-se a um

mundo novo, um pequeno paraíso, onde o visitante deposita seu cansaço e admira-se com uma flora generosamente exuberante, entremeada com fontes que ali se multiplicam, renovando o prazer de ali estar. É onde o romano mentaliza seus dilemas, onde a família, ao reunir-se, se dispersa e se reencontra, muito embora a planta daquele espaço liberte o cidadão para uma fuga de si mesmo. São áreas de espécimes variados (e uniformes) que se enfileiram ou se cruzam, causando, por vezes, a impressão de uma rápida ausência. Ali, entre o verde, fontes e sombras é Roma que corteja o peregrino. Ali, Valadier, o responsável pela construção e estilo de quase todo o paisagismo e decorações outras da Roma pós-barroca, permitiu que seu traçado fosse a um tempo moderno e conservador, arejado e acolhedor. Quem se interessa pela história, viaja um pouco por ela, e vai encontrar ali, no Casino Valadier, adorável restaurante *belle époque* e ponto usual de encontro, os passos de Ghandi, Mussolini e Strauss. Quem caminhar no elegante parque vai se defrontar, também, com trabalhos memoráveis de artistas locais, como se mostram as realizações inspiradas do obelisco mandado edificar por Adriano imperador, festejando o escravo Antinoo (o favorito) e um relógio d'água construído por um anônimo dominicano para a Exposição de Paris, de 1889.

Em síntese, o Pincio é uma dádiva, é uma jóia incrustada naquela elevação da cidade onde se desfruta, de resto, uma bela e panorâmica vista da urbe por todos celebrada.

Depois de ultrapassarmos este pulmão da cidade, que fica como lembrança inesquecível, outro sítio a merecer a admiração do visitante (e, como sempre, também a do residente em Roma), é o Jardim Botânico, que recebeu preciosa e meritória colaboração da travessa rainha Cristina da Suécia quando de sua longa estada em Roma, após abdicar do trono sueco. Situa-se no sopé do Janículo, uma das sete colinas. O que provoca a observação é a variedade de como se forma o jardim, que se nos apresenta ora no estilo japonês, ora como uma floresta de bambus, ora um jardim de rosas, ora um caminho sombreado pelas samambaias, tudo exibindo um exotismo que nos convida a continuar a observação, até um recanto Zen, de original e delicada feição, e mais estufas que se seguem, lembrando uma floresta tropical brasileira. É local que pela característica original de sua composição convida para aprazível visita.

Era costume dos romanos denominar uma extensa propriedade e seus verdes campos com o nome de vila. Por isto, uma área de muitos encantos, pela paisagem e pela história é a Villa Ada, cuja origem remonta ao século XVI, e o belo imóvel que lhe deu o nome foi adquirido em 1872 pela família Savoia, que também cuidou de estendê-lo com a compra de terrenos laterais em proveito da amplitude do jardim. Membros da família, os de característica urbana, recusaram-se a residir no endereço, transferindo-se para o Palazzo Quirinale, o que ocasionou a venda da Villa. O comprador, o conde Tellfner, dedicou a residência a sua mulher Ada, assim nomeando o imóvel. A família Savoia, porém, recomprou

a propriedade em 1946. Possui um lago extenso em que se permite a frequência do público, enquanto a área privada é controlada pela Embaixada do Egito.

Passeio igualmente imperdível é perambular pela Villa Pamphili, extensa área verde em que se encontram construções de estilo plantadas em jardins que encantam o visitante, cuja formação iniciou-se pelo século XVI. Entre os muitos prazeres que se desfrutam neste recanto está a observação dos pássaros, que ali se multiplicam em espécies e número. A vila foi presente do papa Inocêncio X ao sobrinho Camilo Pamphili; junto à magnífica residência, o Casino del Bel Respiro. Inúmeras fontes decoram os jardins, muitos replicando o estilo puramente inglês, com lago e cascatas, em cujo apreciado cenário, no verão, se recitam concertos de música antiga. Presença mais demorada neste parque constitui verdadeiro refúgio, repousante para o corpo e o espírito.

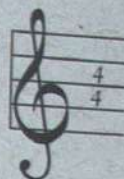
Parque público que desperta de imediato nosso interesse e prazer é o da Villa Celimontana, que, inicialmente, recebeu as linhas de Charles L'Enfant (o urbanista de Washington) e depois uma intervenção de estilo gótico por seu último proprietário. A propriedade original era constituída por um vinhedo, adquirida pela família Mattei, que lá edificou residência para seus membros. O jardim, de intenso verde, que cobre toda a propriedade, possui exemplares curiosos de árvores exóticas e um obelisco egípcio. A Piazza della Navicella é a referência para sua localização.

A Villa Torlonia é outro recanto que merece visita demorada pela sua beleza repousante. Ao agradável local foram destinadas várias construções realizadas por três séculos. Avenidas ladeadas de carvalhos e um lago cercado por uma vistosa floresta de bambu ornaram seus campos. Inicialmente, o imóvel pertenceu à família Pamphili, mais tarde adquirida pela família Colonna, e, a seguir, pelo banqueiro Giovanni Torlonia. Em 1716, o arquiteto Valadier, o mesmo da Piazza del Popolo, concebeu e edificou o palácio principal, o Casino Noble, ocupado por Mussolini durante a Segunda Grande Guerra. Em 1978 a propriedade foi adquirida pelo poder público de Roma, que a franqueou aos residentes e visitantes. A extensão dos gramados proporciona a realização de eventuais campeonatos de golfe.

De proporções menores, porém de grande encantamento, se encontram outros jardins públicos em Roma, que nos atraem por suas características compatíveis com a época em que se criaram e com a concepção de cada um. Requistadas suas alterações sempre de renomados arquitetos, seu aspecto manteve o tom original, que encerra, como em toda iniciativa de restauração ou manutenção dos bens imóveis de Roma, uma evolução histórica que os credenciam como elementos importantes na narrativa respeitável da cidade, razão pela qual se inserem festivamente no espetáculo chamado Roma.



Música



PARA LEMBRAR OS 260 ANOS DE NASCIMENTO DE MOZART

*Paulo Sérgio Malheiros dos Santos**

Nas comemorações dos 260 anos de nascimento de Mozart, a programação da Orquestra Filarmônica de Minas Gerais dedicará alguns concertos, chamados Fora de Série – os de sábado, uma vez por mês, a partir de março – à obra de Wolfgang Amadeus Mozart. O do mês de abril tem como tema seus Concertos para Solistas. O de maio, algumas obras mais diretamente ligadas à vida familiar do grande compositor, incluindo ainda algumas peças de seu pai, Leopold Mozart. Em agosto, apresenta-se a ópera *Così fan tutte*. O concerto de outubro focaliza a pouco conhecida música de dança do compositor. Os comentários seguintes tecem considerações sobre esse repertório.

Leopold Mozart tinha 18 anos quando se instalou em Salzburgo para cursar a Universidade Beneditina. Em sua cidade natal, Augsburg, estudara no Ginásio dos Jesuítas, dentro dos preceitos católicos, com ênfase na língua alemã, bases sólidas de latim, grego, francês e italiano. Pensou em seguir a carreira eclesiástica e só optou definitivamente pela música aos vinte anos. Em Salzburgo, casou-se aos 28 anos, com Maria Anna Pertl e, segundo comentários da época, os dois formaram o casal mais bonito da cidade. Tiveram sete filhos, dos quais apenas dois sobreviveram à infância: Maria Anna (Nannerl) e Wolfgang.

No ano do nascimento de Wolfgang, Leopold publicou um célebre tratado sobre o ensino do violino, depois traduzido em várias línguas e frequentemente reimpresso. Sua música, entretanto, continua pouco conhecida e sem uma ordenação cronológica definida. Ele compôs muito em seus primeiros anos em Salzburgo, antes de dedicar-se à carreira dos filhos. As diversas missas e outras peças sacras, obras de câmara, numerosos concertos e 25 sinfonias mostram as

* Pianista, doutor em Letras, professor de História da Música na UEMG, autor dos livros "Músico, doce músico e O grão perfumado" – "Mário de Andrade e a arte do inacabado". Semanalmente apresenta o programa *Recitais Brasileiros* pela Rádio Inconfidência de Minas Gerais.

características gerais do estilo galante vienense, deliberadamente simples. Algumas particularidades constantes chamam a atenção: peças como a Sinfonia dos Brinquedos e as Bodas Camponesas denotam a predileção do autor pelos divertimentos populares. O impacto programático-descritivo de sua música sinfônica evidencia-se no Passeio de trenó ou na Sinfonia da caça. Em ambos os casos, o realismo sonoro exige uma quantidade de instrumentos raros ou brinquedos infantis – marimba, lira, gaita de foles, chocalhos, flauta doce, chicotes, campainhas, apitos, pequenos trompetes – que se juntam à trama de uma orquestra tradicional. Há ainda a valorização do registro agudo dos instrumentos de metal, cujo florescimento na corte de Salzburgo, por volta de 1765, resultou em pelo menos três concertos conhecidos: dois de Michael Haydn para clarim e o Concerto para trombone alto de Leopold Mozart.

A Sinfonia dos Brinquedos foi, por muito tempo, atribuída a J. Haydn. Somente em 1951, o musicólogo Ernst F. Schmidt anunciou a descoberta, em Munique, de uma Cassation de Leopold Mozart em sete movimentos, três dos quais idênticos aos movimentos da sinfonia. Quanto ao Passeio de trenó, sabe-se que o compositor enviou a partitura para seus conterrâneos da Sociedade de Intérpretes de Augsburgo. Eles a apresentaram no albergue Aos Reis Magos, em janeiro de 1756, quinze dias antes do nascimento de Wolfgang.

Leopold, muito religioso, sempre acreditou que o filho era um dom que Deus lhe confiara com o dever de cultivá-lo. Dirigiu sua iniciação musical com inegável eficiência; escolheu seus mestres com perícia (Johann Christian Bach, em Londres; o padre Martini, na Itália); proporcionou-lhe o contato com ambientes musicais diferentes, a prática de técnicas e estilos variados. Mozart, ainda adolescente, tornara-se o músico mais cosmopolita da época.

Compreende-se facilmente a frustração e a angústia que dominaram Leopold Mozart diante do declínio progressivo de sua influência sobre Wolfgang, enquanto o jovem compositor lutava por sua independência profissional e artística. Com o casamento e a mudança de Mozart para Viena o distanciamento entre eles aumentou (encontraram-se apenas em dois curtos períodos de visitas). Leopold, que ainda vivia em função de Wolfgang, permaneceu em Salzburgo e teve de se contentar com as cartas. Nannerl casara-se e morava em St. Gilgen; só retornou a Salzburgo em 1801, viúva, quando se sustentou dando aulas de piano. Leopold morreu solitário, antes da tragédia que marcou os últimos anos da vida de seu filho.

Leopold Mozart planejou meticulosamente as longas *tournées* em que Maria Anna (Nannerl) e Wolfgang conquistaram os grandes centros musicais da Europa. As crianças tocavam também a quatro mãos ou em dois cravos, e em 1765 o pequeno Mozart escreveu para o duo familiar sua primeira peça para essa formação, a Sonata K. 19 d.

Quando criança, Mozart compôs algumas árias (a primeira, aos oito anos, em Londres) que lhe serviram tanto de exercício para se aperfeiçoar no ofício

como para exibir seu talento de improvisador, adaptando a música aos Affekte (amor, raiva, ciúme...) de um texto poético. As árias de concerto para voz e acompanhamento orquestral constituem um capítulo importante e especialmente desconhecido da obra de Mozart. O compositor dedicou-se ao gênero desde a infância até o último ano de sua vida, deixando cerca de 50 títulos.

As árias de concerto cumpriram funções diversas ao longo do século XVIII. Havia as chamadas *Licenze*, que se intercalavam nas apresentações operísticas, como texto de louvor a uma pessoa ilustre da plateia. Muito frequentemente, árias independentes eram encomendadas para a inserção em óperas de outros compositores, quando as originais se mostrassem inadequadas ao conjunto da obra ou às possibilidades de algum determinado intérprete. Mozart compôs árias isoladas para óperas de Cimarosa, Anfossi, Martin y Soler, Paisiello e Bianchi. Na apresentação vienense de *O curioso indiscreto* (1783) de Pasquale Anfossi, Aloisia Weber Lange, cunhada de Mozart, interpretava o papel de Clorinda. A cantora julgou as árias de Anfossi aquém de seus recursos e solicitou ao cunhado outras, que mostrassem todos. Mozart admirava sua voz extensa e delicada, cujo agudo ascendia até o mi 5. As três árias que compôs – entre elas *No, no, che non sei capace* K.419 – fizeram muito sucesso, independente do fracasso da ópera. Aloisia foi o primeiro grande amor do compositor. Ele a conheceu em Mannheim, nas viagens de 1777-8; mas em outubro de 1780 ela se casou com Joseph Lange. Dois anos depois, Mozart casou-se com Constanze, irmã de Aloisia. Os dois casais foram muito amigos durante o período em que conviveram em Viena.

A gênese mais natural para árias de concerto eram as encomendas para recitais de cantores, profissionais ou amadores. Mozart ajustava sua escrita aos intérpretes, acentuando-lhes as qualidades e considerando as limitações. Tornou-se famoso o conceito mozartiano de que “uma ária deve se adaptar ao cantor como um traje bem feito”. Muitos cantores agraciados com essas árias isoladas participaram de papéis importantes em suas óperas e o profundo conhecimento de suas capacidades expressivas favorecia o trabalho do compositor. Mia speranza adorata K. 416 foi também composta para Aloisia Weber, que interpretou *Madame Herz* no *Singspiel* *Der Schauspieldirektor*.

Mozart escreveu numerosos concertos – vinte e sete para seu instrumento, o piano; para fagote; oboé; clarineta; quatro para trompa; cinco para violino; dois para flauta; além de outras obras concertantes para mais de um solista. Incluídos entre as mais perfeitas realizações sinfônicas do século XVIII, esses concertos constituem, ao lado das óperas, o melhor de sua expressão pessoal. A aproximação com a ópera torna-se inevitável, pois os belos concertos de Mozart trazem as mesmas qualidades que o fazem um genial compositor de cena. Demonstram brilhantemente sua capacidade inigualável de realizar a representação dramática também na música instrumental, com os instrumentos solistas mantendo a mesma vivacidade de ação encontrada em seus personagens operísticos. As melodias, de

caráter essencialmente vocal, associam-se facilmente ao discurso teatral, ainda mais valorizado por uma preocupação timbrística que individualiza as entradas temáticas em determinada instrumentação específica. Por outro lado, a força retórica das intervenções orquestrais e sua grande variedade de configurações de acompanhamento deixam claro que Mozart concebe o concerto como a integração ou a oposição, em pé de igualdade, do solista e da orquestra. O virtuosismo – típico do gênero concertante – submete-se assim ao notável senso dramático do compositor.

Os concertos para solistas eram muito apreciados no século XVIII. Nada mais natural que Mozart, desde criança um célebre virtuose, cedo cultivasse o gênero. Ao completar onze anos, já escrevera seus primeiros quatro concertos para piano, baseando-se em movimentos de sonatas de músicos contemporâneos. E continuou compondo concertos ao longo de toda sua carreira; na maioria das vezes, obras circunstanciais, sob a pressão de exigências e encargos impostos pelo mecenato aristocrático ou pela alta burguesia frequentadora de teatros. Acostumado ao sucesso, Mozart procura agradar ao público e muitas de suas criações rendem-se ao chamado estilo galante, deliberadamente marcado por apelos típicos de uma sociedade incapaz de assimilar inovações. Entretanto, mesmo com tais limitações, a forte personalidade do gênio impõe-se através de um encanto especial, afastando-o da falta de tensão e do formalismo mecânico encontrados nas obras de seus contemporâneos. O próprio Mozart, referindo-se a alguns de seus concertos, atribui-lhes um resultado artístico conciliatório: “Neles aparecem trechos que só os especialistas podem apreciar, mas esses trechos estão escritos de maneira que todos fiquem satisfeitos, mesmo sem saber por quê”.

Aos poucos e cada vez mais, Mozart afastou-se do gosto exigido pela moda. Os concertos (mais que as sinfonias) permitem acompanhar a evolução do compositor. É curioso – e trágico – que ele tenha se servido de um gênero tão popular para confidenciar seus sentimentos mais íntimos e realizar audaciosas inovações. E a incompreensão crescente do público tornava-se mais dolorosa, comparada aos triunfos conquistados pelo artista quando criança. Os derradeiros anos da vida do compositor – marcados pela instabilidade econômica, dívidas, intrigas de rivais invejosos, mortes de filhos recém-nascidos – viram também nascer muitas obras primas definitivas, ímpares em beleza e profundamente humanas. Lúcido em sua verdade de criador, consciente de sua superioridade como músico, Mozart não retrocedeu – os últimos concertos para piano e o concerto para clarinete (composto dez semanas antes da morte do compositor) possuem uma beleza transcendente e serena. Neles o gênio do compositor alcançou os pontos mais altos de sua produção, entre os mais preciosos tesouros artísticos da humanidade.

Mozart manteve, como regra geral, a estrutura tripartida em seus concertos: o primeiro movimento em forma sonata (exposição, desenvolvimento e re-

exposição); um segundo movimento lento, expressivo, sonhador ou trágico; e o final na tradição do rondó com estrofes e refrão, alegre e virtuosístico. Entretanto, a partir dos dezessete anos, quando compõe seus primeiros concertos realmente originais, Mozart criará dentro dessa estrutura tripartida uma solução formal particular para cada concerto, distinguindo-o de todas as outras obras de seu tipo.

Entre essas primeiras peças notáveis, inclui-se o Concerto para Fagote K. 191, ao lado do Concerto para Piano K. 175 e do Concerto para Violino K. 207. Sintomaticamente, foram escritos após uma viagem à Itália, quando Mozart desvia seu interesse da ópera séria para a ópera bufa, resultando na composição de *La finta giardiniera*. Desde então, o gênero concertante torna-se para Mozart um espaço teatral onde o solista e a orquestra fazem-se parceiros, dialogam, discutem, surpreendem-se, agem e reagem.

O Allegro inicial do Concerto para Fagote K. 191 possui um longo prelúdio orquestral que expõe os dois temas desse movimento. A complexidade de sua escritura recorre ao contraponto e a uma orquestração bastante elaborada, atípicos para uma obra do estilo galante. Trata-se da primeira obra concertante de Mozart para instrumento de sopro e o virtuosismo do solista valoriza os recursos contemporâneos do fagote – muito desenvolvidos ao longo do século XVIII, embora sem atingir ainda a forma do instrumento atual. No Andante ma adagio, um único e belo tema desdobra-se modulado com imaginação refinada e lirismo. O Rondó final tem como tema principal um minueto em duas partes. O virtuosismo discreto confere-lhe um caráter de sobriedade e elegância.

No dia 23 de setembro de 1777, Mozart deixava Salzburgo, em mais uma tentativa de se livrar dos estreitos limites musicais de sua cidade natal. O destino é Paris, passando por Munique, Augsburg e Mannheim (onde tomou contato proveitoso com a célebre orquestra). Tem vinte e dois anos, uma paixão nascida durante a viagem (Aloízia Weber) e uma grande bagagem musical. Quando criança conquistara a capital francesa; mas Mozart não é mais o menino prodígio que provocava entusiasmo incondicional. O pai protetor permanecera em Salzburgo e a mãe, que o acompanha nesta viagem, morre em Paris, longe de casa. Mozart continua compondo incansavelmente – entre outras obras primas, cinco sonatas para piano, a Sinfonia nº 31 e a Serenata para instrumentos de sopro K 361. Ganha a vida precariamente, realizando concertos mal remunerados e dando aulas para aristocratas. Entre suas alunas, a filha do Duque de Guines tornara-se uma excelente harpista. O duque tocava flauta muito bem e encomendou a Mozart um Concerto para flauta e harpa. Encarregado de escrever um simples entretenimento social, sem outra pretensão que a de oferecer aos ouvintes um prazer imediato, Mozart criou uma jóia de grande encanto. O primeiro movimento, Allegro, caracteriza-se pelos diálogos dos solistas entre si e com a orquestra. Há um evidente apelo virtuosístico nos trechos de grande velocidade. O segundo movimento, Andantino, é um idílio sonhador e terço. No Rondó final, o tema principal possui

um caráter de dança, como uma alegre *gavotte*, ao gosto amável da aristocracia francesa, acrescentando-lhe a ciência e a delicadeza do estilo mozartiano. O concerto faz uso de notas graves impraticáveis para as flautas da época, já que o instrumento especial do conde de Guines lhe permitia tocá-las.

Essa capacidade de Mozart de adaptar-se às particularidades específicas de seus intérpretes, cantores ou instrumentistas é notória. Entre seus concertos para piano, muitos se destinavam, evidentemente, ao próprio compositor. As últimas peças para clarineta foram escritas para o instrumento especial de Anton Stadler. As obras para trompa compostas entre 1782 e 1791 e dedicadas a Joseph Leutgeb, respeitam as limitações graduais que a idade impôs ao trompista – nas últimas, as notas muito agudas são evitadas. Leutgeb, grande amigo de Leopold Mozart, integrou a orquestra de Salzburgo, antes de mudar-se para Viena. Em 1791, Mozart passou alguns períodos na casa desse amigo da família, enquanto Constanze ia tratar-se em Baden. A catalogação dos quatro concertos não corresponde cronologicamente à sua criação. O Concerto para Trompa nº 2, na verdade foi o primeiro composto e traz no autógrafo a divertida dedicatória: *W. A. Mozart teve pena de Leutgeb, asno, besta e néscio, em Viena, 27 de maio de 1783. O Allegro maestoso* apresenta-se repleto de modulações que lhe conferem o caráter melancólico, inusitado para um primeiro movimento. O breve *Andante* possui um tema lírico, acompanhado pelas cordas, retomado por três vezes. No *Rondó*, a trompa expõe seu tema de caça, bastante marcial, emoldurando três intermédios (o segundo em tom menor). O final acelerado evoca uma animada cavalgada.

No começo de 1779, aos 23 anos, Mozart iniciou a composição do Concerto para dois Pianos K. 365, também destinado à irmã, Nannerl (o primeiro piano) e a ele mesmo. A influência da Escola de Mannheim (que Mozart conhecera recentemente) é notória. Os solistas são tratados com igual importância, já que Nannerl era executante admiravelmente talentosa. No *Allegro* inicial há um jogo fascinante de réplicas, ecos, adornos, alternância de protagonismo e acompanhamento entre os dois solistas. O *Andante*, em si bemol, apresenta um melancólico tema nos violinos, logo respondido pelos oboés. O segundo piano retoma o mesmo tema sobre os trinados do outro solista. Os dois pianos se unem em terças e, apoiando uma melodia dos oboés, chegam em arpejos até a tonalidade mi bemol. Um novo tema, em dó menor, é exposto pelo segundo piano; retomado e variado por seu parceiro. A conclusão é em pianíssimo. O *Rondó*, *Allegro*, tem espírito bastante francês tanto pelo caráter saltitante de seu refrão quanto por seu intermédio central em tom menor. Há uma rica passagem em que os dois pianos realizam uma série impressionante de modulações. No todo é uma peça brilhante repleta de alegria. Mozart tinha especial carinho por esse concerto que foi tocado várias vezes depois que o compositor se fixou em Viena.

Em 1781, Mozart deixava definitivamente Salzburgo, onde era *Konzertmeister* (mestre de concerto) do autoritário cardeal Colloredo. Rompendo defi-

nitivamente com o padrão aristocrático para se tornar compositor e pianista autônomo, Mozart corajosamente antecipou-se à sua época. Passava a depender da renda de concertos, da venda de partituras, de aulas particulares, do público da alta burguesia, que, por meio do pagamento de ingressos, determinava o êxito ou o insucesso de uma obra.

A composição de *O raptó do serralho* coincidiu com a fixação permanente de Mozart em Viena e com seu casamento com Constanze (nome da heroína da ópera) Weber. Sintomaticamente, o compositor optou por um *Singspiel* – espetáculo dramático-musical tipicamente germânico, de caráter popular. O gênero fora introduzido na Alemanha por Johann Hiller (1728-1804) combinando o diálogo falado com o canto. A vertente vienense é mais operística. No ano de sua morte, Mozart criou o maior deles, *A flauta mágica*, um *Singspiel* sublimado decisivo para a consolidação da ópera alemã.

Em *O raptó do serralho*, o enredo evocativo da Turquia, devido à moda de temas orientais, revela o desejo do compositor de conquistar o público. De fato, durante toda a vida de Mozart, esse foi seu maior sucesso popular. Resistiu, inclusive, a inúmeras intrigas de rivais invejosos. Sobre a partitura, o imperador Josef II fez seu famoso comentário: – Bela demais para os nossos ouvidos, meu caro Mozart, e com notas em demasia. Ao que Mozart retrucou: – Exatamente tantas quantas são necessárias, Majestade.

A Abertura se inicia sobre um Presto muito vivo, com ritmos contrastantes, mas persistentes, enérgicos, vivos. O caráter feérico deve-se muito ao uso espetacular dos instrumentos de sopro e ao arsenal típico das turqueries da época – toda uma falange percussiva (timpanos em dó e sol, triângulo, pratos, bumbo) evocativa do Oriente de ópera onde se desenrola a ação. O poético *Andante* central, em tom menor, expressão do amor de Belmonte por Constanze, não interrompe o clima de alegria que logo se reinstala, com seu ritmo desenfreado, contagiante até o final.

Seis anos após o sucesso da estreia de *O raptó do serralho*, Mozart vivia, em meados de 1788, um período extremamente difícil, marcado pela morte da filha Tereza e por dívidas alarmantes: um dia antes de terminar a *Sinfonia* nº 39, escreveu uma carta desesperada ao amigo e credor Johann Puchberg (entre 1787 e 1791, ele emprestou ao compositor, no mínimo, cerca de 1.420 florins).

Entretanto, nesse período turbulento de 1788, em menos de dois meses, entre junho e agosto, Mozart concluiu suas três últimas sinfonias, imensamente diferentes entre si e igualmente perfeitas. Fenômeno ainda mais intrigante, pois permanece um enigma o motivo de tal empenho composicional – essas obras primas incomparáveis foram criadas sem encomenda imediata e julga-se que o próprio Mozart não chegou a ouvi-las. Talvez a publicação das *Sinfonias* Parisienses de Haydn, no ano anterior, tenha-lhe incentivado a criatividade; os dois compositores, apesar da diferença de idade, foram amigos constantes e admirado-

res mútuos. Haydn declarou, em ocasiões diversas: Mozart é o maior compositor que já existiu.

Com audácia inaudita, as últimas sinfonias exibem o gênio de Mozart em plenitude. Revelam sua notável percepção do equilíbrio estrutural, o cultivo rigoroso do estilo fugato dos antigos mestres, surpreendente riqueza harmônica e um jogo fascinante das texturas orquestrais.

Mozart compôs música de dança desde os cinco anos, incluindo nove pequenos minuetos transcritos pelo pai no álbum de partituras de sua irmã Nannerl. Mas foi a partir dos 13 anos que começou a escrever música para ser dançada – dedicada ao carnaval em Salzburgo – atividade que manteve durante toda a vida. Compôs cerca de 200 títulos isolados, sem contar os minuetos e outros movimentos de dança integrantes de suas sonatas, quartetos e sinfonias. Era ele próprio um entusiástico dançarino. Em uma carta do começo de 1783, conta ao pai como comemorou seu aniversário: “Dei um baile em casa; começamos às seis horas da tarde e terminamos às sete. O quê? Somente uma hora! Não, não... às sete da manhã”.

Para festas como essa, as danças eram apresentadas em sua habitual formação de câmara – o trio de cordas formado por dois violinos e baixo. A orquestração posterior, com o acréscimo dos instrumentos de sopro e percussão, mantinha a seção das cordas sem as violas. As partes centrais frequentemente incluíam instrumentos exóticos como gaitas de fole, cornetas de postilhão ou guizos de trenós.

Na década de 1780, em Viena, a dança era um divertimento social muito popular. Sob o reinado liberal de Josef II, os bailes oficiais foram abertos a todas as camadas da sociedade – iniciava-se, então, a longa associação de Viena com a dança. Patrocinada pela corte, a temporada do carnaval acontecia de janeiro até a Quaresma. A mascarada constituía o ponto alto da estação, atraindo pessoas que podiam se divertir incógnitas, sob o disfarce das fantasias.

Também era uma fantasia o título de *Kammermusicus* oferecido a Mozart em 1787 – na verdade o compositor recebia honorários exclusivamente relativos às danças do próximo carnaval, geralmente compostas durante o dezembro anterior. Conforme o planejamento financeiro da corte, tratava-se de um artifício para impedir que um músico tão famoso abandonasse Viena. Não lhe encomendavam óperas ou sinfonias e ficou célebre o comentário de Mozart ao receber seu primeiro pagamento: “Demasiado para o que faço; demasiadamente pouco para o que eu poderia fazer.” Entretanto, compor danças nunca lhe pareceu ocupação secundária; ele a encarava com seriedade. Dedicou-se especialmente a quatro gêneros: as Marchas frequentemente tinham caráter militar. O aristocrático Minueto, destinado a morrer com o Antigo Regime, ainda guardava muito do seu refinamento e formalismo bicentenários. Mais vigorosas, as Danças alemãs ou *Ländler*, dançavam-se aos pares, com maior contato físico, saltos e batidas de pé. As populares e antigas *Contradanças* – cujo compasso binário contrastava com o

ternário dos minuetos e das *Ländler* – foram importadas da Inglaterra. O nome se originou de *country dance*, traduzido *contredanse* para o francês (*franglais*) do século XVII.

É interessante observar o uso dessas danças nas três últimas sinfonias de Mozart. O movimento *finale* da Sinfonia nº 39 tem o espírito de uma *contradança*, enquanto o Minueto da mesma sinfonia é uma dança alemã. Já o Minueto da Sinfonia Júpiter é um verdadeiro minueto, enquanto o da Sinfonia nº 40 foge a qualquer convenção, com sua irregularidade métrica e rica escrita contrapontística.

As Cinco *Contradanças* K. 609 tradicionalmente se enquadram no ano de 1791, entre as últimas escritas por Mozart. Outros estudiosos sugerem 1787 e nesse caso seriam as primeiras do compositor como *Kammermusicus*. A de nº 1, em Dó Maior, traz o tema *Ne più andrai* de As bodas de Figaro, muito conhecido em Viena. Os tambores são muito marcantes nas danças 3 e 4. A quarta, em compasso ternário, é realmente um *Ländler* com três alternativos (trios), respectivamente em Dó, Fá e em Lá menor. A última da série, composta anteriormente em Salzburgo, recebeu o título de *Les filles malicieuses* e, reorquestrada, foi registrada como K. 610. Possui um curioso efeito de gaitas de foles na seção central.

Ao contrário das danças para bailes, o *Grand Ballet* – como cultivado na corte francesa do século XVII – estava fora de moda no século da Revolução Francesa. Apenas duas composições de Mozart para balé são conhecidas integralmente: *Les petits riens* e *Idomeneo*.

Quando residiu em Paris, Mozart planejou compor uma ópera em francês, *Alexandre et Roxane*, confiante no apoio decisivo do célebre bailarino e coreógrafo Jean Georges Noverre. Para este grande reformador da dança Mozart escreveu, junto com outros compositores, *Les petits riens*, interlúdio a ser dançado em uma ópera de Piccinni. Com a música e a coreografia atribuídas a Noverre, o balé obteve sucesso. Dos 21 números que o compõem, apenas a Abertura e oito peças são com certeza de Mozart. E elas demonstram com que originalidade ele conseguiu apropriar-se do estilo galante francês.

Aos 25 anos, em Munique, o compositor escreveu outro balé, agora para uma criação própria, *Idomeneo*, sua terceira e mais importante investida na *opéra seria*, com enredo histórico ou mitológico. *Idomeneo* representou um grande impulso na produção mozartiana, síntese muito particular de marcantes experiências: a ópera séria italiana, as conquistas orquestrais de Mannheim e a influência de Glück, reminiscência da estação parisiense. Apesar do sucesso da estreia, a obra passou por longo e lamentável período de esquecimento. Só após a Primeira Guerra, Richard Strauss, quando dirigia a Ópera de Viena, redescobriu por acaso a partitura. Os cinco números dançantes encerram festivamente *Idomeneo*, com uma grande celebração popular.

Ao contrário de sua intensa e constante dedicação à ópera, Mozart escreveu apenas uma música para teatro: *Thamos, rei do Egito*. Os coros e números

instrumentais para o drama de Tobias von Gebler, compostos no final de 1773, foram retrabalhados em 1779 por ocasião da reapresentação em Salzburgo. O exame comparativo das duas versões permite avaliar o imenso progresso realizado entre elas. Ciente da superioridade de sua música sobre o texto, Mozart procura libertá-la da tendência estritamente programática. Assim, à parte os três magníficos coros, os quatro números puramente instrumentais soam, em sequência, como movimentos de uma pequena sinfonia.

Così fan tutte, ossia La Scuola degli Amanti K. 588 é a última das três óperas resultantes da colaboração entre Mozart e o libretista Lorenzo Da Ponte, pontos culminantes de toda a arte operística. Encomendada pelo imperador Josef II, após o sucesso da reapresentação vienense de As bodas de Fígaro em agosto de 1789, foi feita com rapidez. A estreia se deu no início do ano seguinte, na véspera do 34º aniversário do compositor. O próprio imperador sugeriu o tema, baseado em uma história real então muito comentada em Viena: dois jovens oficiais testam a fidelidade de suas noivas, cada um cortejando a namorada do outro. Entretanto, o libreto de Da Ponte é totalmente original – ao contrário do Fígaro (baseado na peça de Beaumarchais) e do mito secular de Don Giovanni.

A ação acontece em Nápoles, no século XVIII, e reúne seis personagens: duas belas irmãs, Dorabella e Fiordiligi são noivas, respectivamente, dos jovens oficiais Ferrando e Guglielmo. Há ainda a camareira Despina e o solteirão Don Alfonso, autor de toda a trama.

O libreto de Da Ponte explora a simetria desse elenco, agrupado em três pares; e fornece a Mozart – então no auge de sua criatividade – oportunidade para criar música de grande riqueza e variedade imaginativa, perfeita nos menores detalhes. O incomparável senso teatral do compositor caracteriza firmemente os personagens, apesar de suas mentiras e fantasias. A música, mais que a história, traça o perfil dos namorados: Dorabella e Guglielmo são impulsivos, arrebatados e passionais; enquanto Fiordiligi e Ferrando, mais sensíveis, revestem seu amor de um componente trágico. A harmonia “musical” entre os casais traçará seu destino, justificando o reajuste final.

Na breve Abertura, após uma introdução lenta, o andamento rápido imprime o caráter feérico que dominará os dois atos da ação cênica.

Ato I – Os dois oficiais, Ferrando e Guglielmo, em um café, discutem sobre a fidelidade. Desafiados pelo céptico Don Alfonso, aceitam apostar na lealdade de suas noivas, participando de um plano para prová-la. O terceto Una bella serenata fecha a cena com a alegria dos oficiais, certos da vitória.

As clarinetas, em terças sobre as cordas, transportam a cena à casa de Dorabella e Fiordiligi. As irmãs cantam os méritos de seus apaixonados no dueto Ah, guarda, sorella, de sentimentalismo propositadamente exagerado. Don Alfonso dá início a seu plano, anunciando-lhes a falsa notícia da recente convocação dos noivos para a guerra.

A ação desenvolve-se com formações musicais diversas: quintetos, um dueto para os oficiais, trios e o coro militar. Em *Di scrivermi ogni giorno*, sobre o fundo dos sarcásticos comentários de Don Alfonso, os namorados se despedem. Ferrando e Guglielmo partem. O fluido trio *Soave sia il vento* deseja-lhes boa viagem. As noivas estão inconsoláveis. Alfonso, porém, proclama um rancoroso discurso contra a inconstância das mulheres: *Quante smorfie!*

A criada Despina tenta consolar as irmãs. Dorabella extravasa seu sentimento de abandono em *Smanie implacabili*, cujos efeitos vocais parodiam as habituais árias trágicas. Em contraste, no cômico solo *In uomini, in soldati*, Despina propõe que as irmãs aproveitem a ausência dos namorados... para namorar.

Alfonso suborna Despina e apresenta-lhe Ferrando e Guglielmo disfarçados de albaneses. As irmãs mostram-se indignadas com a presença dos estranhos em sua casa. Mas Alfonso intervém saudando-os como grandes amigos. Imediatamente os albaneses iniciam suas declarações amorosas às noivas trocadas. Fiordiligi declara sua inquebrantável fidelidade – *Come scoglio*. Trata-se de uma ária difícil, que parece zombar da virtuosidade, com largos intervalos, de um extremo a outro da tessitura de soprano. Guglielmo responde com a suavidade de *Non siate ritrosi*. Mas as noivas não se comovem e retiram-se. Diante de tal demonstração de fidelidade, o romântico Ferrando canta a ária *Un'aura amorosa*. Alfonso, que não se dá por vencido, pede a Despina um estratagema para reverter a situação.

Os acontecimentos se complicam e fornecem ao compositor um extenso *finale*. Os albaneses simulam suicídio, tomando um suposto veneno. As noivas se enternecem diante da triste sorte dos agonizantes. O artifício dos disfarces atinge grande comicidade quando Despina, fazendo-se de médico, administra seu onipotente talismã curativo, a pedra de Mesmer. Recuperados, os pseudossuicidas acordam no Olimpo e pedem beijos consoladores às duas deusas. Enfurecidas, as irmãs mandam os albaneses às favas, no sexteto *Dove son?*

ATO II – A virtude das senhoras irrita Despina, que resume sua opinião na ária *Una donna a quindici anni* – porque não se deixar cortejar? As irmãs concordam em conversar com os albaneses. Decisão tomada, cada uma escolhe seu parceiro no dueto *Prenderò quel brunettino* – Dorabella com Guglielmo; Fiordiligi e Ferrando. Os apaixonados oferecem uma serenata às amadas, *Secondate, aurette amiche*, dueto de extasiante melodia, com coro.

Acanhados, os albaneses e as irmãs ficam sem assunto, falando do tempo. Porém, após alguma hesitação, Guglielmo oferece a Dorabella um medalhão em forma de coração, trocando-o pelo que ela trazia com o retrato do noivo Ferrando. No dueto *Il cor vi dono* a orquestra simula as palpitações de seus corações apaixonados.

Enquanto isso, Fiordiligi e Ferrando continuam relutantes. Ele alterna dúvida e confiança: *Ah, lo veggio*. E ela expressa seus confusos sentimentos no grande rondó *Per pietà*, bem mio cujas assombrosas dificuldades técnicas – é o *morceau de bravoure* da ópera – refletem os conflitos de sua alma.

Reunião dos albaneses para avaliar a situação: Ferrando traz boas notícias – a fidelidade de Fiordiligi alegra-o. Mas ele se desespera quando o companheiro apresenta-lhe o medalhão de Dorabella. Para consolar o amigo – e também porque se sente culpado – Guglielmo aconselha-o a não se envolver tanto assim, pois as mulheres sempre maltratam o coração dos homens. A sofisticada verve desta ária, *Donne mie, la fate a tanti*, lembra a melhor música de câmara mozartiana. Ferrando canta seu desespero na sombria cavatina *Tradito, schernito*. Alfonso entra em cena e faz um irônico balanço da situação.

Despina elogia a atitude decidida que Dorabella apresenta em sua ária *È amore un ladroncello*. Fiordiligi, ao contrário, continua sofrendo com a dubiedade dos sentimentos. Num recurso derradeiro, ela toma a decisão de se disfarçar para encontrar o noivo Guglielmo no campo da guerra. Porém o albanês Ferrando aparece e com a beleza avassaladora do dueto *Fra gli amplessi* os dois celebram a felicidade da nova união.

Os três apostadores se encontram. Os rapazes estão revoltados com a infidelidade das irmãs. Mas Alfonso intervém com seu solo – “nem melhores, nem piores que as outras”, afirma. E obriga os oficiais a cantarem juntos *Così fan tutte*.

Despina comunica o casamento das patroas com os albaneses. O brinde aos noivos *E nel tuo, nel mio bicchiere* é um engenhoso cânone iniciado por Fiordiligi e acrescido do aparte revoltado de Guglielmo. Despina faz o papel de tabelião, mas a cerimônia é interrompida pela banda militar que anuncia a volta dos oficiais. Após grande confusão, tudo se resolve com o perdão mútuo. Os amantes estão novamente reunidos – não importa se da forma original ou se na versão albanesa. O sexteto final celebra a alegria e homenageia quem enfrenta as dificuldades com bom humor.

Bibliografia:

WYZEWA, T. / SAINT-FOIX, G.: Wolfgang Amadeus Mozart. Paris, 1912.

TRANCHEFORT, François-René. Guia da Música Sinfônica. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.



Artes Plásticas



SEGREDOS DE GUIGNARD

Carlos Perktold*

Conta a lenda que o pai de Santo Antônio foi acusado injustamente de assassinato em Lisboa. O Santo encontrava-se então em Pádua e, sabendo do incidente, “voou, transportado por um raio” para Portugal. Durante o julgamento, ele pediu aos juizes que apresentassem o corpo da vítima. Santo Antônio, então, “pediu solenemente ao morto que declarasse diante dos juizes, das testemunhas e do acusado se seu pai havia matado o homem. O cadáver se levantou e falou: não, ele não tinha matado. Depois se deitou em seu caixão para espanto de todos. O pai foi absolvido”. O relato está no livro “Goya” de Robert Hughes (Companhia das Letras, 2007, p.253).

Como colecionador de arte há 47 anos, há momentos em que sinto falta de um milagre como o de Santo Antonio, quando obras de Guignard e tantos outros artistas brasileiros, tão valorizados no mercado, emergem à venda. Meu desejo é que esses falecidos pintores se levantassem e, a um pedido do leiloeiro, solenemente condenassem ou absolvessem suas telas.

Elas estão sendo falsificadas por causa das suas valorizações comerciais e peças ruins são vendidas em várias cidades pelo Brasil afora. Há poucas semanas, este articulista recebeu correio eletrônico de uma galeria de São Paulo convidando para um leilão virtual. Entre os lotes, havia dois quadros de Guignard. Um era uma pintura de Cristo, bom e com preço de mercado. O outro era um retrato masculino, mal pintado, grosseiro, pesado, mas, para dar um ar de legitimidade no trabalho, pintaram-no com os lábios leporinos, como se fosse um autorretrato, imaginando possível desvendar os segredos e os mistérios pictóricos do pintor. A descrição do lote mencionava o preço de quinhentos reais e que ele era pintado em tinta acrílica. Não resisti e enviei resposta à galeria esclarecendo que nenhum retrato de Guignard tem valor tão baixo, primeira suspeição de sua autenticidade. Pior era a informação de que fora pintado com tinta acrílica, material com o qual o velho mestre jamais executou um único quadro.

A galeria aceitou nossa ponderação e o retirou da lista. Mas nada impede que esse mesmo retrato apareça em outro leilão, em outra cidade, e algum cidadão

* Psicanalista. Integra a Assoc. Bras. Críticos de Arte, Assoc. Internacional Crít. Arte.

menos avisado, ou tão desonesto quanto o falsário, o adquira pelo preço citado. Em outra ocasião, em 1997, este articulista comprou um álbum com pequenas aquarelas do mesmo mestre. Anos depois, pessoas mais conhecedoras das obras do pintor, declarou-as ruins, sinônimo de falsas. Elas foram destruídas.

Em geral, *marchands* e leiloeiros buscam a *provenance*, o *pedigree* completo dos quadros ao longo dos últimos 70 ou 80 anos. Eles querem os recibos de compra/venda da pintura desde a sua saída do atelier do pintor, como se isso fosse possível na avassaladora maioria dos casos. Nos anos 1940/1950 eles produziam pouco e seus quadros eram obras-primas conservadas em coleções até hoje. Havia pouquíssimos colecionadores, vendia-se pouco e ninguém se preocupava ou sequer pensava na valorização comercial dos quadros e os raros compradores jamais pediam nota fiscal à galeria ou recibo ao artista. E nem eles os ofereciam. Não havia mercado de arte.

Emeric Marcier esclarece na sua autobiografia: "Foi... quando da fundação da nova capital [1960], o Rio perdendo sua importância política, que se consolidaram as primeiras galerias de arte. Finalmente os artistas saíam da situação de subproletários que davam de presente seus quadros por pura amizade ou troca de favores" ("Deportado para a Vida", Francisco Alyes, 2004, p.308).

E esse mesmo mercado se firmou com intensidade somente a partir de 1980. Perguntem aos arrependidos ex-futuros colecionadores que não compraram, o que sentem por ter deixado de adquirir as peças nos anos 1950 e 1960. "Eram tempos ingênuos" como registrou Luís Sève em entrevista a jornal carioca. Eram também tempos difíceis para os artistas.

Tome-se o exemplo do desinteresse pela arte de Guignard. Em 1958 o Automóvel Clube de Belo Horizonte promoveu exposição de seus quadros. A cidade e o local eram então cheios de banqueiros, industriais, médicos, advogados e comerciantes importantes e ricos. Os preços das pinturas expostas eram equivalentes ao valor de hoje de um terno masculino, como me informou Yara Tupynambá, testemunha da exposição. Pois bem, nenhum quadro foi vendido, me garantiram ela, Inimá de Paula e Herculano Campos, três de seus colegas de paleta. Durante anos o pintor dependeu do socorro de amigos como os Machado de Almeida, Pedro e Lili Correa de Araújo, Helena e Santiago Americano Freire, Mariquita e Pedro Aleixo, Celina e Hélio Hermeto, Alberto e Priscila Freire, Geraldo Andrada e poucos outros.

Os quadros de Guignard e seus contemporâneos se valorizam cada vez mais, como um vaso de flores dele vendido recentemente no Rio de Janeiro por R\$ 6,5 milhões, mas é pouco para a memória do grande mestre. É preciso dar um basta naquela produção nefasta. E isso não é caso para leiloeiros, *marchands* ou colecionadores. É crime tipificado no Código Penal e a Polícia Federal, o governador de Minas e o seu secretário de Estado de Cultura deveriam abrir parênteses na crise política do país e, juntos com a P-2 da Polícia Militar, descobrir o ninho de onde saem tantas obras ilegítimas. O interesse é do Brasil. O interesse é quem quer o bem de Guignard.

A QUEDA DO PALANQUE DE LOTT*

José Antônio de Ávila Sacramento

"O Soldado Absoluto", da Editora Record (2005), da autoria de Wagner William, é um livro de quase seiscentas páginas que traz a biografia de Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, nascido em 16 de novembro de 1894 na localidade conhecida por Estação de Sítio (distrito de Barbacena-MG), hoje município de Antônio Carlos. O biografado faleceu no Rio de Janeiro, em 19 de maio de 1964.

Lott foi ministro da Guerra no governo do presidente Café Filho, vice-presidente de Getúlio Vargas, que assumiu o poder com o suicídio presidencial em agosto de 1954. Durante sua permanência no ministério Lott agiu como defensor das instituições republicanas. Foi bom administrador e modernizou o Exército. Criou o Comando Militar da Amazônia, expandiu a rede dos Colégios Militares no país, criou o Instituto Militar de Tecnologia, incentivou a indústria de material bélico e dignificou o Exército promovendo, pela primeira vez na sua história, um coronel negro ao generalato.

Continuou como ministro da Guerra no governo de Juscelino Kubitschek e em 11 de fevereiro de 1960 deixou o ministério para concorrer à eleição presidencial que teve Jânio Quadros como vencedor. Em "O Soldado Absoluto", nas páginas 345 e 346, Wagner William registrou um episódio que já foi motivo de muitos comentários em São João del-Rei: o desabamento de um palanque na avenida Rui Barbosa (atual avenida Presidente Tancredo Neves), no qual Lott e seus correligionários estavam a fazer o comício da sua campanha presidencial, em 23 de setembro de 1960. O autor assim escreveu:

"No dia 23 de setembro, São João del-Rei recebia a comitiva de Lott. Por volta das nove da noite, 10 mil pessoas lotavam a avenida Rui Barbosa, o centro da cidade e as sacadas das casas para ver o comício de Lott, na terra natal de Tancredo, candidato ao governo mineiro.

No palanque, estavam Jango, Clóvis Salgado, Santiago Dantas, Benedito Valadares, Bento Gonçalves, Gustavo Capanema, Batista Luzardo, Onofre Go-

*Artigo dedicado ao médico Dr. Euclides Garcia de Lima Filho.

**Historiador de São João del-Rei.

suen e Danton Jobim, além de Lott e Tancredo, filho da cidade. De repente, depois dos primeiros discursos, o palanque desabou em segundos. Uma queda de um metro e meio.

A multidão se assustou, mas não chegou a haver pânico. Uma correria naquele momento poderia transformar-se em tragédia. João Goulart foi o primeiro a reaparecer dos escombros. Acenava para a multidão, tentando transmitir calma. Tancredo repetiu o gesto de Jango. Santiago Dantas mal conseguia andar e era ajudado por outras pessoas.

Os feridos eram levados para o comitê nacionalista. A equipe que promovia o evento agiu rápido e conseguiu fazer a ligação do som e o comício recomeçou para desviar a atenção da multidão, ainda assustada. A situação de Lott preocupava. Foi levado rapidamente pelos populares para a Santa Casa, que ficava a uma quadra do local. Os irmãos e médicos Euclides Garcia de Lima (Filho) e Francisco Diomedes Garcia de Lima, que acompanhavam o comício, atenderam o marechal. Ele foi um dos que mais se machucou porque estava logo na frente do palanque. Suas duas pernas foram atingidas. Uma delas fora rasgada na canela por uma tábua que se partira ao meio. Raspou também o tórax contra as madeiras. Os médicos cuidaram dos ferimentos do marechal, que estava furioso com os organizadores do comício. Reclamava de dor, mas não se conformava com a montagem de um palanque tão frágil. Os médicos fizeram curativos em suas pernas e recomendaram-lhe repouso, porque havia uma leve suspeita de fratura da costela. Enquanto eles esperavam a revelação das chapas de raios X, Lott voltou ao comício. Subiu em um banco da praça e fez seu discurso, que durou quase uma hora. (...)

No dia seguinte, em São João del-Rei, a maioria udenista divertia-se com os lottistas inconformados com o acidente. O inconformismo virou revolta quando a investigação policial descobriu que os pés do palanque foram quase totalmente serrados na madrugada anterior. Com o peso das pessoas, veio abaixo. Todas as suspeitas recaíram sobre o taxista "Zé Patativa" figura conhecida na cidade, udenista ferrenho e, naquele momento, um exaltado janista. Acusado de ter feito a sabotagem, "Patativa" negava com um sorriso no rosto. Com a derrota de Lott, a investigação não seguiu em frente".

O desabamento do palanque é um dos interessantes acontecimentos políticos ocorridos nesta cidade. Cresci ouvindo contar a história. Agora, ao me debruçar sobre a leitura da biografia de Lott, com surpresa e satisfação encontro registrado aquele "acidente". Lembro-me de que o episódio era sempre contado com recheio de deboches e de finas ironias. Ouvi dizer que no "rigoroso inquérito" sobre o desabamento, José Alves Dangelo (o "Zé Patativa") chegou a declarar jocosamente que a queda do palco era mesmo inevitável, pois o carpinteiro fora contratado não para fazer um palanque, mas sim para construir um mata-burro...

ANNITA CERQUEIRA. A MINEIRIDADE CANTADA PELO PAULISTA.

*José Renato de Castro Cesar**

Anna da Gama Cerqueira Rodrigues Pereira de Queiróz, a Dra. Anna Cerqueira como ficou conhecida em Belo Horizonte, nasceu aos 23 de agosto de 1905, na Fazenda do Capote, em Carandaí, Minas Gerais. E nos deixou em 17 de Setembro de 1995, em Belo Horizonte, vítima do mal de Alzheimer. Para os amigos e netos sempre Annita.

Annita foi uma mineira singular na História das Minas Gerais. Foi a primeira mulher a entrar para a Escola de Medicina em Minas. Isso, pelos idos de 1927. E foi a quarta mulher a se formar. Só não foi a primeira devido à gripe espanhola, que a deixou doente, por dois anos, entre a vida e a morte.

Médica, Annita realizou feitos e criou dissensões num mundo, predominantemente, masculino. Pra não dizer machista. E ela soube ser feminina, sem ser, apenas, feminista. Dizia-me que o Cerqueira do seu nome era de origem judaica. De judeus italianos Cerchieri de Gênova. O mais interessante é que existe uma Calle dei Cerchieri em Veneza e um registro no Heraldry Institute of Rome **, informando que a família Cerchieri é de origem nobre, remontando ao fundador da República romana: Lucius Junius Brutus. Os registros em Acone, pequena cidade da Toscana, falam da família De Cerchi.

Annita sempre foi irreverente e bem humorada. Habituada a conviver com homens, única filha em meio a 13 irmãos, ela nunca se deixou submeter pelo poder instituído. Era pediatra e especializou-se em hanseníase.

Foi fundadora do Partido Feminista Mineiro e andava de calças compridas, não para afrontar os falsos moralismos mundanos da sua época, mas porque se habituara a cavalgar mato adentro, em viagens pelo interior de Minas, como herdeira que era de fazendas e, depois, com seus irmãos médicos, localizando hansenianos para conduzi-los aos preventórios.

Annita passou num concurso para Chefe do Preventório Mineiro e assumiu o posto, no qual permaneceu por dois anos, sem receber seus salários, pois o interventor Benedito Valadares não concordava com uma mulher naquele posto

* Escritor. Professor. Indigenista. Artista Plástico. Pesquisador do GPEAD/UFESJ. Integrante do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e da Academia Mineira de Hagiologia.
** <http://www.heraldrysinstitute.com/cognomi/Cerchieri/Italia/idc/814612/lang/it/>

e, por fim, destituiu-a do cargo, sabendo já que a Dra. Anna Cerqueira jamais pediria exoneração.

Annita foi uma mulher *avant garde* e polêmica para os padrões da época. Moderna, elegante e livre. Estudiosa e muito bem-educada. Além do português, sabia latim, francês, inglês, alemão, italiano e espanhol. Nasceu na fazenda que era herança do Barão de Santa Cecília, seu avô paterno. Foi educada em Barbacena, onde viveu a sua família, até se mudarem para Belo Horizonte, quando ela, então, entrou para a Faculdade de Medicina de Minas Gerais.

Sempre foi uma mulher discreta, trabalhadora, rica e independente. Era bonita, pró-ativa e geniosa. Era filha única e paparicada de Abílio Rodrigues Pereira, o Abílio Barão, e de Anna Felipa da Gama Cerqueira, a querida vó Nininha, matrona ouro-pretana, cujas raízes remontam ao clã dos Gama Cerqueira de Além Paraíba e Sapucaia e nos levam à heroína Anna Felipa de Santiago, a célebre protagonista dos acontecimentos históricos ocorridos na Fazenda Serra Negra, em Esmeraldas, na Revolução Liberal de 1842.

Annita, como única filha de um farmacêutico e fazendeiro, entre os 11 filhos irmãos que restaram vivos depois da gripe espanhola, aprendeu muito sobre o universo masculino e feminino. Por causa do flagelo da gripe, Annita ficaria tuberculosa e, por dois anos, afastada do curso de Medicina. Perdeu quatro irmãos, parentes e amigos. Era noiva de um estudante de Medicina, que também faleceu. Foi um período de muito sofrimento. Mas, ela não desistiu. Lutou pelos seus sonhos, e, curada da tuberculose, diplomou-se, única mulher numa turma de 50 homens.

Logo em seguida, montou, com seus próprios recursos, um consultório, em parceria com seu colega e amigo Dr. Francisco Souza Lima. Foi a primeira mulher a possuir um consultório pediátrico em Minas Gerais.

Poucos anos depois, em 1937, foi convidada pelo Dr. José Mendes Jr. para ser médica do Minas Tênis Clube, e ali trabalhou por 10 anos.

Em 1939, num passeio turístico de final de semana, quando ia de trem, com sua amiga Maria José Amaral, visitar a Gruta de Maquiné, conhece e se apaixona por um viúvo paulista. Ele era o músico e poeta silveirense, José Honorato Leite Pereira de Castro, o Zé de Castro (Zezé para os irmãos), contador-chefe da Rede Mineira de Viação, recém-chegado de Cruzeiro, São Paulo.

Este encontro romântico ficou registrado em singelos poemas, inéditos, aqui recolhidos, os quais eu encontrei, bem guardados, em meio aos livros e alfarrábios da biblioteca do Prof. Castro, a mim doada em vida, e a que a querida vó Annita queria pôr fogo, se eu não a levasse embora de sua casa.

Num deles, datado de 20 de abril de 1939,⁴⁰ o poeta paulista sonha, apaixonado por sua musa mineira:

⁴⁰ Por razões que só o Destino conhece, 22 anos depois, em 20 de abril de 1961, nasce o primeiro neto de Annita e José, o também poeta, flautista, professor e membro do IHG-MG, José Renato de Castro Cesar.

SONHEI QUE ERA TEU NOIVO!

Para a Annita

Sonho feito do luar da madrugada,
Envolvido num manto de neblina,
Veio nas asas róseas da alvorada
Com um sorriso de estrela levantina.

Hoje contou-me a fonte cristalina,
Que um astro azul da cúpula altanada,
No plaustro desse sonho, viu divina
Esperança de rosas enfeitada;

Que o sol, ao ver passar carro tão lindo,
Teve inveja do sonho e o acariciou,
Acompanhando-o pelo espaço infindo.

Mas, um sonho que o sol acaricia,
Sonho feito do luar que a gente amou,
Só será bom se realizar-se um dia!

José de Castro, BH, 20-IV-39

Esse José Honorato Leite Pereira de Castro, paulista de Silveiras, era viúvo e pai de dois filhos. Era, também, flautista da Banda de Cruzeiro, formado em Letras, Contabilidade, Economia e Sociologia. E, nesta época, já havia mudado seu nome para José de Castro, em cartório. Erro que o perseguiria por toda a vida, pois o nome 'José de Castro' era muito usado por farsantes, fato que lhe provocaria muitos dissabores.

Ao vir para Belo Horizonte, José de Castro faz muitos amigos e funda a Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Continuando seus estudos, diploma-se em Economia e Administração e torna-se um profissional e acadêmico reconhecido internacionalmente, com pós-graduações na França e na Itália (onde se doutorou em Economia Aziendale na famosa Università Ca Foscari de Veneza).

Por seus méritos, já radicado em Belo Horizonte, é eleito como sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, ao qual se devotou com muito orgulho, simpatia e humildade.

Num poema de 2 de Abril de 1939, José de Castro assim nos conta esta 'outra história', de quando conheceu Annita:

OUTRA HISTORIA...

Era uma vez uma estrada
Chamada "felicidade"...
Que encontramos tapizada
De uma só flôr - a saudade!

Quando ali nos encontramos,
Um manto nos envolveu.
Dos olhares que trocamos
Um paraíso nasceu!

E o Destino complacente,
Tendo pena de nós dois,
Foi forjar uma corrente
Para prender-nos depois...

E ao deparar nossas almas
Povoadas de lindos sonhos,
Quis o Destino, entre palmas,
Dar-nos conselhos risonhos...

"Tem amor o ano inteiro,
Quem tem grande o coração!
Quem tem amor verdadeiro
Não pensa em separação!..."

Si não olharem pra traz
Desde a estrada até ao... altar,
Não há Destino capaz
De algum dia os separar!"

Por isso que a minha amada
É muito amada e querida.
O amor que nasce na estrada
Deve durar toda a vida!...

BH, 2/4/39

Noutro poema, de 5 de abril de 1939, ele retrata, 'quando ela passa'...

QUANDO ELA PASSA...

Quando ela passa, um turbilhão de sóis,
Inimitáveis em deslumbramento,
Desce em cascata pelo firmamento
Trazendo à vida novos arrebóis.

Um a um vão-se abrindo os girassóis
Quando ela passa. E é tal o encantamento
Das flores do jardim, que, em movimento,
Seus passos vão seguindo em caracóis.

Ouço um murmurio suave de caricias...
É ela mesma quem chega. Vem cansada
De, a seu respeito, tanto ouvir delicias...

E ela vem, como veio tantas vezes,
Acariciando as pedras da calçada
Com a maravilha dos seus pés chineses!

José BH, 5-4-39

Ao cantar Annita em seus poemas, este paulista, tão querido dos mineiros, bem retrata a doçura pura e singela com que a mineiridade nela se expressa, com elegância, feminilidade e simplicidade. É patente a admiração e o afeto do poeta pela sua musa. Este poema demonstra sua exultante alegria de ser correspondido no seu amor.

No último poema desta série de 1939, o Castro estila sua 'visão do futuro':

UMA VISÃO DO FUTURO

A Annita

Do escritório onde estou ouço um gorjeio
Do mais canoro e esplendido canário.
É ela quem me diz um galanteio
Ao desfolhar, sorrindo, o calendário.

E alegre como alunos num recreio,
Referindo-se ao meu aniversário,
Com o mais gracioso e encantador meneio,
Fez sobre o caso um lindo comentário.

Depois, no mais simpático alvoroço,
Gorjeando saudações àquele dia,
Dependurou-se, rindo, ao meu pescoço...

Foi, então, que eu ali, maravilhado,
Vi que a felicidade me sorria
Naquela voz de timbre aveludado!...

José de Castro, BH, 24/4/39.

Em 1940, Annita e José se casam e fundam a família dos Pereira de Castro, de Belo Horizonte, com seus três filhos: Paulo Fábio, administrador de empresas, Henrique Nelson, médico e Silvia Margarida, jornalista. Pelo lado paterno eles carregam os *'gens lorenensis'* do Coronel Armando Pereira de Castro, de Silveiras.

Durante toda sua vida, Annita se desdobraria para se fazer mãe dos dois filhos de José, advindos do primeiro matrimônio dele em Cruzeiro: o menino Flávio, que se faria advogado, e a menina Agnes, que lhe traria sofrimentos, renegando todo o seu amor.

Annita via com orgulho e muito bom humor os feitos e as raízes históricas de seus antepassados e dos antepassados de seu marido Castro.

Não conversava muito, a não ser para indicar nomes, datas e fatos que conhecia e que ilustravam as conversas dos entendidos em História, que cercavam o Castro, em busca de informações e dados verídicos para suas pesquisas.

Como médica experienciou e estudou sobre o mal de Parkinson que a afligiu e que depois evoluiu para mal de Alzheimer. Faleceu aos 90 anos de idade, tranquila, lúcida, mas sem poder falar, cercada pela filha, pelos netos e bisnetos, a quem deixou exemplo de vida e de amor ao trabalho.

Annita sempre me dizia: "mente vazia, oficina do diabo".



EUCLIDES DA CUNHA EM CAMPANHA

*Paulo Paranhos**

Poucos sabem dessa passagem curiosa do grande escritor pátrio Euclides da Cunha pela cidade de Campanha. Na realidade, em raríssimos livros está gravada com minúcias a estadia do autor de *Os Sertões* por terras sul-mineiras. De fato isto se deu entre 1894 e 1895: Euclides fora designado pelo presidente da República, marechal Floriano Peixoto, para servir naquela cidade e ali chegou em 28 de março de 1894 na condição de engenheiro militar (1º tenente) que era, a fim de construir ou adaptar um quartel para abrigar o 8º Regimento de Cavalaria.

E qual o motivo para que Euclides para ali fosse enviado, considerando a qualidade e excelência da engenharia militar no estado de Minas Gerais? Na realidade, essa decisão foi tomada como uma espécie de exílio a ele imposto, com a finalidade velada de mantê-lo afastado das agitações da capital, pois a repercussão de um desentendimento que tivera com um senador do Ceará, João Cordeiro (que exigia a punição sumária dos envolvidos na Revolta da Armada), em duas cartas publicadas na *Gazeta de Notícias*, em fevereiro de 1894, teria ocasionado a sua transferência para a Secretaria de Obras Militares, que se via empenhada, entre outras, na construção do quartel do 8º Regimento na cidade de Campanha.

Além disso, pesava também o temperamento polêmico de Euclides, fato não desconhecido das autoridades militares, que se lembravam vivamente do episódio ocorrido na Escola Militar em 1888, quando, na visita do ministro da Guerra, Tomás Coelho, Euclides havia liderado uma insubordinação da tropa contra a presença daquela patente, insatisfeito com a monarquia: em vão tentou quebrar a sua baioneta e, não conseguindo, arremessou-a ao chão. Por esse episódio Euclides fora desligado do Exército e somente seria reincorporado em 1889. Euclides, efetivamente, era um homem predestinado a atos de grande desassombro ao longo de sua vida.

Assim é que, após o episódio com o senador João Cordeiro, foi enviado para Campanha e ali recebido com honras, convivendo com homens do naipe de João Luís Alves, que seria posteriormente ministro do Supremo Tribunal Federal

* Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e da Academia Caxambuense de Letras.

e membro da Academia Brasileira de Letras; Leonel de Rezende Filho, que viria a ser ministro do Tribunal de Contas da União; Francisco Honório Brandão, médico conceituado no sul das Minas Gerais; Júlio Bueno, jornalista, professor e historiador; Brandão Filho, num grande orador campanhense. Passaria grande parte do dia na livraria dos irmãos Veiga, sobrinhos que eram de Evaristo da Veiga, filhos de Lourenço Xavier da Veiga, e Bernardo Saturnino da Veiga, que fundou o *Opinião Campanhense*, nos moldes do *Aurora Fluminense*. O primeiro, por sinal, foi um dos que primeiro adquiriram terras na que hoje é a cidade de São Lourenço.

O Dr. Júlio Bueno, um companheiro de jogo de gamão, dizia que Euclides não gostava de acatar as regras do jogo, principalmente quando estava em desvantagem e, exaltado, sempre reclamava: "Eu não sou escravo de regrinhas de jogo, ouviu, meu caro doutor? Isto é mera convenção!". E o professor aceitava pelo prazer de tê-lo como parceiro assíduo, embora fosse muito resmungão. Esse mesmo professor obsequiou Euclides com muitos livros, entre eles *Géologie, flore, faune et climats du Brésil*, de Emmanuel Liais que, adiante, seria citado várias vezes em sua obra máxima, *Os Sertões*.

É ainda o mesmo Dr. Bueno que, em artigo publicado em *O Minas do Sul*, de Campanha, em edição de 3 de março de 1953, falou sobre o prédio onde Euclides morou e começou a escrever os primeiros capítulos de *Os Sertões*, que no princípio não tinha esse título. Segundo ele, foi nessa mesma época que Euclides fizera a leitura do livro *Teoria do Socialismo*, de Oliveira Martins, com anotações de próprio punho datadas de Campanha, a nossa Tebaida (lugar de refúgio) Mineira, como se referia de São Paulo – já na condição de jornalista de *O Estado de S. Paulo* – ao seu amigo Francisco Honório Brandão.

Não restam dúvidas de que a paisagem campanhense estimulou sua veia poética ao escrever *Catas*, versos dedicados a Coelho Neto e inspirados nas escavações auríferas que circundavam a cidade. No seu livro maior, Euclides lembrou que a Mantiqueira parecia ter por missão levar até ao âmago de Minas Gerais as paisagens alpestres do litoral!

Que outros adorem vastas capitais
Aonde, deslumbrantes,
Da Indústria e da Ciência as triunfais
Vozes se erguem em mágico concerto;
Eu, não; eu prefiro antes
As catas desoladoras do deserto,
Cheias de sombra, de silêncio e paz...

Não invejo, porém, os que se vão
Buscando, mar em fora,
De outras terras a esplêndida visão...
Fazem-me mal as multidões ruidosas
E eu procuro, nesta hora,
Cidades que se ocultam majestosas
Na tristeza solene do sertão.

E ao ritmo de esplêndidas canções
Levantou-lhes os muros triunfantes
Heroica e sonhadora,
A coorte febril dos Bandeirantes,
Nas marchas triunfais pelos sertões.

Viajantes que rápidos passais
Pelas serras de Minas,
Vindos de fulgurantes capitais,
Evitai as necrópoles sagradas,
Passai longe das ruínas,
Passai longe das Catas desoladas
Cheias de sombra, de tristeza e paz...

Além disso, uma grande alegria estava destinada ao grande escritor: ali em Campanha nasceu-lhe outro filho, Euclides da Cunha Filho, o Quidinho, em 18 de julho de 1894, herdeiro que tivera com Ana Emília Ribeiro da Cunha e que teria a mesma sorte do pai, ou seja, morreu em duelo com o tenente Dilermando de Assis.

Em sua passagem por Campanha, ainda que tenha sido curta, Euclides era extremamente considerado pelos intelectuais da cidade; assim é que foi aquele que discursou na chegada do primeiro trem em Campanha, em 11 de novembro de 1894, além de ter sido, também, o orador no banquete oferecido ao comandante e oficiais do 8º Regimento de Cavalaria em 26 de agosto de 1894.

Euclides saiu de Campanha em 21 de maio de 1895, seguindo para Belém do Descalvado (hoje Descalvado), São Paulo, passando a residir na fazenda Trindade, que pertencia a seu pai, e a municipalidade campanhense deu a uma praça hoje não mais existente o nome do grande autor de *Os Sertões*.



OFÍCIOS DE OUTRORA

*Iara Tribuzzi**

A lembrança dos Reis Magos salinenses me levou de volta à antiga Rua da Avenida, onde o Lô Latoeiro tinha sua pequena oficina, entre a casa das irmãs Galvão e a família Cardoso – parentes do Procópio Cardoso Neto.

Lô tinha o lábio leporino, mas falava sem dificuldade, todos o conheciam e compravam sua arte. Ecologia e reaproveitamento eram temas desconhecidos, e ele já aproveitava o material de todas as latas de 20 litros de querosene Jacaré, de manteiga Oriente vindas da vizinha Pedra Azul e de outras para fazer grandes ralos usados na farinha da mandioca, de que também se tirava a goma ou o polvilho. Nas primeiras adaptava uma trave de madeira, e eram então usadas para buscar água no rio Salinas ou no chafariz da Rua da Lagoa. Das outras, fazia copos de todos os tamanhos, fifôs enfeitados e lindas flores de metal.

Mamãe me contava, muito admirada, que quando começou a trabalhar no grupo escolar Dr. João Porfirio, costumava percorrer com outra professora as casas mais distantes, cadastrando crianças em idade escolar. Então perguntava:

– Qual o ofício do seu pai?

– Artista

Ela logo aprendeu que o artista dominava alguma arte e a tinha como ofício. Podia ser oleiro – a cerâmica do Jequitinhonha é famosa e já era praticada pelos indígenas – fazedor de cangalhas, tecedor de couro para chicotes, tacas, laços de gado e peadores, fabricante de selas e cabrestos, de rédeas de crina de cavalo, tecelões dos teares manuais, coletores e fiadores do algodão plantado nas roças. Também coletores de mel de jataí, de paina, de sucupira, montador de currais e cancelas, curtidores de couro de bois e carneiros, mestres de obra, pintores e fabricantes de móveis.

Temos até hoje cadeiras de pau-ferro perfeitas, fabricadas em 1935 para o casamento dos meus pais.

Salinas era uma colmeia operosa em que o trabalho honrava, e as pessoas se orgulhavam do seu ofício.

* Cronista, escritora, natural de Salinas.

Não havia padaria na cidade. Tia Tute e Vó Milota vendiam biscoitos de todos os tipos, bolos confeitados, Dona Viviu de Saint Clair vendia roscas, Siá Aninha Guedes os doces de frutas. Muitos fazendeiros traziam os requeijões até hoje famosos na região, queijos cozidos e marmelada embalada em palha de bananeira.

Havia costureiras especializadas em *lingeries*, vestidos de anjo e em trajes de montaria. Dona Lica Cardoso Ladeia cosia a mão as mais belas toucas de seda e renda para os nenéns recém-nascidos, que não deviam ter expostos a moleira e os ouvidos.

Minhas tias Zenólia, Dalva e Maria Ramos eram eméritas modistas. Faziam vestidos de noiva, outros de seda para o enxoval, além da *lingerie* que me encantava. Dona Nazinha Mendes fazia lindas flores de tecido, palmas para coroação de Nossa Senhora e grinaldas para as noivas.

Nós meninas aprendíamos bem cedo a cozinhar, e também a montar a cavalo, a bordar com Dona Amorosa Bittencourt, e Dona Olga Miranda nos ensinava a cantar. Ensaíamos com ela o Minueto e o apresentamos na festa organizada para receber Dom Antônio de Almeida Moraes Júnior, bispo recém-nomeado para diocese de Montes Claros.

Os ensaios para o Reisado de Tia Angélica impediram a mim e a Lina de ir para a fazenda Indiana, o Tanque onde papai fazia questão de levar a família para as férias escolares. Ficamos então hospedadas na casa da tia Odília Cordeiro, filha do falecido Coronel Cordeiro. Irmã de Dona Quezinha e da falecida mãe do Tio Rodrigo – pai de Lina. Tia Odília, uma dama clarinha, miúda, mansa e encantadora morava na Rua da Baixinha. O terreno ao lado não tinha ainda construção e o fundo do quintal era a beira do rio. Havia um grande pé de fruta-do-conde, colhidas “de vez” e guardadas na dispensa até madurar. Nesta dispensa, bem escura e sem janelas, guardavam também doce de mamão ralado com casca, de bolinhas de queijo em calda, doce de leite, requeijões e tijolos. Uma noite fomos surpreendidas lá, Lina e eu, nos fartando com as sobremesas. Tia Odília apenas bateu as pálpebras de um jeito muito peculiar e nos aconselhou a lavar as mãos e voltar para a cama.



LITERATURA E HISTÓRIA

Antônio de Paiva Moura*

O positivismo, com sua ampla influência, engessou a narrativa histórica. Pretendia uma terminologia específica a pretexto de maior cientificidade. Com isso a história perdeu de vista suas origens na imaginação literária. Para historiadores modernos o valor da literatura reside em suas predisposições a explorar o movimento da linguagem e da significância social, política e pessoal. (KRAMER, 1995). A literatura é documento histórico, pois corre em sintonia com os momentos históricos. FISCHER (1987) esclarece a ligação entre a história e a literatura, dizendo que o escritor revela o mundo em que vive. O que é histórico e o que é social não pode estar ausente da obra de arte. Nesse sentido, vale lembrar “Cem anos de solidão” de Gabriel García Márquez, que, com narrativa ficcional, redonda em excelente documentário histórico.

Kant achava que tanto os sentidos quanto a razão são muito importantes para a nossa experiência de mundo. Os racionalistas atribuíam uma importância exagerada à razão. Nunca seremos capazes de saber, com toda a certeza, como as coisas são em si. Só podemos saber como elas se mostram a nós e como são percebidas pela razão. Os tratados teóricos e pesquisas nas ciências sociais tendem à redução do social ao objetivo. O conhecimento produzido pela literatura parte da subjetividade para entender o mundo pela sensibilidade.

O conto “A terceira margem do rio”, da obra *Primeiras histórias*, de Guimarães Rosa, é narrado em primeira pessoa pelo personagem central. Os personagens são designados somente pelo grau de parentesco, como pai, mãe, irmão, irmã, tio e sobrinho. O pai, sempre calado, resolve fazer uma canoa, na qual foi passar os dias restantes de sua vida, abandonando a família. Tudo é incógnita para o narrador solitário: a dificuldade para se compreender a vida; a terceira margem intocável, invisível, desconhecida. É bom lembrar que houve em Minas um surto migratório ao longo do século vinte, que provocou a desintegração das famílias, razão pela qual o narrador acaba vivendo sozinho, no mesmo lugar em que havia nascido. O inconsciente coletivo expressa, a seu modo, o medo, a incerteza, o sofrimento mental dos sertanejos. Guimarães Rosa conseguiu passar ao leitor esse drama social através da fala de seu personagem fictício e anônimo.

* Mestre em História e professor de história da arte na Escola Guignard-UEMG.

Em 1992, a antropóloga mineira Núbia Pereira de Magalhães Gomes, da Universidade Federal de Juiz de Fora, publicou um trabalho intitulado "Mundo encaixado", no qual objetivava a significação da cultura popular tradicional. Para tal passou longo tempo na comunidade Mata do Tição, município de Jaboticatubas, MG, ouvindo as histórias dos moradores e seus modos de vida. Essa obra, de alta qualidade científica, além de ter sido pouco lida, muito sedo caiu no esquecimento dos estudiosos.

Já Guimarães Rosa mostrou que a leitura de seus contos é também outra maneira de compreender seu tempo e o que realmente se passa, porque a literatura lida com a história por meio da memória e da experiência, com sensibilidade e razão, chegando onde a ciência não consegue chegar.

Na segunda metade do século XIX três importantes obras literárias trataram a questão de as famílias obrigarem jovens a seguirem a carreira eclesiástica. Ter um padre na família era garantia de aumento do prestígio social, poder político e segurança econômica. Por outro lado, se havia vantagem para a família, ao indivíduo obrigado a ser padre havia um grande sacrifício: manter-se casto e celibatário.

Eça de Queirós, em *O crime do padre Amaro* (1872), fala das ambições dos seminaristas em seus planos para após ordenação. Uns aspiravam a viver nas grandes cidades, servindo uma Igreja aristocrática, no meio das devotas ricas. Outros ambicionavam cuidar de suas fazendas, desde a madrugada, com um chapéu desabado, e bem montados, trotar pelos caminhos, dar ordens nas longas eiras, cheias de montes de trigo, oliveiras e videiras; apear à porta das adegas; comer bem e ganhar dinheiro. O personagem Amaro ordenou-se padre por conveniência e logo que assumiu sua paróquia, começou a seduzir Amália, que morava no mesmo pensionato. Amália fica grávida e Amaro a induz ao aborto. Nesse ato Amália e a criança morrem e Amaro torna-se criminoso.

Bernardo Guimarães, que estudava no colégio do Caraça, quando ele se encontrava em Congonhas, presenciou a situação das famílias que obrigavam os filhos a estudar em seminários. Resulta daí o enredo do romance *O seminarista*, escrito em 1872. Esse romance narra a história de Eugênio, filho do capitão Antunes, fazendeiro em Minas Gerais, que foi obrigado a ir para o seminário, apartando-se de Margarida, com quem nutria um amor de infância. Margarida era filha de uma empregada da fazenda. Os padres, para evitar que Eugênio fugisse do seminário inventaram a história de que Margarida havia se casado. Quando se ordenou, Padre Eugênio foi assistir uma doente e logo a identificou como Margarida, que juntamente com a mãe havia sido expulsa da fazenda. Margarida faleceu em seguida e Padre Eugênio ficou louco e incapaz de exercer o sacerdócio.

Vinte anos depois de *O seminarista* de Bernardo Guimarães, Machado de Assis escreveu o célebre romance *Dom Casmurro*. O personagem Bento Santiago (Bentinho) era filho de uma viúva rica que morava no Rio de Janeiro. Antes

do nascimento de Bentinho, fez uma promessa no sentido de ordená-lo padre. Na adolescência, ao mesmo tempo em que se preparava para o seminário, ele apaixonou-se por sua vizinha, a bela Capitu. Vai para o seminário somente para atender ao pedido da mãe. A família esperava que ele galgasse altos cargos na hierarquia eclesiástica. Algum tempo depois de sair do seminário e de formar-se em Direito, Bentinho se casa com Capitu, com a qual tem um filho. Acontece que Escobar, seu amigo inseparável, morreu. No velório Bentinho passou a observar as reações de pesar em Capitu e passou a desconfiar que ela o traia com Escobar. A partir daí passou a ter uma falsa visão de que seu filho parecia mais com Escobar do que com ele. Essa alucinação o levou a se separar de Capitu e do filho e levar uma vida solitária e angustiada.

Os três romances, mais que qualquer ensaio sociológico ou historiográfico, revelam os infortúnios de ex-seminaristas, vítimas de interesses escusos de seus familiares. Levam a refletir como a religião se encontrava atrelada aos sistemas políticos e econômicos da época

Referências

FISCHER, Ernst. *A necessidade da arte*. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.



A FILHA ESCONDIDA

José Raimundo Gomes da Cruz*

Dedicatória de Rose a sua "filha Rosemary e outras pessoas como ela, de mente retardada, mas de espírito abençoado.

Minha visão é um mundo em que o retardamento mental será dominado, em que não mais choraremos com as mães de crianças retardadas; mas exultaremos e nos regozijaremos com os pais de jovens sadios e felizes." (Rose Fitzgerald Kennedy.

A saga dos Kennedy Trad. Carlos Nayfeld, Jorge Arnaldo Fortes e Arnaldo Viriato de Medeiros. 2ª edição. Rio de Janeiro : Arte Nova, 1977).

Como o cinema jamais se omitiu sobre temas importantes, o Google se refere ao filme "Os agentes do destino", com Matt Damon e Emily Blunt: David (Damon) tenta proteger a amada e reverter uma cadeia de lobotomia parcial à sua volta.

Também no Google: De Repente, No Último Verão (Suddenly, Last Summer, 1959) é, com certeza, o filme mais definitivo a respeito da obra de Tennessee Williams. Se alguém quiser um dia entender tudo o que envolve a obra do dramaturgo, encontrará neste filme/peça todos os elementos mais usados por ele, sem exceções. É também nele que podemos encontrar as maiores referências à vida pessoal de Tennessee, já que cada personagem presente representa um membro da família dele. A trama é forte e pesada, carregando em si elementos difíceis que geralmente nunca dividem espaço numa mesma obra. Elizabeth Taylor, mais linda e talentosa do que nunca, encara o difícil papel de Catherine Holly, uma garota que sofre um trauma enorme depois de uma viagem à África, em que vê seu amigo, por quem era secretamente apaixonada, ser devorado por nativos. O tal amigo, na verdade, era gay e flertou com tais nativos, desencadeando assim a tragédia. Agora de volta para casa ela acaba bloqueando esse episódio de sua memória e praticamente enlouquece. Sua rica tia, Violet Venable (Katharine Hepburn), temerosa de que Catherine conte para alguém o ocorrido, contrata o neurologista Dr. Cukrowicz (Montgomery Clift) para realizar na moça uma lobotomia. No en-

* Procurador de Justiça de São Paulo, aposentado.

tantó, o médico acaba se interessando verdadeiramente pelo passado de Catherine e decide ajudá-la sem o procedimento cirúrgico que certamente a deixaria incapacitada. Temos aqui um conjunto de tudo que fez a vida de Williams ser como era: ele escreveu essa trama logo após uma desilusão amorosa com uma mulher e, por causa disso, se descobriu homossexual. Depois temos a personagem de Catherine, que representa Rose, a irmã de Tennessee, que também era taxada de louca e sofreu uma lobotomia autorizada pelos próprios pais. Violet é um tipo de representação dos pais duros e insensíveis de Williams, que só se preocupavam com as aparências. E, por último, temos o neurologista, que representa a salvação de Catherine, aquele que acredita que ela não é louca e se apaixona por ela. Ele é aquilo que Tennessee gostaria que tivesse acontecido no seu caminho e no de sua irmã. O filme foi indicado em três categorias do Oscar, inclusive Katharine Hepburn e Elizabeth Taylor competiram pela estatueta de Melhor Atriz.

De 1975, o filme *O estranho no ninho* (*One flew over the cuckoo's nest*), do diretor Milos Forman, com Jack Nicholson e Louise Fletcher, narra a história do preso transferido para centro de tratamento psíquico. Como se trata de indivíduo de grande atividade, a diretora do estabelecimento acaba valendo-se da lobotomia para controlá-lo.

Lobotomia, em inglês *lobotomy*, volta à capa da revista *People*, de 14/9/15: "The Hidden Kennedy". Subtítulo ainda na capa, com foto de jovem atraente e elegante: "A linda irmã de JFK Rosemary lobotomizada com 23 anos de idade. – Por que ela era vista como ameaça – e abandonada numa instituição de caridade por décadas. – Como sua trágica vida ainda persegue uma dinastia." Tópicos da capa: "O segredo mais sombrio da família", sobre foto menor de JFK e da atraente irmã Rosemary em 1935. Enfim, a observação: "2 novos livros revelam toda a chocante verdade". Dicionários de lá e daqui não registram o verbo *to lobotomize* ou seu equivalente em português.

Entre as várias definições de lobotomia, prefiro a do Dicionário Escolar da Língua Portuguesa – da Academia Brasileira de Letras: "Antigo tratamento da esquizofrenia que consistia no corte do lobo frontal do cérebro" (2. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2008).

Pessoas famosas que foram submetidas a lobotomia segundo o Google: Josef Hassid, violinista polonês prodígio e esquizofrênico, faleceu aos 26 anos de idade; Rosemary Kennedy, irmã de John F. Kennedy, passou por uma lobotomia em 1941, aos 23 anos, que a deixou permanentemente incapacitada; Rose Williams, irmã mais velha do dramaturgo Tennessee Williams; Howard Dully, que escreveu um livro com suas memórias, quando descobriu que tinha sido lobotomizado em 1960, aos 12 anos; Sigrid Hjertén, pintora sueca que morreu após a lobotomia, em 1948.

Voltando ao tema principal deste texto – a filha escondida da família Kennedy – a reportagem assinada por Elizabeth McNeil, ilustrada com várias fotos,

acha-se nas páginas 52 a 58 da revista *People* já citada. Subtítulo do texto: "Mais de 7 décadas após a problemática irmã Rosemary de JFK ficar incapacitada por uma desastrosa lobotomia, 2 novos livros revelam dolorosos detalhes do mais escuro segredo de uma dinastia". Segundo subtítulo: "Nas fotos ela se parece em cada detalhe a Kennedy perfeita: radiante, sardenta, destinada a uma vida de encanto. Mas a verdade sobre Rosemary, a terceira dos nove filhos de Rose e Joseph Kennedy, era muito mais obscura do que parecia. Nascida com incapacidades intelectuais, como seus pais estavam decididos a guardar segredo, ela lutou para nivelar-se com seus parentes altamente competitivos. E quando ela se tornou mais difícil de controlar – e sexualmente atraente – seu pai a submeteu a uma lobotomia, com a idade de 23 anos, que a deixou com a capacidade mental de uma criança que aprende a andar. Após a cirurgia, ela foi escondida do público em Santa Coletta, escola católica para mentalmente incapazes, em Jefferson, Wis. – um destino aparentemente guardado dos parentes próximos por duas décadas. Agora, pela primeira vez, sua história completa está contada. Em *The Missing Kennedy*... Elizabeth Köehler-Pentacoff revela memórias de visitas a Rosemary em St. Coletta, onde a tia de Köehler-Pentacoff era uma das freiras que cuidavam dela. Kate Clifford Larson teve acesso a novas fontes históricas para seu livro *Rosemary: The Hidden Kennedy daughter* (condensado aqui). Juntas as biografias pintam um devastador retrato de uma frágil vida ceifada logo. 'Lendo as cartas dela, você vê quão amável Rosemary era, Larson diz. 'Ela era uma maravilhosa criança que caiu vítima da época e das ambições de uma poderosa família. É bem trágico'".

Numa época em que tanto se discute sobre vantagens de partos feitos na residência da futura mãe, e não em maternidade ou simples hospital, na falta daquela, convém destacar o início da matéria assinada por E. McNeil: "Em 13 de setembro de 1918, Rose Kennedy entrou em trabalho de parto. Sua enfermeira chamou o obstetra para vir à casa da família em Brookline, Mass., mas o doutor estava atrasado. Treinada para não completar partos sem um médico presente (em parte, talvez, porque a remuneração dele só era paga com a sua presença para o parto) a enfermeira tomou uma decisão fatal. Ela tentou manter Rose calma, encorajando-a a lutar contra o impulso do nascimento do bebê. Era bem compreensível que, evitando-se o movimento do bebê através do canal de nascimento, pudesse causar falta de oxigênio, expondo o nascituro a possível dano cerebral. Logo a enfermeira solicitou a Rose para manter suas pernas bem juntas na esperança de protelar o nascimento do bebê. Quando isso falhou, a enfermeira recorreu a outro expediente ainda mais perigoso: segurar a cabeça do bebê e forçá-la de volta para dentro do canal de nascimento durante duas torturantes horas. Quando o doutor finalmente chegou, 'uma vistosa menina foi acrescentada à enfermaria', como *The Boston Globe* anunciou. Aparentemente saudável ao nascer, Rosemary logo começou a apresentar sinais preocupantes".

Com o passar do tempo, as coisas foram piorando. Com o início da 2ª guerra mundial, o embaixador dos EUA na Inglaterra, Joe Kennedy, regressou ao seu país. Rosemary tornava-se “crescentemente perturbada e difícil de ser controlada”. Ao mesmo tempo, achava-se linda, no seu sorriso, em suas poses. Para seus pais, sexualmente perigosa. Já preocupado com a carreira política dos seus filhos, Joe Kennedy temia uma gravidez indesejada.

No começo de 1941, por iniciativa paterna, a família cuidou de saber mais sobre a então recente lobotomia. Parece que só o chefe da família estava convencido da necessidade da cirurgia, da qual Rosemary saiu “quase completamente incapacitada”. Isso atingia seus braços e suas pernas. Joe Kennedy nunca mais viu Rosemary. No começo dos anos 60, quando Joe ficou incapacitado por um ataque cardíaco, os parentes nada sabiam sobre o destino tomado por Rosemary.

A verdade de toda a história da importante família começou a aparecer em 1962, com a revelação de Eunice, irmã de JFK, e mesmo da mãe destes. Mas não toda a verdade, segundo McNeil, que acrescenta: A mente de Rosemary “se foi completamente” – informou a mãe, que faleceria em 1995, ao seu biógrafo Robert Coughlan, em 1972: “Mas isso foi devido a um acidente que eu realmente não discuto.” Rose contou a Coughlan que “a sobrevivência de Rosemary e a perda de três dos seus filhos “é um enigma... por que Deus levou três filhos que estavam bem formados e queriam trabalhar pela... humanidade, e deixou minha filha que está incapacitada? Mas, como eu disse, esta é uma daquelas coisas sobre a vida... os desígnios de Deus, nós nem sempre podemos entender”.

Escolhi acima a definição de lobotomia, como antigo tratamento da esquizofrenia. Mas a imprensa tem divulgado consistente retorno ao passado dos partos caseiros, sob os cuidados de parteiras. No presente caso, nem se tratava de uma destas, mas de enfermeira.

Nas emergências, tão frequentes nos partos e quaisquer procedimentos cirúrgicos, convém o ambiente e todo equipamento humano e material das casas de saúde, particularmente das especializadas.



A PRISÃO DO LIVING THEATRE

*Paulo Narciso**

No dia 4 de setembro de 1971, Judith Malina, teatróloga e militante anarquista; hoje com 81 anos, residente em Nova Iorque, escreveu no Diário que recolhe os acontecimentos de sua vida desde os 20:

“– 7h30m: Apertem os cintos. (...) Nossos passaportes nos foram devolvidos com um carimbo preto enorme – EXPULSO
– Ah, Brasil não foi em vão que te amei”

Publicado com exclusividade mundial pelo “Estado de Minas”, em julho e agosto daquele ano, o jornal assim apresentou o Diário, cuja exibição parcial fez rilhar os dentes da censura no auge do regime ditatorial:

“Como peça literária, lembra a melhor corrente dos escritores americanos, uma literatura sem ênfase, contando o que pretende contar, sem apelação, nem efeito demagógico. Um relato, entre Hemingway e Malamud, a nostalgia de uma situação perdida, a realidade de sua situação vivida”.

Trinta e sete anos nos separam daqueles dias de abertura do Festival de Inverno de Ouro Preto.

Relembra-los, ir de regresso, é doloroso exercício.

Primeiro, porque a leitura deste livro, que catapulta para a história páginas de jornal que serviram de trincheira à resistência, traz de volta amargas lembranças.

Dos dias do medo, ensombrecidos pelo estado policial instaurado para fazer valer a vontade e concepção única das coisas, e da vida. A tirania.

Doído recuo, de quatro décadas, nos faz aceitar que vencida a noite da ditadura, a última, não foi muito o que conseguimos avançar em conquistas libertárias. Caminhamos, mas ainda pouco.

Sonhávamos na juventude com o Brasil do futuro, que vimos à nossa frente, ao alcance das mãos. Mas o Brasil do futuro não chegou, não chega, parece que não chegará; insiste em escapar de nós.

* Jornalista e advogado. Retirou da prisão o Diário de Judith Malina, publicado pelo Estado de Minas. No ano de 1971, a Comissão Julgadora do Prêmio Esso de Jornalismo abriu exceção no regulamento para conferir-lhe “Citação Especial”.

Medonhos dias e noites aqueles, escuros.

No entanto, o ai que vazasse das prisões, e vazava apesar da repressão e da censura, o ai podia ser recolhido e multiplicado como tambores dispersos de uma floresta.

O gemido passava pela porta dos cárceres, vinha dos subterrâneos e dos porões, e era recolhido, e era ouvido; e uma rede de compaixão se estendia, acima das ideologias.

Hoje, que não há restrições nominais à liberdade, que o clamor é permitido e estimulado, já não há – paradoxo – quem nos ouça com consequência.

O insidioso rebuço do estado paira sobre a nação.

A inversão que desembarcou com as Caravelas em cinco séculos mudou de nome e de nuances, mas prossegue sob variado disfarce.

O estado escancha sobre a nação, sufoca-a; dela servindo-se, quando servir é o seu fundamento.

No tempo em que a liberdade entre nós foi proscrita, o choro do embate, do revés, o da luta mesmo em desvario, era percebido, transpunha o manto do silêncio.

Hoje, quando falar é livre, não há quem nos ouça.

O estado fixa-se, rearruma-se novamente acima da nação, incontrastável, confirmando o dito do Império de que nada mais se assemelha a um conservador do que um liberal no governo.

Mas, é do Diário de Judith Malina que devemos nos ocupar aqui. Voltamos a ele.

Eu era jovem repórter. Tinha 20 anos. Havia acabado de chegar da natal Montes Claros, já com cinco anos de reportagem. Era grande a fila de estudantes de jornalismo para serem contratados. Fui encaminhado à cobertura policial em tempo recorde.

Ninguém menos do que o genial escritor Wander Piroli era o nosso editor. O mais premiado entre os repórteres de Minas de todos os tempos sentava-se ao lado, ensinava, com o eterno cigarro fumegando nos lábios. Chamava-se Fialho Pacheco.

A Editoria de Polícia, historicamente destinada a ser a mais acocorada do jornal, pela genialidade do seu editor, pela inquietação dos seus liderados, invertia as posições, a ponto de atrair a atenção e certo pasmo das demais.

Foi ao anoitecer que chegou a notícia.

Os membros do Living Theatre haviam sido presos em Ouro Preto. Angelo Oswald, hoje curiosamente prefeito da outrora Vila Rica, era colega da Editoria Política e veio pressuroso – lembro-me bem – advertir que aquela prisão transpunha o ambiente policial.

Julien Beck e sua mulher Judith Malina e toda a trupe internacional reconhecida como o grupo de teatro de vanguarda mais importante do planeta acabavam de ser presos.

Vagas acusações.

Eram cabeludos e malcheirosos; não gostavam de banhos. Seriam depravados, usariam drogas, mas nenhuma foi encontrada com eles, jovens artistas de variadas nacionalidades que depois de soltos, nos anos seguintes, ascenderiam ao topo da carreira em seus países de origem.

Presos e soltos em questão de horas, foram novamente trancafiados.

Uma intrigante, vistosa seta (de tinta branca, recente) no porão da residência apontava para o chão. A polícia disse que cavucou e encontrou maconha. Provisão denunciada por uma seta atribuída aos que tinham o máximo interesse em ocultá-la...

Foi o que bastou. Os teletipos espalharam a notícia pelo mundo, da prisão de um grupo que, acusado de ser malcheiroso, depravado, dado ao uso de drogas, tinha o costume de ler os clássicos da poesia grega e compêndios de política.

Subversivos! – acrescentou denúncia.

O Diário de Judith Malina que este livro reproduz e conserva para a história, tal qual foi publicado pelo jornal, conta a bizarrice deste folhetim.

Hoje é até capaz de fazer rir; naqueles dias, causou espanto, calafrios, medo.

O tom da escrita é sereno, meigo, poético. Gentil até com os carcereiros, os acusadores.

(Sempre admiti que Judith, por razões óbvias, deliberadamente baixou o teor da narrativa para que mais não pesassem a mão sobre eles. Hoje, observo que não. Falou nela o sentimento que chamamos de cristão, mas Judith, nascida na Alemanha, é judia).

O conteúdo é do humanismo de filosofia anarquista que fez do Living Theatre o grupo teatral de vanguarda mais importante do mundo, mesmo após a morte do seu fundador, Julian Beck, em 1985, nos Estados Unidos.

O Dops – “Delegacia de Ordem Política e Social” – era a prisão política de Minas mais temida, assim como os cárceres de Juiz de Fora, onde ficava o comando militar.

Rer ler os fragmentos do Diário de Judith Malina, como acabo de fazer, restaura o desalento que impregnou um período da nossa história, não tão distante quanto desejaríamos.

Mas tem o poder de despertar a recordação de uma mulher pequenina, afável, e de seu Julien, amoroso casal, e da filha de 4 anos, que dos pais com um aceno entre grades despediu-se, levada pela avó paterna para os Estados Unidos.

A incansável censura, às vezes dissimulada em cordialidade de ocasião, não reagiu à publicação e a abafou porque a repercussão foi imediatamente escoada pela imprensa internacional.

E como o Diário foi publicado, como emergiu dos porões?

Nas dezenas de entrevistas com o casal, especialmente na companhia es-

correita do repórter do Jornal do Brasil, Itamar de Oliveira, soubemos que Judith mantinha no cárcere o hábito de escrever o seu Diário, tomado aos 20 anos.

Solicita, amorosa, encantadora, falei-lhe reservadamente da possibilidade de publicar os relatos últimos, e ela assentiu, com olhares receosos.

As bases para que o documento deixasse a enxovia pelas mãos do seu agente literário, que acabava de chegar dos Estados Unidos, foram definidas numa manhã de folga, no Hotel Normandy, onde o norte-americano se hospedara.

As folhas em inglês eram-me passadas pelo editor, no hotel, e o jornal encomendou a tradução.

Em série, dia após dia, ocupavam página inteira, com chamadas de capa, tudo reproduzido pelo O Jornal, do Rio, líder da cadeia associada, então majoritária no Brasil.

A publicação do Diário a cada nova manhã, debaixo do visível desconforto da censura, asséguava o seu prosseguimento no dia seguinte.

O jornal, visto frequentemente como conservador, ousava; não recuou, não se intimidou, e demarcou uma posição da qual retroceder seria impensável.

— Amor. Caminhávamos nas ruas como leprosos. Estou com medo. Tenha coragem. Eu te amo. Nós venceremos. Horror. Deus. Pobres. Vômitos. Pulgas. Escuro. Romeu e Julieta na prisão. Beijos de Adeus. Preces. Anoince. Teatro. Brasil. Mezuzá. Amanhecer. Eu e Tu. Melancolia. Saudades. Brandura.

São palavras recorrentes deste depoimento que a história recolhe e novamente agita.

Em julho e agosto de 1971 dezenas de vezes fomos a Ouro Preto, para as audiências do processo.

Os presos viajavam num velho ônibus, com batedores de motocicletas à frente e policiais distribuídos pelo ônibus, com ajuda de cães, entre eles o célebre "Dólar", o mais temido.

Sempre atrás do comboio policial seguíamos no fusca azul do jornal, acreditando ingenuamente que podíamos de alguma sorte representar uma garantia para os prisioneiros. Gente cujo crime, a rigor, foi abandonar a glamorosa Europa para bailar e cantar nas ruas com os pobres de Ouro Preto.

Judith registrou:

"Em procissão, viajamos por entre as magníficas montanhas. Espantados, depois de um mês de cadeia, pela amplidão do céu, pela magnificência da terra de Deus, da qual a mão do homem nos isola. Julien e eu trazíamos trabalho (os livros), mas o que podíamos fazer era apenas fitar sonhadoramente o mundo imenso, as montanhas áridas, a glória do céu claro com nuvens acima de nós, o sol tépido de inverno da beleza subtropical."

O juiz belicoso, o rumor crescente da repercussão internacional, o exacerbamento do regime sob o comando do general Garrastazu Médiçi, tudo indicava que o processo se arrastaria, prolongando idas e vindas a uma Ouro Preto invernal, apinhada de estudantes.

Estudantes que ora aplaudiam a passagem do ônibus com os cativos, ora os contemplavam em silêncio tão profundo que os parecia libertar com os olhos, ali onde a cabeça de Tiradentes, erguida numa gaiola, foi prévia e sombria advertência aos que ousaram desafiar o Estado.

Aconteceu que a Europa se mobilizou vigorosamente em torno do "Comité Européen de Défense du Living Theatre".

De lá partiam manifestações exigindo do governo brasileiro a imediata libertação da troupe.

A veemência da condenação — sempre enfatizando que esta "l' une des compagnies théâtrales les plus célèbres et les plus importantes du monde" — embaraçava a diplomacia do Brasil em todos os países.

Pediam "la libération immédiate de tous les membres de la troupe" nomes conhecidos como os de Jean-Paul Sartre, Pierpaolo Pasolini, Alberto Moravia, Jean-Luc Godard, Jean Genet, Michel Foucault, Umberto Eco, Júlio Cortazar, Bernardo Bertolucci e centenas de outros intelectuais de reconhecimento internacional, freneticamente mobilizados.

Tornara-se insuportável para o governo brasileiro manter o Living preso, por falta de banho, por serem sujos e malcheirosos, quem sabe viciosos e até "subversivos"

Foi no meio da audiência, na tarde azulada e fria de uma Ouro Preto envolvida pelo Festival de Inverno, que o cochicho percorreu o salão do fórum, lotado como sempre.

Advogados, meirinhos, acusadores e defensores, todos de cenho franzido se reuniram diante do juiz.

Trocaram palavras apressadas, que logo revelaram o acontecido.

Acosado e para se ver livre das críticas, o governo militar acabava de assinar o decreto de expulsão do Brasil de todo o grupo.

O ambiente de agitação e temor subitamente se desfez.

O pano desceu sobre a cena burlesca, de gazetilha. Nem tristeza, nem alegria; nenhuma comemoração. Estupefação talvez.

Pelo entardecer, seguimos o ônibus de volta pela última vez, em silêncio.

Ao descer no Dops, já de noite, Julien Beck e Judith Malina nos abraçaram, com lágrimas. Ela pouco conseguiu falar.

Julien, no dia seguinte, com solenidade que reservou para o que ia dizer, fixou as palavras e as pronunciou duas vezes:

— Esta é uma casa de horrores !

— Es-ta é uma ca-sa de hor-ro-res ! — escandiu bem as palavras.

Foi seu adeus.

No dia posterior, já deslocado para outra cobertura pelo jornal, pois o grupo seria embarcado para o Rio e, de lá, expulso e deportado do Brasil, soube por Itamar de Oliveira que perdi o que talvez tenha sido o momento mais alto da história que juntos vivemos, aos 20 anos de muita esperança neste país do futuro.

Julien Beck e Judith haviam sido mantidos no temido prédio do Dops, na avenida Afonso Pena, por todo o tempo. As mulheres foram encaminhadas à penitenciária feminina e os homens dispersos por mais de um xadrez.

Na noite em que deveriam partir, reunidos todos num mesmo lugar, eles fizeram um círculo no pátio da prisão. Ao luar, debaixo de respeitosa, muda e reverente assistência dos policiais, que espontaneamente se afastaram, ergueram uma canção.

A celebração começou com um murmúrio, que se foi alteando, como um cântico tribal que a noite invadiu e ocupou longamente.

Despediam-se da prisão, despediam-se do Brasil.

O Brasil que mereceu de Judith Malina a incontida declaração de amor que abre as primeiras linhas destes dolorosos *recuerdos*.

(Anos depois, de volta a M. Claros, em doce autoderro na própria terra, soube que Julien Beck morreu. Judith Malina uma vez voltou ao Brasil. Mantém-se ativa nos Estados Unidos, com o mesmo grupo. Ao morrer Sartre por sua vez, jornais e revistas destacaram que foi na prisão do Living Theatre, em 1971, que o filósofo, pai do existencialismo mais se ocupou de uma questão ligada ao Brasil).



A MAGIA DOS LIVROS

Emanuel Medeiros Vieira*

Há cinco anos – lembra Alexandra Alter, do New York Times – o mundo dos livros foi tomado por um pânico coletivo quanto ao futuro incerto da impressão.

Leitores migravam para os novos equipamentos digitais e as vendas dos livros eletrônicos disparavam, até 1.620 por cento entre 2008 e 2010, “alarmando os livreiros, que viam os consumidores usarem suas lojas para encontrar títulos que comprariam *on-line*”.

“Os *e-books* eram um foguete em disparada”, disse Len Vlahos, ex-diretor executivo do Grupo de Estudos da Indústria de Livros.

Resumindo: o apocalipse digital não aconteceu.

Em 2015, as vendas digitais desaceleraram acentuadamente.

Segundo Alexandra Alter, há sinais de que alguns adeptos dos livros eletrônicos estão voltando para os impressos.

As vendas de *e-books* caíram 10 por cento nos primeiros cinco meses deste ano, segundo a Associação de Editores Americanos, que coleta dados de quase 1.200 editoras..

“A queda da popularidade dos *e-books* pode indicar que o setor editorial, embora não seja imune à revolução tecnológica, suportará o maremoto digital melhor que outras formas de mídia, como a música e a televisão”.

Eu sei, eu sou absolutamente suspeito. SÓ LEIO LIVROS IMPRESSOS.

Não consigo imaginar alguém lendo Guerra e Paz, de Tolstoi (e muitos outros livros), via *e-book*.

Nostalgia? Pode ser.

Pode ser mais, como a lembrança dos sebos, de tocar nos livros, de folhear, de anotar (como sempre faço – só leio com duas canetas) Sim, o cheiro, a lombada. Alguns dirão que é um lugar-comum, que é mania ou falta de adaptação aos tempos novos – pode ser.

Mas lembro-me de que as pessoas falavam da morte do livro físico. O velório já estaria avançado.

*Escritor e poeta, reside em Salvador, BA.

Alguns executivos de editoras – lembra a jornalista – AFIRMAM QUE O MUNDO MUDA DEPRESSA DEMAIS PARA SE AFIRMAR QUE A ONDA DIGITAL ESTÁ PERDENDO FORÇA.

Uma nova geração poderá achar que o livro impresso morreu. Pode ser. Quem sabe.

João Ubaldo Ribeiro dizia que o bom do futuro é que ele não estaria mais aqui (ele, João Ubaldo)...

Como disse alguém, é tão importante a literatura na sociedade que quanto “mais frágil ela for”, o povo estará em vias de perder o rumo de sua identidade e de seu país.

“A literatura é a expressão mais completa do homem, como ente que pensa e sente”, afirmou Cyro de Mattos.

Como salientou Jaime Pinsky, “com os papiros e pergaminhos, inicialmente, e mais tarde com o papel, (...), a cultura, no sentido de patrimônio acumulado, passou a alcançar um número cada vez maior de pessoas, democratizando o saber e dando oportunidades a uma parcela importante da população. Sem a palavra escrita, em geral, e sem o livro, em particular, a história não teria sido a mesma”.

Como observa o historiador citado, “jogamos no lixo milhares de anos de avanço civilizatório e nos transformamos em meros consumidores de *softwares*”.

Seria preciso um novo Renascimento: da esperança, de utopia, através da resistência da cultura contra a barbárie.



RELATOS DE UM VERÃO EM PARIS

*Felicidade Patrocínio**

Após 30 dias em Paris, percorrendo-a de norte a sul, leste a oeste, me perdendo na loucura da paixão pela arte, mas me encontrando na geometria urbana de Haussmann, de ônibus, de trem, de metrô e a pé, penso que já posso, mesmo que minimamente, registrar algumas considerações sobre minhas impressões desta cidade fascinante. Começo escandalizando ao dizer que Paris não pertence só aos franceses, mas ao mundo. É algo mirabolante o número de turistas do mundo inteiro aqui. Percebe-se a presença de todos os continentes. Os franceses, que há 24 anos quando aqui estive pela primeira vez, preferiam ouvir os turistas fazendo suas perguntas em francês, agora os atendem perguntando em que língua preferem a informação. Tornaram-se políglotas. Alguns assim o fazem por delicadeza, outros por terem absorvido linguagens na frequência do contato estrangeiro, mas, a maior parte o faz reconhecendo a necessidade da riqueza que o turismo despeja neste solo em tempos de crise. É incalculável. As moedas de todo o mundo que são cambiadas e despejadas em Paris, redimindo, eu acredito, este povo de qualquer consequência que lhe possa advir das crises econômicas da União Europeia.

Paris está cara, muito cara, mas não poderia ser diferente. Para o brasileiro este desnível começa no câmbio do real, que está indigente diante do dólar e do euro. Por outro lado, Paris gasta muito. Primeiramente com segurança. Depois do terrível atentado ao Charlie Hebdo, não se atravessa uma porta sem que sua bolsa, bagagem de mão, mesmo minúscula, seja examinada. Todos os museus, de pequena a alta importância têm a mesma passagem de controle dos aeroportos. Até nos grandes supermercados, como o conhecido Bon Marché, não se entra sem ser submetido à observação explícita e averiguação de bolsas.

Paris restaura incessantemente o seu acervo arquitetônico/artístico/histórico e isto se vê ao percorrê-la. Da minha extensa lista de visitas e estudos programados para esta longa temporada aqui, já venci várias etapas. Tenho ampliado este périplo com outros adendos e observação apurada dos detalhes da vida da cidade. Já tive a felicidade de visitar 21 museus diferentes, dentre eles o Museu

*Artista plástica, membro do Instituto Histórico e Geográfico, da Academia Feminina Mineira de Letras e da Associação dos Artistas Plásticos de Montes Claros.

Picasso reaberto recentemente, o qual ficou 5 anos fechado em processo de restauração. E penso que ampliaram a sua coleção bilionária. Só a visita a este museu vale por um curso de arte do século XX. No Louvre, onde a multidão mostra a cara do mundo, reencontrei-me com a impressionante obra-prima da escultura grega clássica, a Vitória de Samotrácia, que passou 2 anos em restauração. Esta modalidade de trabalho é caríssima, no que se refere à mão de obra especializada e aos materiais. É a junção da arte com a ciência. As entradas para os museus, galerias e patrimônios históricos oscilam entre 12 a 15 dólares por bilhete, não se concede nenhum desconto para a 3ª idade, só para jovens estudantes até 26 anos. Acrescenta-se a este valor os audioguias, cuja maioria fica por 5 euros, o que totaliza de 17 a 20 euros, valor este que convertidos para nossa moeda, com taxas, ficará em torno de 80 reais cada visita.

Como os museus são imensos e as coleções muito ricas, quem é curioso e realmente gosta de arte, gastará um dia com a contemplação, o que resulta em mais despesas de refeições, em torno de 25 euros os quais, cambiados, vão se aproximar dos cem reais. Acrescente-se aí o transporte. Neste último quesito a administração de Paris também gasta muito. A cidade oferece uma malha eficiente de metrô que chegam às estações de 5 em 5 minutos e cortam a cidade em todos os ângulos, e suas estações são bem sinalizadas. Os trens subterrâneos, com um ou dois andares nos vagões, são um pouco mais lentos, mas vão mais longe. E os ônibus, para quem não tem muita pressa e prefere a superfície, vão sinalizando em painéis luminosos em seu interior todas as estações em que passam, facilitando a vida do estrangeiro. Eles oferecem previsibilidade total do gasto do seu tempo, pois nos pontos de espera também há painéis que anunciam o tempo de chegada de cada ônibus.

Percebe-se que os africanos estão “invadindo” Paris mas, apesar deste fluxo de imigração e do número crescente de pedintes pelas calçadas, mesmo estando só, pode-se andar com tranquilidade e segurança pelas ruas de Paris dia e noite. Tudo isto custa dinheiro à administração da cidade. No entanto, apesar de reconhecer tais custos, vejo como abuso os museus cobrarem de 2 a 3 entradas para a visita a exposições diferentes dentro de um mesmo espaço. É o que está acontecendo com a maioria, como é o caso da Pinacoteca de Paris, um museu de pequenas dimensões cobrando uma entrada inteira para se ver a exposição “Pressionismo” – arte do grafite na tela, e outra para um pequeno acervo pictórico “De Rubens a Van Dick”. Mas Paris é Paris! E talvez seja por este seu irresistível encanto que nesta temporada de 2015, mesmo com o dólar e o euro nas alturas perante o real, a cidade está cheia de brasileiros.



FAMÍLIAS GOVERNAMENTAIS MINEIRAS: OS CUNHA PEREIRA

*Jorge da Cunha Pereira Filho **

O presente estudo trata tão-somente dos CUNHA PEREIRA que firmaram raízes em Minas Gerais tendo como matriz o Capitão de Dragões Simão da CUNHA PEREIRA (1700-1774) e Ignácia MENDES RAMOS (cerca de 1737-1819). Esses CUNHA PEREIRA são participantes de muitos acontecimentos políticos, militares e cívicos, desde o Brasil-Colônia à República, firmando-se, no entender dos historiadores, uma família governamental, pela sua presença relevante na História.

O Capitão de Dragões Simão da CUNHA PEREIRA (1700-1774), nossa figura inaugural, teve uma vida aventureira na região mineradora das terras da Vila do Príncipe, Comarca do Serro Frio, e do Distrito Diamantino, de que falaremos adiante.

No norte das Minas, especialmente no que é hoje Diamantina e Serro, nos séculos XVIII e XIX, encontravam-se muitas descendências com sobrenome CUNHA PEREIRA, mas, se eram descendentes de portugueses, não tinham a mesma origem de Simão, e, em muitos casos, eram descendências de negros e pardos forros (ex-escravos, alforriados), que, como se sabe, tomavam o sobrenome de seus antigos patrões.

Exceção era a descendência do Capitão (Ordenança) Manoel da CUNHA PEREIRA (1702-1759), filho de Manoel MARTINS (cerca de 1650-17??) e de Maria da CUNHA (1663-1746), o qual era primo-irmão do Capitão de Dragões Simão da CUNHA PEREIRA (1700-1774).

Estão excluídos também, deste meu trabalho, membros de outras famílias de sobrenome CUNHA PEREIRA, em outras Capitânicas, depois Províncias e mais tarde Estados brasileiros, como Rio de Janeiro, Ceará, Bahia, Rio Grande do Sul, e outros quaisquer, onde havia várias famílias desse sobrenome, com origens totalmente diversas. Até na antiga Colônia do Sacramento, hoje cidade do

* Engenheiro civil; Especialista em Inteligência Artificial; Pesquisador autônomo de genealogia, história de família e história local.

Sacramento, no vizinho Uruguai, no século XVIII, havia uma população de portugueses com sobrenome CUNHA PEREIRA, sem nenhum nexos com a família aqui estudada, a qual, por causa de guerras com os espanhóis de Buenos Aires, foi removida para o Rio Grande de São Pedro (atual Rio Grande do Sul). Em vários países europeus, como Portugal, França e Holanda, e, muito possivelmente, até mesmo em outros continentes, também encontramos pessoas com sobrenome CUNHA PEREIRA, que não têm qualquer relação de parentesco com a família aqui estudada. Muitas vezes o sobrenome CUNHA PEREIRA é acidental, ou seja, a mãe tinha o sobrenome CUNHA e o pai tinha o sobrenome PEREIRA, que se juntaram no sobrenome dos filhos. Portugal é a principal origem de muitos sobrenomes de famílias de Minas Gerais, que em muitos casos se mantêm intactos há séculos, embora o mesmo não tenha acontecido na "terrinha". Enquanto o "apelido" CUNHA PEREIRA desapareceu em sua origem, passadas algumas poucas gerações, aqui, no Brasil, ele é transmitido geração a geração e se mantém por quase 300 anos.

Para melhor compreender esse fenômeno, é preciso entender que nem sempre foi assim, quando, na Idade Média, as pessoas eram conhecidas pelo seu nome cristão seguido da indicação do nome do pai e do lugar de origem. Não havia registros civis. Somente a nobreza tinha registros, inclusive de linhagem, por motivo das sucessões. E a Península Ibérica, para alguns historiadores, saiu da Idade Média em 12 de outubro de 1492, com a descoberta da América. No ano de 1492, os espanhóis ainda estavam travando as últimas batalhas para se livrarem do Islam na Península Ibérica, cuja ocupação durou sete séculos. Mas, nem por isso, no dia 13 de outubro de 1492, o mundo ocidental acordou na Idade Moderna. Os conceitos, costumes e muitas instituições da Idade Média perduraram por séculos, até se esvaírem.

Uma das transições para a modernidade foi a adoção de "apelidos", ou sobrenomes de família, para o povo em geral e a criação dos registros de pessoas, que passaram, em Portugal, a serem feitos pela Igreja Católica, que era parte do Estado, pelo Direito do Padroado, motivo pelo qual esses registros são chamados de paroquiais. Em Portugal, é comum encontrarem-se livros de registros paroquiais datados desde meados do século XVI. Mas, nem por isso os portugueses foram fieis às regras de adoção de sobrenomes de família, principalmente nos séculos XVI, XVII e XVIII.

Para ter acesso a informações de ascendências anteriores ao século XVI, só tendo a sorte de cair num daqueles antigos livros de registros de Linhagens, ou de Genealogia, como os seis volumes de Pedatura Lusitana, de Alão de MORAIS, ou nos 32 volumes do Nobiliário de Famílias de Portugal, de Manuel José da Costa FELGUEIRAS GAYO, ou nos três volumes de Brasões da Sala de Sintra, de Anselmo BRAAMCAMP FREIRE. Outro caminho são as Habilitações "De Genere et Moribus", os Processos de Habilitação nas Ordens Honoríficas, e os Processos de Nobilitação ou de Investigação de Nobreza.

Então, por esforço próprio, em geral, podemos chegar, sem ajuda dos nobiliários lusitanos, até os registros do século XVI. Vamos privilegiar neste estudo a família ascendente de que a atual Família CUNHA PEREIRA de Minas Gerais recebeu o sobrenome, sabendo-se que é apenas uma das ascendentes, porque se temos dois pais, temos quatro avós, oito bisavós, 16 trisavós, 32 tetravós, 64 pentavós, e assim sucessivamente, numa potência de dois, dobrando a cada geração superior.

Nos limites brasileiros dos costados ou ascendência da Família CUNHA PEREIRA encontramos os sobrenomes de várias famílias como: SILVEIRA CARALTA, CUNHA PEREIRA, MENDES RAMOS (três vezes), PEREIRA DE QUEIRÓS (ou QUEIRÓS, ou PEREIRA DE SÁ, ou PEREIRA VASCONCELLOS), RIBEIRO COSTA (ou RIBEIRO de MAGALHÃES), SIQUEIRA HENRIQUES de AYALA, FERREIRA CARNEIRO, PEREIRA BOMJARDIM, AFFONÇO DE SIQUEIRA, PEREIRA GUEDES, AFFONSO COSTA, MIRANDA da GUERRA (ou BORGES, ou BORGES da GUERRA), FERREIRA NETTO, REIS, TEIXEIRA FRANCO, e GOMES da SILVA. Há também mulheres com sobrenomes devocionais, de santos da Igreja Católica.

O início, no Minho

As famílias portuguesas das quais descende a Família CUNHA PEREIRA de Minas Gerais são muitas e de várias regiões de Portugal. Positivamente, foi possível identificar a origem portuguesa de ascendentes de sete das já citadas famílias do costado: CUNHA PEREIRA, PEREIRA DE QUEIRÓS, RIBEIRO COSTA, SIQUEIRA HENRIQUES de AYALA, PEREIRA BOMJARDIM, PEREIRA GUEDES, e REIS. Algumas poucas ancestrais (mulheres), embora com sobrenome devocionais, como de JESUS, também tiveram sua origem estabelecida.

Começamos nossa viagem pelo Minho, que é o berço do sobrenome CUNHA PEREIRA. Inicialmente só havia a Família CUNHA, a qual, em pelo menos um ramo, após umas três gerações, assumiu por acréscimo o "apelido" PEREIRA. O ponto de partida da Família CUNHA são duas freguesias da antiga região da antiga Província do Minho, chamadas Santa Maria de Cunha, ou simplesmente Cunha, e São Tiago de Infesta, ou simplesmente Infesta, ambas no concelho de Paredes de Coura, ou simplesmente Coura, no distrito de Viana do Castelo, Arcebispado de Braga. Estas freguesias estão na zona rural e são coladas uma na outra. Tudo começou quando dois jovens do lugar da Costa, da freguesia de Santa Maria de Cunha, vieram para se casar com duas moças da freguesia de São Tiago de Infesta, que era vizinha próxima: Francisco da CUNHA (cerca de 1635-1700) e João FERNANDES da CUNHA (cerca de 1640-1728), o "Índiano", cuja vasta descendência ainda será objeto de uma publicação futura. Vamos, portanto, abreviar e dar um salto de Portugal para o Brasil.

Para se ter uma visão completa das origens dos CUNHA PEREIRA há de se percorrer Portugal de Trás-os-Montes ao Ribatejo, passando pelo Minho, Douro, pelas Beiras, pela Estremadura, e, mais ao Sul, chegando até à Península de Setúbal. Nas vilas dessas regiões encontram-se famílias ascendentes, dos costados, que formaram os CUNHA PEREIRA de Minas Gerais.

Homens de Armas, de Letras e de Deus

A Família CUNHA PEREIRA, se considerarmos todas as famílias do costado, terá mais de 500 anos de serviços prestados a Portugal e ao Brasil, em vários campos, como nas Armas, nas Letras, na Religião e na Política. Considerando apenas a vinda para o Brasil do então Tenente de Dragões Simão da CUNHA PEREIRA (1700-1774), são cerca de 300 anos de serviços prestados a Portugal e ao Brasil.

Nas Armas, no século XIV, citamos o Cavaleiro Luis HENRIQUES (cerca de 1340-14??), fundador da Família dos HENRIQUES de BOMBARRAL. Na sucessão dos HENRIQUES, por gerações, muitos prestaram serviços militares, como Capitães Mores, e serviram nas possessões portuguesas no Oriente. Foi o caso do fundador da Família dos HENRIQUES da CASTANHEIRA do RIBATEJO, Gomes HENRIQUES, que era Fidalgo Cavaleiro da Casa Real e serviu na Índia, Málaca e China, e, voltando a Portugal, fundou o Morgado da Castanheira. Já no século XVIII, o Capitão (Ordenança) Bento Joaquim de SIQUEIRA HENRIQUES da AYALLA (cerca de 1733-1775), veio para o Brasil ainda jovem.

No século XVIII, da Família CUNHA PEREIRA de Portugal, entre os filhos de José da CUNHA (cerca de 1658-1731), encontramos o citado Capitão de Dragões Simão da CUNHA PEREIRA (1700-1774), que serviu como soldado do Exército do Minho, dos 11 anos até os 15 anos de idade (1712-1716), Supostamente por ter ficado viúvo da primeira mulher, decidiu alistar-se voluntariamente para servir no Brasil, com o posto de Tenente de Dragões, aos 29 anos de idade, e foi incorporado à Companhia de Dragões formada em Lisboa, no final do ano de 1729. Chegou a Salvador, na Bahia, em nov/1729, passando a comandar o destacamento das Minas Novas do Arassuahy, por mais de nove anos. Serviu por 14 anos na América, no posto de Tenente de Dragões, tendo sido promovido a Capitão de Dragões, por Carta Patente de 28/mar/1743. Era Fidalgo da Casa Real de Portugal, (1741-1746), no grau de Cavaleiro, e Cavaleiro professo na Ordem de Christo, com padrão de Tença (1741-1746). Seu irmão Manoel da CUNHA PEREIRA (1689->1716<1731), foi Professor da Aula de Geometria, nos postos de Sargento de Infantaria, Alferes e de Tenente, da Secretaria do Exército do Minho, por quase 10 anos. Em 1745, Manoel da CUNHA PEREIRA (1702-1759), filho de Manoel MARTINS (cerca de 1650-17??) e de Maria da CUNHA (1663-1746), foi nomeado por Gomes Freire de Andrade, "Governador e Capitão General da

Capitania do Rio de Janeiro com o Governo de Minas Geraes", como Capitão de uma Companhia de Ordenança de Pé (Infantaria) do Arraial do Tejuco, o qual justificou ser "das principais famílias da Província do Minho".

Quando comandava o destacamento do Distrito Diamantino, no Arraial do Tejuco, o Capitão de Dragões Simão da Cunha Pereira respondeu a dois processos judiciais. O primeiro processo, quando ainda era Tenente de Dragões, lhe foi movido pelo Ouvidor Geral da Comarca do Serro do Frio, por "Desacato à Justiça", culpando-o por uma surra de palmatória que quatro escravos deram no Oficial de Justiça, que foi intimá-lo como responsável por "Cárcere Privado", em um outro processo em que era ré Dona Branca de ALMEIDA, mulher do Contratador dos Diamantes, Felisberto CALDEIRA BRANT. O Governador Gomes FREIRE de ANDRADE convocou o Ouvidor Geral ao Rio de Janeiro, e, na ausência deste, assumiu o cargo o Juiz Ordinário mais velho, que julgou a acusação imprócedente, "de ouvir dizer", dando-o por absolvido e inocente. Representou contra o Ouvidor Geral, que foi chamado a Lisboa, onde respondeu a processo. No segundo processo, eram outros os tempos, de declínio e decadência da mineração de ouro e diamante, suspeitando o Governo, inclusive Gomes FREIRE de ANDRADE, de contrabando, o chamado "descaminho". Houve um estranho episódio em que um suspeito de ser contrabandista foi usado como isca, conduzindo o cofre de diamantes, sem escolta e sem guia, e foi preso pela guarda de Dragões, pelo que foi responsabilizado o Capitão de Dragões Simão da CUNHA PEREIRA (1700-1774), que passou a responder a processo por "Violação da Mala Real". Gomes FREIRE de ANDRADE suspeitava de todos e nomeou para Governador e Capitão General das Minas Gerais seu jovem irmão José Antônio FREIRE de ANDRADE, que, para "mostrar serviço", prendeu o Contratador dos Diamantes, Felisberto CALDEIRA BRANT, que foi escoltado pelo Capitão de Dragões Simão da CUNHA PEREIRA (1700-1774) para o Rio de Janeiro, onde este também foi preso e julgado. O Tribunal da Relação do Rio lhe deu uma pena de 10 anos de degredo em Angola e perda do posto. Apelou à Casa de Suplicação, de Lisboa, com um Pedido de Clemência, que parece ter sido ouvido, por ser Cavaleiro Fidalgo da Casa Real e Cavaleiro da Ordem de Christo, e tudo indica que a pena foi comutada, ou foi indultado, ou absolvido, porque não cumpriu a pena, passando a residir no Rio de Janeiro, numa rua do entorno do antigo Largo da Sé Nova, hoje Largo de São Francisco. Ainda em Portugal, havia se casado, em uma localidade não identificada, cerca de 1726, com Josepha Maria de FIGUEIROA (ou FIGUEIRÓ) (cerca de 1710-cerca de 1728), filha de pais ainda ignorados. Simão e Josefa Maria tiveram um único filho, Dionizio Caetano da CUNHA PEREIRA (1726-1813), que foi batizado na Igreja de São José dos Carpinteiros (ou São José Carpinteiro), em Lisboa, em 22/out/1726.

No Brasil, do século XVIII, na Vila do Príncipe, tanto a Família CUNHA PEREIRA como as demais famílias ascendentes continuaram a prestar serviços

militares, tanto nas Milícias como nas Ordenanças, como Carlos PEREIRA de SÁ (filho) (cerca de 1762-1822), Capitão de Ordenança da Companhia do Rio Vermelho, da Vila do Príncipe; José PEREIRA BOMJARDIM (1731-1812), Capitão de Ordenança da Companhia de Senhora do Porto, da Vila do Príncipe; o Comendador José FERREIRA CARNEIRO (Juca) (1793-1883), Capitão de Ordenança da Companhia da Chapada e depois Tenente-Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional, no Serro; Ajudante Pago de Milícia Francisco Antônio da SILVEIRA CARALTA (cerca de 1738-1803), Soldado Dragão de uma das antigas Companhias, dissolvidas, e, depois, Soldado do Regimento de Cavalaria, Anspeçada e Cadete, tendo prestado serviços na Intendência dos Diamantes; outrô Simão da CUNHA PEREIRA (cerca de 1773-1843), Tenente e depois Capitão de Milícia. Em gerações posteriores da Família CUNHA PEREIRA, no século XX, tem havido militares de carreira, tanto no Exército, como na Marinha e como na Aeronáutica. Lincoln da CUNHA PEREIRA (1902-1924), outro Lincoln da CUNHA PEREIRA (cerca de 1920-199?), serviu como Oficial Intendente do Exército; Ildeu da CUNHA PEREIRA (cerca de 1917-1999), foi piloto de caça na Aviação Naval e na FAB, Força Aérea Brasileira.

Houve grande contribuição para vida Religiosa luso-brasileira. No século XVIII se destacaram, Frei Doutor Dom Brás da CUNHA PEREIRA (1693-1780) e Padre Pascoal da CUNHA PEREIRA (1696-1761). Houve outros sacerdotes em quase todos os ramos e gerações de descendentes das Famílias CUNHA e suas ascendentes, GONÇALVES e RODRIGUES, de Infesta, Coura, Portugal, como os Padres Simão da CUNHA (1695-1782), Custódio da CUNHA (1704-17??) e José Luis da CUNHA (1706-17??). Na descendência de Dionízio Caetano da CUNHA PEREIRA (1726-1813), encontra-se o Padre Francisco Inácio da COSTA LOBO PEREIRA de SÁ SOTTO MAYOR LEONÊS (1824-18??). No Brasil, no século XVIII e XIX, o Padre Teodoro PEREIRA de QUEIRÓS (cerca de 1751-1813), o Padre Francisco de Sales PEREIRA (1753-1816), o Padre Manoel Joaquim PERPÉTUO (cerca de 1776-1831), o Padre Justiniano da CUNHA PEREIRA (1798-1838), o Padre Joaquim José de VASCONCELLOS PERPÉTUO (1802-18??), e o Padre Sebastião AYALA (1875-19??).

No século XX, o Padre Jorge ARAUJO da CUNHA PEREIRA (1915-1985), as religiosas Sílvia da Conceição de ARAÚJO CUNHA PEREIRA (Irmã Elizabeth CUNHA) (1904-1971) e sua irmã Ambrosina de ARAÚJO CUNHA PEREIRA (Irmã Ambrosina CUNHA) (1905-1933).

Nas Letras, no Brasil do século XIX, encontramos o Padre Justiniano da CUNHA PEREIRA (1798->1838), que foi jornalista, fundador e redator do periódico O PARAHYBUNA, de Barbacena, MG, o qual também foi autor de uma comédia teatral sarcástica de cunho político intitulada O CLUB DOS ANARCHISTAS. No século XX, Jorge da CUNHA PEREIRA (pai) (1901-1979), que era odontólogo, como gostava de ser titulado, fundou, dirigiu e publicou uma

revista especializada com o título Odontólogo, durante 18 anos, em Belo Horizonte, e que vem a ser pai do autor deste artigo.

Na política houve um despontar da Família CUNHA PEREIRA e das famílias ascendentes, com os primeiros portugueses que chegaram às Minas Gerais e que, por constituírem a "nobreza" da terra, foram obrigados, por força das Ordenações Filipinas, a assumir responsabilidades no governo local da "República". Depois deles, também vieram seus filhos e netos, eleitos ou como Juizes, ou como Procuradores, ou como Vereadores, ou no exercício de cargos de nomeação, como Almotacés, Escrivães e Tabeliães. No Senado da Câmara da antiga Vila do Príncipe, da Comarca do Serro do Frio, nos séculos XVIII e XIX, encontram-se os nomes de Carlos PEREIRA de SÁ (pai) (cerca de 1720-<1774), Capitão (Ordenança) Carlos PEREIRA de SÁ (filho) (cerca de 1762-1822), Capitão (Ordenança) Antônio PEREIRA GUEDES (pai) (cerca de 1710-1792), (cerca de 1773-1843), Capitão de Milícia Simão da CUNHA PEREIRA (cerca de 1773-1843), Comendador Coronel (GN) José FERREIRA CARNEIRO (Juca) (1793-1883), e Doutor (Médico) Simão da CUNHA PEREIRA [Júnior] (cerca de 1822-1862).

Em 1822, entre os "notáveis" locais, que assinaram alguns Manifestos da Câmara da Vila do Príncipe, apoiando o Príncipe Dom Pedro, na Proclamação da Independência do Brasil, estavam o Capitão de Milícia Simão da CUNHA PEREIRA (cerca de 1773-1843), o Capitão (Ordenança) Joaquim PEREIRA de QUEIRÓS (cerca de 1785->1840), um Teodoro PEREIRA de QUEIRÓS (não identificado), Antônio FERREIRA CARNEIRO Júnior (cerca de 1799->1870), Joaquim José FERREIRA CARNEIROS (não identificado), o futuro Comendador Coronel (GN) José FERREIRA CARNEIRO (Juca) (1793-1883), o Capitão Joaquim FERREIRA CARNEIRO (1803-<1851) e Modesto FERREIRA CARNEIRO (1805->1873).

O Capitão de Ordenança Joaquim PEREIRA de QUEIRÓS (cerca de 1785->1840) foi eleito um dos membros do Colégio Eleitoral, de 48 representantes, no Governo Provisório.

Encontramos o Comendador Coronel (GN) José FERREIRA CARNEIRO (Juca) (1793-1883) entre os eleitos a Deputado à Assembleia Provincial de Minas Gerais, em duas legislaturas, e Deputado Geral do 1º Império, fora muitos cargos locais. Dois de seus filhos se destacaram como políticos: o Desembargador Joaquim FERREIRA CARNEIRO (cerca de 1829-<1884) e o Comendador Justino FERREIRA CARNEIRO (cerca de 1833-1896).

O Capitão de Milícia Simão da CUNHA PEREIRA (cerca de 1773-1843) foi Vereador eleito para a Câmara do Serro, MG, no quadriênio (1837-1840). Seu filho, o Doutor (Médico) Simão da CUNHA PEREIRA [Júnior] (cerca de 1822-1862) foi Deputado na Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em três legislaturas, e Presidente dela, e também Suplente de Deputado à Câmara Geral do Império, além de ter exercido diversos cargos públicos a nível local. Na

geração seguinte, Simão da CUNHA PEREIRA (neto, o "Simãozinho") (1860-1906), mais conhecido como Senador (Estadual) Simão da CUNHA PEREIRA (1860-1906), foi eleito Constituinte e Deputado à Câmara de Deputados de MG, Senador Estadual de MG e Deputado Federal, além de ter participado do governo local de Peçanha, MG. Dois dos seus filhos tiveram destaque como políticos: Edgardo da CUNHA PEREIRA Sobrinho (1880-1940) e Simão da CUNHA PEREIRA (bisneto, o "Bá") (1883-1963). Outro filho, Antônio Augusto da CUNHA PEREIRA (1891-1955), foi Prefeito de Peçanha, MG, por muitos anos. Edgardo Carlos da CUNHA PEREIRA (Dazinho) (1860-1908), foi um Magistrado, o qual, eventualmente, exerceu o cargo de Chefe de Polícia do Estado de Minas (correspondente hoje a Secretário de Estado de Segurança Pública).

Mais detalhes são encontrados nas 5.316 páginas, dos 82 números, publicados durante os sete anos de existência do Boletim do Projeto "Pesquisa Genealógica Sobre as Origens da Família Cunha Pereira", de que há exemplares em bibliotecas públicas e arquivos públicos do Rio de Janeiro, RJ, e de Belo Horizonte, MG, inclusive na forma digital, gravadas em DVD-RAM de Dados.

Também existem livros do autor, infelizmente esgotados: 1) Subsídios à Reconstituição da Descendência do Capitão de Dragões Simão da Cunha Pereira; 2) Edgardo Carlos da Cunha Pereira & Família; 3) Dr. Simão da Cunha Pereira & Família; 4) Dr. Simão da Cunha Pereira, Ação Parlamentar (1858-1859); 5) Família Cunha Pereira em Milho Verde; 6) Família Cunha Pereira em Curimatahy; 7) Antigas Famílias da Diamantina, MG, e do Serro, MG, dos séculos XVIII e XIX; 8) Correspondência do Capitão de Dragões Simão da Cunha Pereira, 1736-1753; e 8) Inquirição "De Genere" do Padre Pascoal da Cunha Pereira, 1713.



TRAGÉDIA

Yeda Prates Bernis

Oh! sinos de Mariana
dobrai a Finados, dobrai,
Madonas, santos barrocos
e anjos de Aleijadinho
onde estáveis nessa hora?
As pedras de Mariana
estão mais mudas ainda
muita gente virou peixe
em mergulho sob lama
o Rio Doce, tão doce,
hoje só vinagre e fel
morre o rio em estertor
casas e ruas perdidas
em mágico aluvião
esmigalharam as gentes
dizimaram o futuro.
As lágrimas de Mariana
molham o berço de Minas
e Minas inteira chora
a tristeza deste instante
É lágrima que não acaba.
Calvário maldito.

* Poetisa, 2ª vice-presidente da Academia Mineira de Letras, ocupa a cadeira 6.
yedabh@yahoo.com.br

PRIMAVERA

*Gerson Cunha**

Hoje, em teu esplendor, ó primavera:
Desta vez não vieste qual noutros idos;
Silvos, ruflares ou jardins floridos
Já não tiveram a mesma atmosfera...

É setembro, e fiquei no quem-me-dera:
Quis reencontrar meus rastros coloridos,
Mas estão todos eles já perdidos,
Num castelo de dourada quimera!

Hoje, tenho a dizer-te ainda mais:
Embora com o leite-e-mel do avesso,
Obrigado por meus dias triunfais!

Desdobra-te em luz (enquanto anoiteço),
Por vindouros outros e seus rosais,
No teu feliz e eterno recomeço!

* Professor, escritor, tem vários livros publicados.

VIAGEM

*Zanoni Neves **

Singrar as águas
que de ti me separam

Vagar em ondas revoltas
mãos firmes no leme

Chegar a porto seguro
em calmo remanso

Lançar âncora em teu ser
e aí ficar, sentir, amar...

* Mestre em Antropologia Social pela UNICAMP; associado efetivo do IHG-MG.

MEUS VERSOS

*Natalia Schettyne**

Versos soltos livres e diretos
Desenhando milhões de palavras
Decifrando todos os mistérios
Amor em coração de poeta

Como é doce o canto dos pássaros
Como é suave o som irado das águas
Tudo tão natural perfeitamente calmo
Nas doçuras de seus beijos de mel

Encontro o amor em cada detalhe
Encontro a dor em olhos angustiados
Decifro o mundo em seus frágeis mistérios
Ilustro a vida em uma folha de papel

Poesia minha, minha poesia...
Alívio da minha alma canção da vida
Fecho meus olhos o vento sussurra palavras
Levadas pra bem distante trazidas por minha alma

*Poetisa, reside em Manhuaçu.

APESAR DE TODA ARROGÂNCIA

** Petrónio Souza Gonçalves **

Apesar de toda ignorância;
O sol irá se pôr,
E será belo.

Apesar da falta de esperança;
Do grito surdo da ambulância;
O sol irá se pôr,
E será belo.

Lá,
Nos confins do mundo,
Apesar de toda arrogância,
De toda ignorância,
Da falta de esperança
E do grito surdo da ambulância;
Alguém irá ver o sol se pôr,
E será belo.

PALHAÇO

Myrtes Lício

Noite adentro
ao clarão dos holofotes
desenvolve-se a figura
metade branca, metade púrpura.

Ontem, hoje e amanhã
sempre o mesmo
ao apelo dos trejeitos e facécias.

Riam-se
meu vizinho da esquerda
meu vizinho da direita
e os que estavam acima da minha cabeça
e os que estavam abaixo de meus pés.

Como pagaram para rir
riam-se ...
não se meditou que para sobreviver
usavas máscara.

Pensar que em algum lugar do mundo
jaz temerosa e a esmo atirada a tua identidade
e esperar que surjas íntegro dessa figura
extremamente engraçada

metade branca, metade púrpura.

UM RIO QUE FOI DOCE

*Vanderlei Lourenço Francisco**

Era uma vez um rio
Rio doce de água doce
Iaci-uará!

No longe das minas
Gerais!
Na terra de ferro
- Minério!

Minas dos homens
Minas de ouro em pó.

E o rio descendo a serra
Rio buscando o mar
Rio doce de água doce
Peixe vivo!

Era uma vez montanha
Montanha guardando mina
Mina de ferro
Minério!

Mina dos homens
Mina de ouro em pó
Mina vigia o rio
Rio deságua no mar
Ave, mar!

*Poeta de Itabira, com livros publicados, reside em Brasília.

Era uma vez montanha
 Montanha cuspiu no Rio
 Dejeito de ferro
 Minério

Mar de lama!
 E o rio descendo a serra
 Rio jorrando lama
 Rio buscando o mar
 Salve o rio!

Era uma vez um rio
 Rio doce de água suja
 Cadê rio?
 Cadê riso da lara
 Cadê peixe, aguapé, capim
 Queda d'água!
 Cadê povos ribeirinhos?
 E o rio descendo a serra
 Rio buscando o mar
 Rio doce de água suja
 Rio jorrando lama

Era uma vez um rio
 Rio doce de água doce
 Rio virando história
 Ave, rio!

OBRAS RECEBIDAS

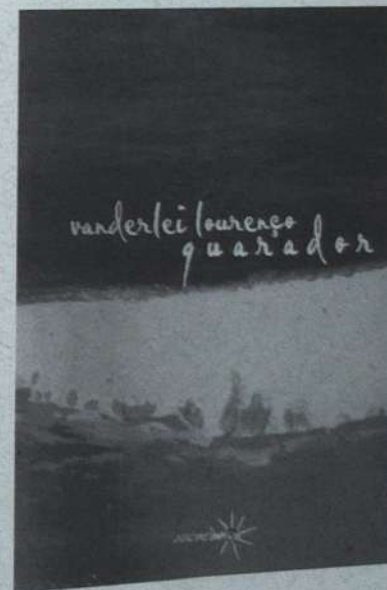
Ângela Vaz Leão
 Organização

UM APÓLOGO
 DE MACHADO DE ASSIS
 EM SEIS VOZES

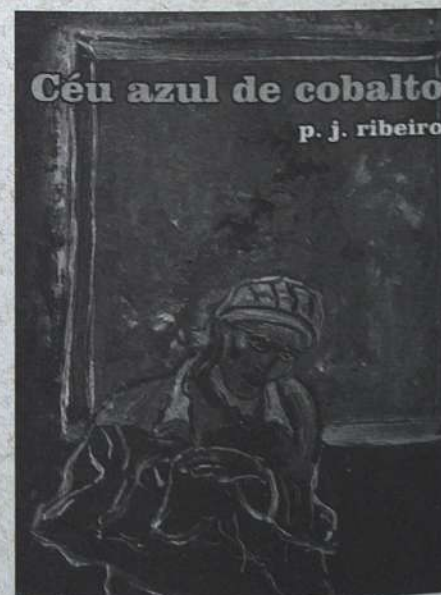
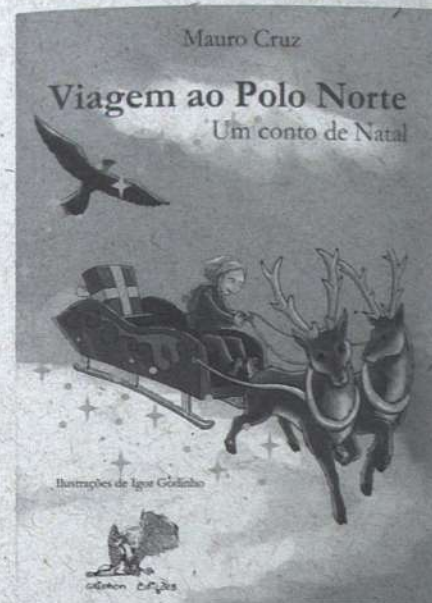


TRADUÇÕES E COMENTÁRIOS

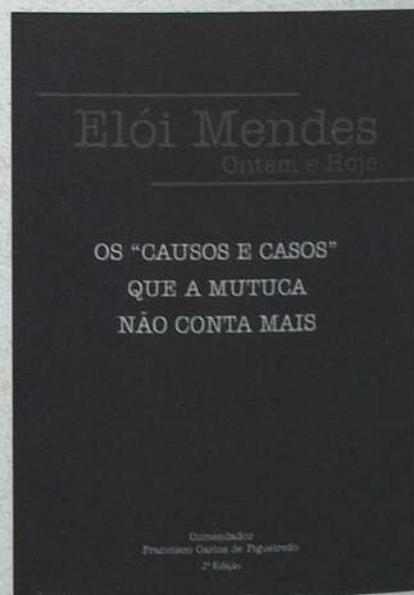
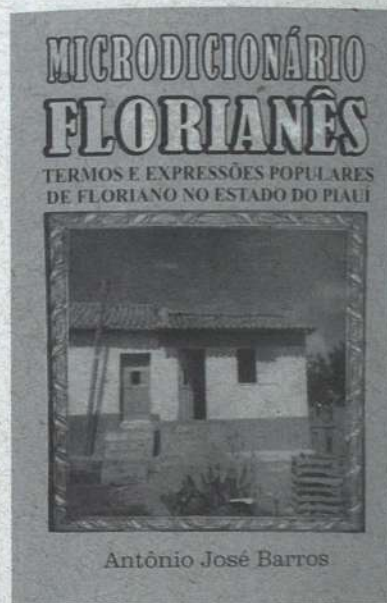
Melânia Silva de Aguiar
 Ângela Vaz Leão
 Lílian Pulgarini
 Micaela Ghislanzoni
 Astrid Masutti Lobo Costa
 Susely Maria de Paula e Silva Lobo
 Tarcília Lobo Ribeiro



OBRAS RECEBIDAS



OBRAS RECEBIDAS



OBRAS RECEBIDAS



Impresso em 2016 nas oficinas da
IMPrensa OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Av. Augusto de Lima, 270 – Centro – BH – Fone: (31) 3237-3400
www.imprensaoficial.mg.gov.br

Revisão de texto, projeto gráfico e diagramação de responsabilidade do encomendante